



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL – PPGHB

MARISTELLA MUNIZ RODRIGUES

**ENTRE COMEMORAÇÕES CÍVICAS E LUTAS PELA CONSTRUÇÃO
DA MEMÓRIA:**

a política cultural do governo Alberto Silva

TERESINA – PI

2018

R696e Rodrigues, Maristella Muniz.
Entre comemorações cívicas e lutas pela construção da
memória: a política cultural do governo Alberto Silva /
Maristella Muniz Rodrigues. – 2018.
154 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História do Brasil) –
Universidade Federal do Piauí, 2018.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Teresinha de Jesus Mesquita
Queiroz.

1. História (Piauí). 2. Política Cultural. I. Silva, Alberto
Tavares. II. Título.

CDD 981.22

MARISTELLA MUNIZ RODRIGUES

**ENTRE COMEMORAÇÕES CÍVICAS E LUTAS PELA CONSTRUÇÃO DA
MEMÓRIA: a política cultural do governo Alberto Silva**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, para obtenção do grau de mestre em História do Brasil.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz.

TERESINA – PI

2018

MARISTELLA MUNIZ RODRIGUES

**ENTRE COMEMORAÇÕES CÍVICAS E LUTAS PELA CONSTRUÇÃO DA
MEMÓRIA: a política cultural do governo Alberto Silva**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, para obtenção do grau de mestre em História do Brasil.

Aprovada em: ___/___/___

Banca examinadora:

Professora Dr.^a Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz (orientadora)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Professora Dr.^a Cláudia Cristina da Silva Fontineles (examinador interno)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Professor Dr. Marcos Luiz Bretas da Fonseca (examinador externo)
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Professor Dr. Manoel Ricardo Arraes Filho (suplente)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

À minha família, pelo apoio incondicional,
E à Professora Teresinha Queiroz, pela confiança.

AGRADECIMENTOS

Quando ingressei na Pós-Graduação conhecia os desafios e os prazeres que a história tinha para me oferecer, o ofício de historiador é muito delicado, muito rico e me proporcionou fazer análises sobre o mundo e sobre a vida, que não faria sem a possibilidade do conhecimento histórico.

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por me dar forças e permitir que concluísse essa etapa tão importante da minha vida. Agradeço à minha família, em especial minha mãe, Maria Luiza Muniz Pereira Rodrigues, por estar sempre ao meu lado me apoiando e ajudando no que fosse preciso, e ao meu pai Valderes Sena Rodrigues, pelo incentivo, que me fez chegar até aqui. Agradeço também a minha irmã Marielle Muniz Rodrigues pelo apoio, amor e palavras de incentivo.

Agradeço em especial ao meu marido, Leonardo Crispim, por me ajudar na busca pelas fontes, nas reflexões sobre a pesquisa, pelo companheirismo incondicional, pela preocupação com os meus trabalhos e com meus prazos, e pelo amor que me deu em forma de incentivo, que fez com que eu concluísse mais este trabalho.

Por todo aprendizado, confiança e carinho agradeço à minha orientadora Professora Teresinha Queiroz pela paciente orientação que me deu, pelos conselhos historiográficos e por me apresentar a incansável luta pelo saber.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação Mestrado em História do Brasil, em especial à professora Cláudia Cristina, por todo aprendizado e pela leitura detalhista do texto da qualificação; e ao professor Ricardo Arraes pela leitura atenta do texto da qualificação e pela participação na banca de defesa da dissertação. Agradeço também a coordenação do mestrado, ao professor Francisco Nascimento sempre receptivo e pronto para resolver todos os problemas juntamente com Rairana Moita e a dona Eliete Brito sempre dispostas a ajudar.

Aos meus colegas de turma, pela convivência agradável que fizeram as aulas serem as melhores possíveis, principalmente as minhas queridas amigas Larice Íris, Lívia Alves e Priscila Moura pelo companheirismo, por estarem sempre ao meu lado me apoiando, indo para eventos e comendo os melhores lanches. Agradeço por escutarem meu desabafo, por lerem meu trabalho e por me ajudarem no que fosse preciso.

Agradeço a amizade de Wirlanne Nádia, Marta Aparecida, Valério Negreiros, Leôndidas Freire e Fransuel Lima por estarem sempre por perto me proporcionando momentos agradáveis e torcendo pela minha felicidade.

Enfim agradeço a todos que de alguma forma foram essenciais para a conclusão deste trabalho.

RESUMO

A dissertação analisa as políticas culturais do primeiro governo de Alberto Tavares Silva (1971-1975) tendo como foco as comemorações da Independência do Brasil e à incorporação da Batalha do Jenipapo a esses eventos cívicos. Para isso, considera-se o contexto político da ditadura civil-militar. As fontes utilizadas foram os jornais publicados no período, as mensagens governamentais enviadas ao legislativo, imagens, biografias e bibliografia sobre o período. Aborda-se, inicialmente, a situação política do Brasil e do Piauí na década de 1970. Para analisar o Brasil, fez-se uso da bibliografia sobre a situação política do país com a instauração do golpe civil-militar (1964) e a ditadura que se instituiu a partir daí. Para analisar o Piauí, recorreu-se a documentos que informaram sobre o quadro político e as articulações de Alberto Silva ao assumir o poder. A pesquisa contempla especialmente as propostas e realizações político-culturais do governo. Analisam-se os principais incentivos desenvolvidos nessa gestão, bem como as comemorações cívicas da Independência do Brasil, observando como eram realizadas essas festividades, enfatizando como a Batalha do Jenipapo é relacionada a essas comemorações e a construção da memória que o Estado objetivou inculcar na sociedade piauiense, especialmente com a valorização do 13 de março, apontando as novidades do governo de Alberto Silva em relação aos governos anteriores.

Palavras-chave: História. Piauí. Política Cultural. Alberto Tavares Silva.

ABSTRACT

The dissertation analyzes cultural policies in the first government of Alberto Tavares Silva (1971-1975) focusing on the Independence's celebration of Brazil and the incorporation of the Batalha do Jenipapo to these civic events. For this, the political context of the civil-military dictatorship is considered. Papers published in the period, government messages sent to the legislature, images, biographies and bibliography about the period were used as sources. The political situation of Brazil and Piauí in the 1970s is initially discussed. In order to analyze Brazil, the bibliography was used on the political situation of the country with the establishment of the civil-military coup (1964) and the dictatorship which was instituted from there. To analyze Piauí, we used documents that informed about the political framework and articulations of Alberto Silva when he took office. The research especially contemplates the proposals and political-cultural achievements of the government. We analyze the main incentives developed in this administration, as well as the civic celebrations of the Independence of Brazil, observing how these festivities were carried out, emphasizing how the Batalha do Jenipapo is related to these celebrations and the construction of the memory that the State aimed to instill in Piauí society, especially with the valorization of March 13, pointing out the novelties of the government of Alberto Silva in relation to the previous governments.

Keywords: History. Piauí. Cultural Policy. Alberto Tavares Silva.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Campanha “Este é o país que vai pra frente”	31
Figura 2: Campanha “Ontem hoje sempre Brasil”	32
Figura 3: Campanha “Ninguém mais segura este país”	33
Figura 4: Campanha “Brasil ame-o ou deixe-o”	34
Figura 5: Presidente ergue a Taça da Copa do Mundo de Futebol	35
Figura 6: Campanha “O caneco é nosso”	36
Figura 7: Álbum <i>Brasil pátria amada</i>	37
Figura 8: Livro Ilustrado para crianças <i>Brasil um país que vai pra frente</i>	39
Figura 9: Campanha “O futuro chegou”	40
Figura 10: Alberto Silva proferindo discurso como novo governador e ao seu lado o Governador João Clímaco de Almeida	47
Figura 11: Novo governador assina termo de compromisso de posse ao lado do vice-governador Sebastião Leal	48
Figura 12: Hotel Piauí reformado	53
Figura 13: Inauguração do Palácio de Karnak em 1972	54
Figura 14: Avenida Frei Serafim após a reforma realizada pelo governo Alberto Silva	55
Figura 15: Teatro 4 de Setembro em reforma realizada pelo governo Alberto Silva	55
Figura 16: Estádio Albertão e a propaganda do governo	57
Figura 17: Vista aérea do primeiro jogo no Albertão	58
Figura 18: Governador Alberto Silva na inauguração da primeira etapa da construção do Estádio Albertão	59
Figura 19: Vista externa do Estádio Albertão	60
Figura 20: Zoobotânico em Teresina	61
Figura 21: Sede da CEPISA	62
Figura 22: Reunião do Grupo Editorial do Estado	81
Figura 23: Reginaldo Carvalho e Coral do Amparo em Brasília	94
Figura 24: Propaganda em homenagem ao sesquicentenário da Independência	116
Figura 25: Propaganda da Independência do Brasil	118
Figura 26: Padre Monsenhor Chaves e encenação da peça sobre a Batalha do Jenipapo	128
Figura 27: A encenação da peça sobre a Batalha do Jenipapo	129
Figura 28: Cemitério dos heróis do Jenipapo	130
Figura 29: Monumento Batalha do Jenipapo em Campo Maior	133

Figura 30: Inauguração do Monumento Batalha do Jenipapo em Campo Maior	133
Figura 31: Alberto Silva discursando na solenidade de inauguração do Monumento-Museu	134
Figura 32: Monumento-Museu em homenagem aos heróis da Batalha do Jenipapo	135

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 BRASIL E PIAUÍ NO CONTEXTO DA DITADURA CIVIL-MILITAR	19
2.1 O Brasil da ditadura civil-militar e do Milagre Econômico	19
2.2 Alberto Silva e a política piauiense	41
3 A POLÍTICA CULTURAL DE ALBERTO SILVA	65
3.1 A Doutrina de Segurança Nacional e o projeto de Política Cultural do Brasil: relações entre Cultura e Estado.....	65
3.2 Estado e Cultura: “Meu governo não se tem esquecido das atividades culturais, como é fácil demonstrar”	72
3.3 Conselho Estadual de Cultura e sua importância durante o governo de Alberto Silva..	74
3.4 O Plano Editorial do Estado	76
3.5 Concurso sobre a participação do Piauí nas lutas da Independência do Brasil	85
3.6 Criação e atuação da Secretaria de Cultura do Estado	91
4 AS COMEMORAÇÕES CÍVICAS E OS SIGNIFICADOS DA BATALHA DO JENIPAPO	97
4.1 As comemorações da Independência do Brasil no Piauí.....	98
4.2 As comemorações e as ressignificações da Batalha do Jenipapo durante o governo de Alberto Silva.....	108
4.3 Monumento em memória aos heróis da Batalha do Jenipapo	125
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIA	141

1 INTRODUÇÃO

Alberto Tavares Silva e seu governo surgiram como objeto de pesquisa ainda na graduação durante a elaboração do trabalho de conclusão de curso. Na ocasião, a análise estava direcionada à Batalha do Jenipapo, identificando a ressignificação do dia 13 de março pelo primeiro governo de Alberto Silva, entre os anos 1971 e 1975. Assim, foram analisados aspectos relacionados ao civismo, à construção da memória, à intervenção do Estado e à valorização da história.¹

A partir da monografia, foi possível identificar a importância das relações entre cultura e política e como, na política brasileira do período a cultura estava sendo articulada às questões cívicas, políticas e históricas. Dessa maneira, o aprofundamento da pesquisa tornou-se necessário para analisar as políticas culturais propostas durante o primeiro governo de Alberto Silva,² estabelecendo a devida relação entre as medidas locais e aquelas adotadas nacionalmente, no que diz respeito à cultura.

Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar a relação entre Estado e Cultura, enfatizando as principais políticas culturais instituídas no governo de Alberto Silva nos anos de 1971 a 1975. Para isso, considerou-se situação política e econômica do Piauí e do Brasil, a importância das práticas culturais no conjunto dos interesses públicos, bem como o estudo das formas e estratégias adotadas por Alberto Silva com o objetivo de contribuir para a formação da cultura e da identidade piauiense.

A análise também se destina a compreender a valorização da cultura literária através do Plano Editorial do Estado, a criação do concurso literário sobre as lutas pela Independência no Piauí e as contribuições das ações do governo para dar realce à Batalha do Jenipapo através das comemorações desse evento histórico. A construção do Monumento em homenagem à memória dos que lutaram na Batalha do Jenipapo e a criação da Secretaria da Cultura também são objetos de análise.

¹RODRIGUES, Maristella Muniz. *Batalha do Jenipapo: memória, identidade e Estado*. 2013. 91 f. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

²Alberto Tavares Silva nasceu em 10 de novembro de 1918, em Parnaíba (PI). Engenheiro elétrico e mecânico, político e professor. Prefeito de Parnaíba duas vezes de 1948 a 1951 e de 1955 a 1959. Deputado Estadual (1951-1953). Governador (1971-1975 e 1987-1991). Senador (1979-1987 e 1999-2007). Deputado Federal (1995-1999 e 2007-2009). Cf.: GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário histórico-biográfico piauiense: 1718-1993*. Teresina: Gráfica e Editora Júnior, 1993. p. 238.

Para estudar as políticas culturais governamentais do Brasil foi necessário recuar alguns anos para o governo de Getúlio Vargas, período em que se observa a implantação dos primeiros projetos culturais, como por exemplo, a política de preservação do patrimônio histórico com a instituição do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a criação do Instituto Nacional do Livro (INL). Outra medida foi a implantação da radiodifusão, maior e mais popular forma de interagir com a população. Apesar de ganhar atenção do ministro Gustavo Capanema,³ a cultura nesse período ainda estava atrelada ao Ministério da Educação e Saúde. Somente em 25 de julho de 1953, pela Lei n. 1.920, o Ministério da Saúde foi separado da Educação e foi criado o Ministério da Educação e Cultura.

Para dissertar sobre a relação entre Estado e Cultura foi necessário observar o papel do Estado como investidor em projetos culturais. O objetivo do Estado ao investir nesses projetos era garantir a recuperação e a preservação de suas memórias a partir da valorização da cultura. De acordo com Calabre: “O período que vai do final dos anos 1960 até a década de 1970 deve ser analisado como um momento privilegiado no campo da ação do governo federal sobre a cultura”.⁴

No início dos anos 1970, o Brasil se encontrava em uma ditadura civil-militar, caracterizada por conflitos envolvendo os opositores do regime, fossem ricos ou pobres, estudantes, jornalistas e também políticos que eram ligados a qualquer ideia contrária à do governo vigente. Apesar disso, pode ser considerado período de glória para quem foi beneficiado pelo crescimento econômico.⁵

Desde o primeiro governo da ditadura militar no Brasil, presidido por Humberto de Alencar Castelo Branco,⁶ começaram a ser instituídos Atos Institucionais (AI) que em sua maioria limitavam os poderes da população e diminuía cada vez mais sua participação tanto

³Gustavo Capanema Filho nasceu em Pitangui (MG) em 1900. Advogado. Ministro da Educação e da Saúde de Vargas (1934-1945). Nesse período realizou obras importantes como a Universidade do Brasil, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Instituto Nacional do Livro. Exerceu os cargos de Deputado Estadual (1946-1959), Deputado Federal, (1961-1970) e Senador (1971-1979). FGV CPDOC. *Gustavo Capanema Filho*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gustavo-capanema-filho>>. Acesso em 20 de abril de 2018.

⁴CALABRE, Lia. O Conselho Federal de Cultura: 1971-1974. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, n. 37, jan. jun. 2006. p. 82.

⁵REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2000.

⁶Humberto de Alencar Castelo Branco nasceu em Fortaleza (CE) em 1900. Foi o primeiro presidente da ditadura militar do Brasil (1964-1967). Tornou-se impopular devido às medidas anti-inflacionárias. FGV CPDOC. *Humberto de Alencar Castelo Branco*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/humberto-de-alencar-castelo-branco>>. Acesso em 20 de abril de 2018.

política quanto socialmente. Como exemplo, destaca-se o Ato Institucional n. 2, de 1965, que extinguiu todos os partidos políticos do país, substituindo-os por dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição. Não poderia, além desses dois grupos partidários citados, haver outras formas de expressão na sociedade que se aproximassem de discussões acerca de questões políticas, especialmente as críticas ao regime.

Assim como a política, a cultura também sofreu interferência da ditadura militar. No período analisado foi acionado o Conselho Federal de Cultura, criado em 21 de novembro de 1966 pelo Decreto-Lei n. 74. A partir de 1971, o Conselho Federal de Cultura publicou boletins informativos através da *Revista Brasileira de Cultura*, que tinha entre seus principais objetivos a elaboração do Plano Nacional de Cultura e a criação de conselhos de cultura nos estados e municípios.

No Piauí, o Conselho Estadual de Cultura foi criado pelo Decreto n. 631, de 12 de outubro de 1965⁷ como órgão de assessoria do governo, com a finalidade promover estudos e incentivar pesquisas sobre a preservação do patrimônio, além de promover a divulgação e o aperfeiçoamento cultural do Estado. Com a criação do Conselho Federal de Cultura, que propunha a valorização da integração nacional, o Conselho Estadual que se encontrava inoperante passou a contar com recursos financeiros e com a elaboração de projetos para ser executados em parceria nacional.

Nesse sentido, a pesquisa enfatiza o estudo do contexto piauiense, que nesse momento é marcado pelo pessimismo, por ser um dos estados mais pobres e atrasados do Brasil. Analisando os jornais da década de 1970, é possível identificar que foi construída a ideia de que no Piauí havia a necessidade de uma nova figura política, de que havia o anseio por uma política que voltasse a sua atenção para a autoestima do piauiense. Foi nesse contexto de anseios e necessidades divulgadas pela imprensa que foi construída a figura política de Alberto Silva, engenheiro que aparece como opção promissora para reconstruir o Piauí e melhorar a sua imagem.

O governo de Alberto Silva foi vivenciado em período marcado pelo rígido regime militar no Brasil, cuja presidência era comandada por Emílio Garrastazu Médici,⁸ que governou

⁷Decreto n. 631, de 12 de outubro de 1965, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Cultura. Cf.: QUEIROZ, Teresinha (Org.) *Conversas com M. Paulo Nunes*. Teresina:EDUFPI, 2012.

⁸Emílio Garrastazu Médici nasceu em Bajé (RS) em 1905. Após longo período nas Forças Armadas, foi nomeado em 1960 subcomandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Aderiu ao golpe civil-militar de 1964. Em 1967, assumiu a chefia do Serviço Nacional de Informações (SNI). No ano de 1969, recebeu a promoção a General e foi nomeado comandante do 3º Exército em Porto Alegre. Em

o país entre 1969 e 1974, e início da presidência de Ernesto Geisel⁹ (1974-1979). O regime militar foi erguido sob a alegação de luta contra a suposta ameaça de instauração de um regime comunista no país.

Dessa maneira, a análise se concentra no governo de Alberto Silva no âmbito estadual e Médici e Geisel (parcialmente) em âmbito federal, enfatizando os incentivos para a construção de uma cultura que melhorasse a imagem do Piauí nacionalmente. Quanto à construção da imagem do governador Alberto Silva, cabe a reflexão sobre a atuação da imprensa teresinense que a trabalha positivamente. Uma vez que a candidatura de Alberto Silva foi inicialmente muito criticada, é interessante observar sua exaltação pela imprensa.

Para fundamentação teórica e historiográfica da pesquisa recorreu-se a autores que tratam temas relacionados ao Estado, às políticas culturais, às questões de civismo e à Batalha do Jenipapo.

Certeau¹⁰ auxilia na compreensão daquilo que está silenciado no texto, o não-dito, bem como acerca das particularidades de cada historiador e o modo como constrói sua escrita, contribuindo com seus estudos para a construção historiográfica e sua legitimidade diante de seus pares.

Para estudar a situação em que o Brasil se encontrava, entre 1971 e 1975, analisa-se parte da historiografia disponível sobre a ditadura civil-militar, considerando que esse período é analisado sob vários enfoques, entende-se neste trabalho que o golpe contou com a participação e apoio dos civis. Para compreender como o Brasil entrou em uma ditadura, recorre-se a Ferreira,¹¹ que analisa o período de 1945 a 1964, desde a fase de democratização até o golpe civil-militar, observando os interesses dos participantes desse processo histórico e os conflitos sociais que levaram aos acontecimentos de 1964. Luís Carlos Delorme Prado e

outubro do mesmo ano recebeu a indicação, pelo Alto Comando das Forças Armadas, para assumir a presidência até 15 de março de 1974. FGV CPDOC. *Emílio Garrastazu Médici*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/medici-emilio-garrastazu>>. Acesso em 20 de abril de 2018.

⁹Ernesto Geisel nasceu em Bento Gonçalves (RS), em 1907. Foi general de Brigada em 1960, chefe da Casa Militar no governo de Castelo Branco. Em 1969 assumiu a direção da Petrobrás, e em 1974 assumiu a presidência do Brasil. FGV CPDOC. *Ernesto Geisel*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/geisel-ernesto>>. Acesso em 20 de abril de 2018.

¹⁰CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

¹¹FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 343-404.

Fábio Sá Earp¹² contribuem para este trabalho, pois analisam como aconteceu no Brasil a instauração da ditadura civil-militar, colaborando para a compreensão do que foi o milagre econômico e como o governo do país se apropriou desse crescimento para legitimar sua permanência no poder. Evaldo Vieira¹³ estuda cada um dos presidentes do período entre 1964 a 1985, analisando questões econômicas, políticas e sociais. Lilia Schwarcz e Heloísa Starling¹⁴ contribuem para a pesquisa com a análise atualizada e com as informações sobre o período, além de uma rica iconografia. Daniel Aarão Reis analisa os fundamentos da ditadura e a relação com a sociedade que possibilitaram sua manutenção no poder por tanto tempo. Marcelo Ridenti¹⁵ aborda a cultura vivida no período, evidenciando os movimentos artísticos do pré-1964 e do período da ditadura, bem como a utilização da arte como lugar de representação política.

Teresinha Queiroz¹⁶ faz a demarcação de momentos expressivos para a historiografia piauiense, e contribui para a compreensão da cultura literária no Piauí, no período analisado. Destaca o Plano Editorial do Estado e sua relevância para a cultura escrita do estado.

Iara Guerra¹⁷ analisou o papel das instituições político-culturais em Teresina (PI) entre 1950 e 1980, assim como realizou a pesquisa a respeito das produções, editorações e divulgações das obras relacionadas à história do Piauí. Discute igualmente os temas históricos abordados nos periódicos locais, contribuindo para esta pesquisa ao destacar os investimentos de Alberto Silva referentes à reedição de obras no Piauí pelo Plano Editorial do Estado.

Gislane Torres¹⁸ aborda a produção literária piauiense nos anos 1960 e 1970 e mapeia as obras publicadas no Plano Editorial do Estado e colabora com a análise da relação entre a produção literária e o desenvolvimento que se desejava alcançar no estado.

¹²PRADO, Luís Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 207-241.

¹³VIEIRA, Evaldo. *A ditadura militar: 1964-1985 momentos da República brasileira*. São Paulo: Cortez, 2014.

¹⁴SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

¹⁵RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 133-166.

¹⁶QUEIROZ, Teresinha. Historiografia piauiense. In: _____. *Do singular ao plural*. Recife: Edições Bagaço, 2006. p. 141-171.

¹⁷MOURA, Iara Conceição Guerra de Miranda. *Historiografia piauiense: relações entre escrita histórica e instituições político-culturais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2015.

¹⁸TORRES, Gislane Cristiane Machado. *O poder e as letras: políticas culturais e disputas literárias em Teresina nas décadas de 1960 e 1970*. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

Cláudia Fontineles¹⁹ analisa os dois governos de Alberto Silva, entre os anos de 1971-1975 e 1987-1991, no Piauí. A autora ressalta como suas práticas políticas foram inscritas na memória e na história piauiense, assim como o interesse do governante em eternizar seus feitos na sociedade piauiense, intencionando permanecer na memória e na história.

Eric Hobsbawm e Terence Ranger²⁰ colaboram com as análises deste trabalho sobre a construção da tradição de comemoração da Batalha do Jenipapo, uma vez que o objetivo desta pesquisa é entender como o governo de Alberto Silva contribuiu para enfatizar a história e a cultura piauiense. Para isso, utiliza-se o conceito de tradição proposto por Hobsbawm e Ranger de que as tradições são construídas e perpetuadas ou não na sociedade, interessando entender o sentido, os valores e as normas de comportamento que elas objetivam imprimir através da repetição, que implica ou não continuidade. Nesse sentido, discute-se sobre o comportamento social diante dos acontecimentos, e o modo de guardar e significar a história de cada povo. Hobsbawm afirma que: “Muitas vezes, tradições que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas”.²¹

De Hobsbawm²² também foi acionado o conceito de nacionalidade para compreender como o Estado emprega instrumentos sociais para firmar seu posicionamento em frente à defesa e à apropriação de elementos culturais para caracterizar e enaltecer seus próprios governos. Hobsbawm discute as várias significações e questionamentos sobre a nação e seu reconhecimento. Ele afirma que a ideia de nação não é tão antiga e é construída a partir dos acontecimentos históricos. Sua obra permite compreender como o patriotismo é encontrado nas obras relacionadas ao concurso promovido pelo governador Alberto Silva, reforça o patriotismo, que também é incentivado pelo Estado a fim de resgatar esse acontecimento como de grande valor para o piauiense.

Para analisar o monumento-museu em homenagem aos heróis da Batalha do Jenipapo erigido em Campo Maior, faz-se uso dos estudos de José Murilo de Carvalho,²³ que contribuem ao ponderar os significados dos monumentos. Ao estudar a implantação da República no Brasil, Carvalho destaca as razões pelas quais ela foi instituída e seus principais idealizadores. Assim,

¹⁹FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. *O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2015. p. 54.

²⁰ HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

²¹HOBBSAWM; RANGER, 1997, p. 9.

²²HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

²³CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

evidencia os símbolos criados pelos governos para significá-los e guardá-los na memória da população.

Segundo Carvalho, a construção de monumentos se constitui verdadeiros discursos políticos. Assim, a construção de monumentos cria um ideal político em torno daquilo a que se faz referência e valoriza o acontecimento, principalmente interferindo no modo de ver da população acerca de determinado evento. Além disso, o responsável por essa construção também ganha uma imagem positiva na sociedade. É importante entender como Alberto Silva utilizou a Batalha do Jenipapo e construiu o monumento-museu em Campo Maior, abrindo um novo espaço para a história do Piauí, promovendo a valorização das lutas da Independência para o povo, que agora pode contar com um passado de glória, de luta pela pátria.

Como o trabalho diz respeito à tentativa de construção da memória piauiense através das políticas culturais criadas no governo Alberto Silva, utiliza-se Maurice Halbwachs²⁴ para entender como a memória, que pode ser tanto individual quanto coletiva, é construída. Parte-se da ideia de que existem formas particulares a cada indivíduo ou grupo de agir diante dessas memórias. Portanto, existem as lembranças que são comuns e outras que são consideradas apenas quando há algum aspecto de interesse. Por outro lado, o indivíduo como membro de um grupo pode contribuir para evocar e manter as lembranças impessoais na medida em que elas interessam ao grupo. Quanto às memórias individuais, o autor destaca que elas podem se apoiar nas lembranças coletivas para se manterem e podem ser confundidas com memórias coletivas, mesmo que momentaneamente, mas são limitadas estritamente no espaço e no tempo.

Analisando as políticas culturais cívicas, vê-se a construção de uma cultura oficial. Dessa forma, analisa-se a imposição de uma memória através das políticas culturais oferecidas pelo Estado e o estudo da memória coletiva de Michel Pollak²⁵ para observar o caráter impositivo da memória que entende a memória coletiva como imposição, uma forma autoritária de inserir na população uma memória construída de cima para baixo.

Os periódicos que circularam durante os anos de 1970 constituem fontes relevantes para esta pesquisa, uma vez que representaram espaço de divulgação das estratégias políticas, realiza a publicação dos atos oficiais e são mediadores do diálogo entre governo e população. Os jornais pesquisados foram aqueles que circularam na capital, Teresina: *O Dia*,²⁶ o *Jornal do*

²⁴HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

²⁵POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989.

²⁶*O Dia* (1971 a 1975).

Piauí,²⁷ *O Estado*,²⁸ *o Estado do Piauí*,²⁹ e o jornal *A Hora*,³⁰ disponibilizados pelo Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito.

As imagens encontradas nos jornais, nas revistas e nos livros estudados também fazem parte das fontes analisadas. A *Revista Presença* foi uma grande divulgadora das realizações do governo, juntamente com a revista *Cadernos de Teresina*.

Outras fontes foram: as biografias de Petrônio Portela; os livros de Deoclécio Dantas; os prefácios de livros que foram publicados pelo Plano Editorial do Estado; os Decretos do Plano Editorial e do concurso de obras sobre a participação do Piauí na Independência; bem como os decretos da criação do Conselho Estadual de Cultura; o Plano de Cultura lançado em 1973 e o documento Diretrizes para políticas culturais; além das obras bibliográficas que colaboraram para a interpretação das fontes, e as mensagens enviadas à Assembleia Legislativa entre os anos de 1971 e 1975.

A dissertação é apresentada em três capítulos. O primeiro, *Brasil e Piauí no contexto da ditadura civil-militar*, realiza a contextualização da situação do Brasil, analisando a historiografia sobre o Golpe civil-militar de 1964 com a finalidade de compreender como o país entrou e permaneceu no regime militar. O contexto histórico compreende o governo do General Emílio Garrastazu Médici, que corresponde ao período de governo de Alberto Silva no Piauí. Outro ponto relevante discutido no primeiro capítulo é a política de Alberto Silva. Analisa-se como esse governo se impõe diante do cenário político piauiense, as estratégias e os projetos desenvolvidos para promover sua atuação como governador do estado em consonância com o quadro político nacional. Observa-se como Alberto Silva se utiliza das realizações promovidas por ele para dar reconhecimento ao seu mandato. A análise é realizada a partir das imagens utilizadas pela propaganda oficial do governo, considerando também as estratégias políticas utilizadas para manter e legitimar o poder.

O segundo capítulo, *A política cultural de Alberto Silva*, analisa a relação entre Estado e Cultura, mapeando as políticas culturais que estavam se estruturando pelo país, como o Ministério da Educação e Cultura as promovia, e a relevância do Plano Nacional de Cultura, bem como as diretrizes para políticas culturais, tanto no âmbito nacional quanto estadual. Ressalta-se como o Brasil articula as políticas culturais à construção do imaginário em favor do regime militar e a cooperação de intelectuais nesse momento, com o fim de compreender as

²⁷*Jornal do Piauí* (1971 a 1975).

²⁸*O Estado* (1971 a 1975).

²⁹*Estado do Piauí* (1971 a 1975).

³⁰*A Hora* (1971 a 1975).

políticas culturais empreendidas por Alberto Silva. Analisam-se também os principais projetos desenvolvidos no Piauí que tinham como objetivo conferir ao estado o reconhecimento nacional, elemento desejado pelo governador. A criação da Secretaria da Cultura, sua finalidade e suas realizações são analisadas para conhecer as iniciativas de Alberto Silva direcionadas à cultura, mapeando como se estruturavam e como ocorreu a valorização da memória e da história piauiense.

Por fim, o terceiro capítulo, *As comemorações cívicas e os novos significados da Batalha do Jenipapo*, destina-se à discussão sobre o modo como o civismo era vivenciado no Piauí naquele período e à análise das comemorações do dia 7 de Setembro, o dia da Independência do Brasil no Piauí. Nesse sentido, observou-se como ocorreu a introdução das comemorações da Batalha do Jenipapo no cotidiano piauiense e como foram inseridas nas comemorações cívicas. Analisa-se o reconhecimento da Batalha do Jenipapo pela população e a maneira como o governo de Alberto Silva, como o poder oficial, o criou e utilizou para enaltecer suas iniciativas, assim como os investimentos para a construção da memória sobre o evento.

Portanto, esta dissertação considera aspectos relacionados à história e memória para compreender como foram forjados os sentimentos de nacionalismo e de piauiensidade através das políticas do governo de Alberto Silva, que realizou a convergência das comemorações nacional com as comemorações locais no ensejo das lutas pela Independência do Brasil.

2 BRASIL E PIAUÍ NO CONTEXTO DA DITADURA CIVIL-MILITAR

Para compreender o desenvolvimento de políticas culturais durante o período da ditadura civil-militar no Brasil e no Piauí, analisa-se o contexto histórico do referido período. Assim, é importante compreender como se deu a instauração da ditadura no país e que articulações e estratégias foram aplicadas para garantir sua manutenção. O período estudado corresponde ao momento em que o general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) ocupava o cargo de presidente do país, portanto, destacam-se os momentos enfáticos de seu governo, como o chamado Milagre Econômico,³¹ de acordo com a historiografia brasileira a respeito do golpe civil-militar de 1964.³²

Sobre o Piauí, a análise centrou-se nas articulações políticas que culminaram na chegada de Alberto Silva, em 1971, à frente do governo do estado e suas interferências na infraestrutura da capital Teresina. A pesquisa mostrou que Alberto Silva construiu um discurso de que o Piauí necessitava de uma nova figura política capaz de apagar o pessimismo e o esquecimento que pairavam sobre o estado, levando à construção da imagem de um governador que atenderia a todas as deficiências do estado.

2.1 O Brasil da ditadura civil-militar e do Milagre Econômico

O objetivo deste tópico é estudar a instauração da ditadura civil-militar no Brasil, ressaltando os principais antecedentes do golpe de 1964. Assim, analisam-se os governos anteriores à posse de Médici, bem como este governo, especialmente no que se refere ao campo da Cultura.

³¹O período de 1968-1973 foi denominado como Milagre Econômico em função das extraordinárias taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). A historiografia analisa o Milagre a partir de três linhas: a primeira é a importância da política econômica do período, política monetária de crédito e com incentivo às exportações; a segunda atribui o milagre ao ambiente externo favorável, devido à melhoria das condições de troca e crédito externo; a terceira linha enfatiza as reformas institucionais do Programa de Ação do Governo (PAEG) do governo Castelo Branco com as reformas fiscais e tributárias. Neste trabalho, acredita-se na contribuição de cada uma dessas linhas. Cf.: PRADO, Luís Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 207-241.

³²FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Em 1961, com o apoio do PTB, Jânio Quadros³³ assumiu a presidência do Brasil. No entanto, depois de enfrentar um período de crises e grande instabilidade na economia brasileira, renunciou ao cargo em 25 de agosto de 1961. João Goulart³⁴ assumiu em seu lugar, logo após o breve governo do presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazilli.³⁵

No dia 7 de setembro de 1961, João Goulart assumiu a presidência do país. As pressões políticas e a crise econômica persistiam e levaram o novo presidente a instalar o parlamentarismo, quando indicou Tancredo Neves³⁶ como Primeiro-ministro. O sistema parlamentarista durou até o dia 6 de janeiro de 1963, quando, através de plebiscito sobre a implantação do parlamentarismo, a maioria decidiu pelo presidencialismo. A esse respeito, Jorge Ferreira destaca que Goulart:

Tornou-se presidente da República sob gravíssima crise militar, com as contas públicas descontroladas, tendo que administrar um país endividado interna e externamente, além da delicada situação política. Ainda mais grave, Goulart não tinha como implementar seus projetos reformistas. O sistema parlamentarista, implantado às pressas, visava, na verdade, impedir que ele exercesse seus poderes. Sob um parlamentarismo ‘híbrido’, o governo não tinha instrumentos que dessem a ele eficiência e agilidade. Tratou-se de uma solução que resultou de uma ampla coalizão para impedir o golpe militar, isolando os grupos civis e militares que não se conformaram com a sua posse, garantindo, assim, as instituições democráticas.³⁷

³³Jânio da Silva Quadros nasceu em Campo Grande (MT), em janeiro de 1917. Bacharel em Direito. Vereador (1947-1951). Deputado Estadual (1951-1953). Prefeito (1953-1955). Governador de São Paulo (1955-1959). Assumiu a presidência do Brasil em janeiro 1961, tendo como vice João Goulart. Renunciou em agosto de 1961. FGV CPDOC. *Jânio da Silva Quadros*. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/produção/dossiês/jango/biografias/janio_quadros>. Acesso em 20 de abril de 2018.

³⁴João Belchior Marques Goulart nasceu em São Borja (RS), em 1919. Entrou para a política em 1945, a convite de Getúlio Vargas. Em 1946 foi deputado estadual pelo Rio Grande do Sul. Deputado federal (1950). Assumiu a Secretaria do Interior e Justiça em 1951. Em 1952 foi reeleito presidente da Comissão Executiva Estadual do PTB para os anos 1952-1954, ano que assumiu a presidência do Diretório do Partido. Ocupou o Ministério do Trabalho no governo Vargas, em 1953. Em 1961 foi empossado como presidente da República após a renúncia de Jânio Quadros. FGV CPDOC. *João Goulart*. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/produção/dossiês/jango/biografias/joão_goulart>. Acesso em 20 de abril de 2018.

³⁵Paschoal Ranieri Manzilli nasceu em Caconde (SP), em 1910. Foi Deputado Federal, por São Paulo (1951-1967); Presidente da Câmara dos deputados (1958-19650); presidente do Brasil em duas ocasiões (de agosto de 1961 – setembro de 1961; de 2 de abril de 1964 – 15 de abril do mesmo ano). FGV CPDOC. *Raner Manzll*. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/produção/dossiês/jango/biografias/ranieri_manzilli>. Acesso em 20 de abril de 2018.

³⁶Tancredo de Almeida Neves nasceu em São João Del Rei (MG), em 1910. Foi vereador (1935), deputado federal (1951), senador por Minas Gerais (1979-1983), governador de Minas Gerais (1983-1984), Primeiro Ministro do Brasil (1961-1962). Eleito Presidente do Brasil, faleceu antes da posse. FGV CPDOC. *Tancredo Neves*. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/produção/dossiês/AEraVargas2/biografias/Tancredo_Neves>. Acesso em: 20 abr. 2018.

³⁷FERREIRA, 2010, p. 348.

A solução parlamentarista manteve a democracia, assegurando que o golpe militar não ocorresse, mas acabou cerceando os poderes do presidente, impedindo a tomada de medidas reformistas que atendessem às lutas de determinados grupos, como os nacionalistas e de esquerda, que deixaram de oferecer apoio ao presidente.

Goulart era considerado discípulo de Getúlio Vargas, pois atuou como ministro do Trabalho no segundo governo varguista.³⁸ Apresentava-se como defensor da democracia, da Constituição de 1946 e da urgência das reformas de base. Propunha também o desenvolvimentismo, a emancipação econômica, o aumento das exportações e o incentivo à agricultura. Todas as medidas defendidas publicamente por Goulart aceleraram a tomada do poder pelos militares, desencadeando a implantação do regime autoritário em 1964.

A crise político-militar estava disseminada, o governo sofria oposição civil e militar, e João Goulart era visto como um nome perigoso para o Brasil. Várias lideranças se uniram para a retirada do presidente, como os governadores do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, e a resistência militar, representada por Castelo Branco, que desde 1963 se tornara general e chefe do Estado-Maior do Exército. Dessa maneira:

A derrubada de Goulart da presidência e o colapso da democracia no Brasil repercutiram entre os grupos nacionalistas e reformistas com grande surpresa. No entanto, para todos os protagonistas dos conflitos daquela época, como as esquerdas, a direita civil e os próprios militares, o golpe surgiu como uma grande incógnita. Como alguns depoimentos confirmam, não havia um projeto a favor de algo, mas contra. A questão imediata era depor Goulart e, depois, fazer uma ‘limpeza política’. O governo trabalhista, a sociedade brasileira e mesmo os patrocinadores da derrocada da democracia não perceberam que, em abril de 1964, ocorrera um novo tipo de golpe.³⁹

O golpe civil-militar foi consolidado em 31 de março de 1964 e Goulart foi exilado no Uruguai. O presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazilli, assumiu provisoriamente e permaneceu até o dia 11 de abril, quando passou o cargo para o general Humberto de Alencar Castelo Branco, eleito pelo Congresso Nacional.

A partir daí foi criado o Supremo Comando Revolucionário, composto de três ministros militares: o general Arthur da Costa e Silva,⁴⁰ o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo

³⁸Getúlio Dornelles Vargas foi presidente do Brasil por dois mandatos: o primeiro entre 1930 e 1945, e o segundo, entre 1951 e 1954. Entre 1937 e 1945 instalou o Estado Novo, a ditadura. No segundo governo foi eleito pelo voto popular e continuou com uma política populista. Cf.: DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 21-38.

³⁹FERREIRA, 2010, p. 401.

⁴⁰Artur da Costa e Silva nasceu em Taquari (RS), em 1902. Em 1961, liderou o comando 4º Exército, em Recife. Ao lado de Humberto Castelo Branco, articulou o Golpe civil-militar de 1964 e fez parte da

e o vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald. O Supremo Comando Revolucionário recebeu poderes constituintes com a criação do Ato Institucional n. 1, que visava à moderação dos poderes no processo do golpe civil-militar. No entanto, alargava os direitos do presidente. O referido ato conservava a Constituição de 1946, mas permitia a retirada de direitos políticos de qualquer um, a cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais sem apreciação judicial, além de instituir a eleição indireta.

A Constituição de 1946 era valorizada desde o início do governo de Castelo Branco, pois era tida como símbolo a ser seguido, uma vez que defendia a democracia, a execução de reformas e o desenvolvimento. Porém, em 1967, Castelo Branco anunciou mudanças consideradas necessárias na referida Constituição através do Ato Institucional n. 4. Convocou o Congresso para votar e promulgar uma nova Constituição em ritmo de trabalho acelerado, com o objetivo de assegurar a permanência de decretos e leis assinados desde 1964. Sendo assim, o Executivo possuía poder de legislar sobre qualquer questão que se relacionasse à segurança nacional e as finanças do Brasil, visto que era responsável por institucionalizar os princípios obtidos através do golpe civil-militar de 1964.⁴¹

Nesse contexto, destacava-se a necessidade de controlar a crise econômica. Foram anunciadas medidas para tentar paralisar a inflação, renegociando novos prazos para o pagamento de dívidas. Dessa maneira:

A nova equipe econômica deu prioridade à luta para reverter a tendência de aumento contínuo da taxa de inflação que se vinha manifestando desde o início da década. A primeira medida foi tentar reduzir o déficit público, com o envio ao congresso de um novo orçamento que entraria em vigor imediatamente redefinindo despesas para o ano corrente de 1964. Em agosto foi divulgado o principal documento de estratégia econômica do governo Castelo Branco: o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG).⁴²

As medidas propostas pelo PAEG geraram rejeição da equipe econômica. Segundo Luís Carlos Prado e Fábio Earp essa era “uma terapia de choque para a inflação, isto é, a tentativa de controlar a elevação dos preços por meio de uma contração violenta da oferta monetária e

junta do Comando Supremo da revolução. Entre 1964 e 1966 foi Ministro da Guerra. Assumiu a presidência do país em março de 1967, e em 1969 foi afastado do cargo por problemas de saúde. Presidente em março de 1967 e em 1969 foi afastado do cargo por problemas de saúde. FGV CPDOC. *Artur da Costa e Silva*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/artur-da-costa-e-silva>>. Acesso em 20 de abril de 2018.

⁴¹VIEIRA, Evaldo. *A ditadura militar: 1964-1985, momentos da República brasileira*. São Paulo: Cortez, 2014. p. 36

⁴²PRADO; EARP, 2010, p. 213.

da demanda agregada”.⁴³ Ainda assim a política econômica de Castelo Branco não conseguiu lograr êxito na realização do controle da inflação.

Essas reformas moldaram as bases para um novo modelo de crescimento econômico que estaria por vir. As políticas do governo Castelo Branco eram impopulares, dentre elas, o fechamento do sistema político, que não era visto com bons olhos, mas era justificado pela necessidade de manter o programa econômico.⁴⁴

O presidente seguinte, Costa e Silva, assumiu o cargo em 15 de março de 1967, eleito por voto indireto. A transição entre os governos só foi possível mediante o comprometimento de Costa e Silva em manter a política anti-inflacionária.⁴⁵ Assim, ele apenas herdava e reproduzia a situação política e econômica do governo de Castelo Branco, que era “uma continuidade das políticas anteriores em que a redução do papel do setor público e o aumento da participação do setor privado eram aspectos considerados prioritários”.⁴⁶

Mas, diferentemente do cenário econômico de 1964, em 1967 as iniciativas traçadas permitiam novas articulações que abriam espaço para pensar em uma nova política econômica. No governo de Costa e Silva ocorreu a implantação do Ato Institucional n. 5, em 15 de março de 1968, que concedia ao presidente da República inúmeros poderes, dentre eles, o de fechar o Congresso Nacional, as Assembleias estaduais e as câmaras municipais. O presidente poderia cassar mandatos parlamentares e suspender os direitos políticos de qualquer pessoa por dez anos. Poderia também demitir, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários estaduais, federais e municipais, além de demitir juízes, suspender a garantia do Poder Judiciário e decretar estado de sítio sem qualquer impedimento. Também era possível confiscar bens como punição por corrupção, suspender *habeas corpus* em casos de crime contra a Segurança Nacional e os crimes políticos poderiam ser julgados por tribunais militares.⁴⁷ O resultado de tais medidas foram prisões sem acusação formal e sem mandado, tortura a presos políticos e abusos de poder.⁴⁸

Médici assumiu a presidência da República em 30 de outubro 1969. Mesmo com o apoio do Alto Comando das Forças Armadas, ele não conseguiu alcançar a unanimidade da eleição, elegendando-se pelo voto indireto de 293 deputados, contando com 76 abstenções e ainda nove

⁴³PRADO; EARP, 2010, p. 214.

⁴⁴PRADO; EARP, 2010, p. 217.

⁴⁵PRADO; EARP, 2010, p. 217.

⁴⁶PRADO; EARP, 2010, p. 219.

⁴⁷VIEIRA, 2014, p. 59.

⁴⁸PRADO; EARP, 2010, p. 219.

ausências.⁴⁹ Segundo Lilia Schwarcz e Heloísa Starling, Médici era um militar com perfil de burocrata, não tinha popularidade e era quase um desconhecido. Vieira analisa a posse de Médici:

À época de sua posse, Médici leu um ‘credo’, no qual se declarava ‘homem da lei’. Achava ele ‘que a plenitude do regime democrático é uma aspiração nacional’. Na realidade, Médici não foi um primor na clareza de suas palavras. Falava de democracia, de justiça social, de reformas, de desenvolvimento, examinando igualmente a situação dos trabalhadores. Nunca se esqueceu, porém, de colocar acima de tudo o Ato Institucional n. 5. Fez promessas: ‘Esperava entregar o país em pleno regime democrático, ao final de seu governo’.⁵⁰

Evaldo Vieira destaca que o pensamento do presidente se confundia quando o assunto era democracia, pois mesmo quando admitia sua falta de fé na democracia plena, colocava-se como defensor do regime democrático. A equipe econômica de Médici⁵¹ contava com dois planos econômicos: Metas e Bases para a Ação do governo e o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND). O primeiro foi publicado em setembro de 1970 e definia “os objetivos nacionais e as metas estratégicas setoriais”.⁵² O segundo “foi publicado em dezembro de 1971 e prometia transformar o Brasil em ‘nação desenvolvida’ dentro de uma geração”.⁵³

O I PND previa condições que não eram poucas e nem fáceis de ser alcançadas. Consistiam na distribuição dos resultados do progresso econômico em todo o Brasil, para a integração social, a construção do mercado de massa e para assistência ao trabalhador.⁵⁴ Para a realização desses planos era necessário associar os créditos da rede de bancos oficiais e as empresas estatais ao conjunto de incentivos coordenados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial.⁵⁵ Prado e Earp afirmam que:

Tanto o ‘Metas de Bases’ quanto o I PND acreditavam que o Brasil poderia alcançar taxas de crescimento anuais da ordem de 9%. Tratava-se de um aumento considerável em relação aos 6% PED, mas curiosamente não perceberam que a economia já havia ultrapassado este elevado patamar de crescimento. O ‘milagre’ havia começado.⁵⁶

⁴⁹VIEIRA, 2014, p. 66.

⁵⁰VIEIRA, 2014, p. 67.

⁵¹A equipe econômica de Médici contava com Delfim Netto no Ministério da Fazenda que também era ministro durante a presidência de Costa e Silva, sua gestão no governo Médici manteve a taxa de crescimento do PIB elevado e João Paulo dos Reis Velloso no Ministério do Planejamento que realizou o Censo em 1970 a cargo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a coordenação do Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo.

⁵²PRADO; EARP, 2010, p. 221.

⁵³PRADO; EARP, 2010, p. 221.

⁵⁴VIEIRA, 2014, p. 80.

⁵⁵PRADO; EARP, 2010, p. 221.

⁵⁶PRADO; EARP, 2010, p. 222.

Diante do inesperado aumento das taxas de crescimento e da articulação dos movimentos estudantis e dos trabalhadores, que ganhavam forças nas ruas, as autoridades planejadoras do regime militar desconfiavam das taxas publicadas.⁵⁷ No governo de Médici, a preocupação política não era mais o foco principal. Com os números favoráveis ao crescimento, a preocupação estava voltada para a economia. Segundo Prado e Earp: “A ideia de que estava em processo a construção de um ‘Brasil Potência’ passou a constituir a base da propaganda do governo e o fundamento de sua legitimidade”.⁵⁸ E acrescentam:

Portanto, críticas quanto à estratégia de desenvolvimento econômico tinham uma importância que transcendia o mero debate acadêmico. Foi justamente a divulgação dos dados do censo de 1970 que permitiu a constatação de que a distribuição de renda tinha piorado no Brasil na década de 1960, mostrando um ponto fraco nos sólidos resultados econômicos divulgados pelo governo. Este ponto será o principal a partir do qual os economistas de oposição fizeram a crítica do modelo econômico brasileiro.⁵⁹

Conforme Vieira, o presidente Médici foi um ávido defensor da necessidade de repressão contra os crimes políticos. Vieira destaca que: “Em poucas ocasiões um presidente da República se responsabilizou em propor ao país a aplicação da repressão e da censura”.⁶⁰ As oposições diante de tal repressão entraram na luta clandestina:

Ocorreram fugas em massa de presos políticos, assaltos a banco para conseguir-se recursos financeiros, assaltos a quartéis para retirar armas militares. Iniciaram-se sequestros de embaixadores, visando a ser atendidas suas reivindicações, principalmente a libertação de seus partidários detidos. Sequestraram-se diplomatas de várias nacionalidades: norte-americana, alemã, japonesa e suíça.⁶¹

O presidente encontrou duas maneiras de agir diante de tais situações: negociava com os grupos, buscando assim a resolução do problema sem utilizar a força, ou aumentava ainda mais as repressões. Em 1969 foram expedidos os Atos Institucionais 13 e 14. O primeiro determinava que os presos políticos trocados por embaixadores sequestrados seriam banidos do Brasil, e o segundo acrescentava penalidades na Constituição Federal de 1967.⁶²

Antes da posse de Médici foram aprovadas a Lei da Segurança Nacional e a Emenda n. 1, em setembro e outubro de 1969, respectivamente. A Lei de Segurança Nacional atingia diretamente os direitos individuais, cerceando os direitos de reunião, de associação e de

⁵⁷PRADO; EARP, 2010, p. 222.

⁵⁸PRADO; EARP, 2010, p. 228.

⁵⁹PRADO; EARP, 2010, p. 228.

⁶⁰ VIEIRA, 2014, p. 69.

⁶¹ VIEIRA, 2014, p. 72.

⁶²Tais penalidades determinavam que, quando houvessem guerras psicológicas, guerra adversa revolucionária, e guerra externa, seria aplicada a pena de morte, a prisão perpétua e o banimento.

liberdade da imprensa. A Emenda n. 1 fortificava a soberania do Poder Executivo, dando amplos poderes ao presidente da República.⁶³

Dentre as diversas leis criadas para legitimar a repressão, o Decreto-Lei n. 69.534, assinado por Médici em novembro de 1971, determinou que o presidente da República pudesse criar decretos e leis secretas sem a necessidade de divulgação oficial, autorizando ainda a prisão de indivíduos em caso de violação da lei, mesmo que ele não tivesse conhecimento sobre isso. Vieira ressalta que:

Depois de 1969, as forças responsáveis pela repressão atacaram e exterminaram os partidários dos grupos armados, que agiam na clandestinidade. As operações repressivas tomavam a mais variada forma, indo desde busca e detenção de muitas pessoas desarmadas, até o uso de tortura para chegar a informações desejadas. O combate aos referidos grupos armados, portanto, envolvia a construção de barricadas, com o fim de revistar veículos e pessoas.⁶⁴

Nesse sentido foram realizadas operações repressivas no Vale da Ribeira em São Paulo e em Araguaia na Amazônia⁶⁵. Esses movimentos armados opositores à ditadura civil-militar ganharam destaque pelo grau de organização que apresentavam. As repressões a esses movimentos foram silenciadas por muito tempo, devido ao controle político sobre a imprensa através da censura. Desde 1969 as forças repressivas eram gradativamente institucionalizadas e ganhavam força dentro dos governos militares.

O Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e o Destacamento de Operações de Informações (DOI) foram criados no ano de 1969 pelos militares com o nome de Operação Bandeirantes. Em setembro de 1970 recebeu o nome de DOI-CODI, no governo de Médici, e tinham como objetivo conseguir informações sobre os opositores ao golpe a qualquer custo, sem poupar mentes e corpos. O governo contava também com o Departamento de Polícia Federal (DPF), responsável por censurar canais de comunicação e movimentos culturais. O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) também teve relevante atuação nessa política de repressão, assim como a Polícia Militar.⁶⁶

O CODI e o DOI eram comandados por Orlando Geisel,⁶⁷ ministro do Exército. De acordo com Schwarcz e Starling, esses órgãos conduziam operações de repressão e era comum

⁶³ VIEIRA, 2014, p. 73.

⁶⁴ VIEIRA, 2014, p. 73.

⁶⁵ Sobre o tema, cf.: NASCIMENTO, Dubens Martins. *A Guerrilha do Araguaia: paulistas e militares na Amazônia*. 2000. 199 f. Dissertação (Mestrado). Universidade do Pará, Belém, 2000.

⁶⁶ VIEIRA, 2014, p. 76.

⁶⁷ Orlando Geisel nasceu em Estrela (RS), em 1905. Foi comandante da 1ª Divisão de infantaria e da Guarnição da Vila Militar em abril de 1964; Presidente da Comissão Especial de Reversão do Exército e comandante da 1ª RM, a partir de maio de 1964. Em 1966 assumiu como Chefe do Estado-maior do

ocorrerem desaparecimentos forçados para encobrir homicídios de prisioneiros nas instalações desses locais clandestinos, para onde eram levados os opositores ao governo, fazendo uso de tortura nos interrogatórios.⁶⁸ Vieira destaca que:

Não é difícil imaginar como o silêncio havia pairado sobre a sociedade brasileira. O ministro da Justiça do presidente Médici, Alfredo Buzaid, por meio do Decreto-Lei n.1.077, regulamentou a Emenda Constitucional n. 1. Por estes decretos-lei, jornais e revistas tinham de registrar-se na Polícia Federal, além de obedecer uma série de exigências. A censura avançava livremente, em nome da tranquilidade e da moral.⁶⁹

Os símbolos nacionais, como a Bandeira e o Hino Nacional, também serviram como instrumento de controle utilizados pelo governo para disciplinar a sociedade. A imposição dessas normas de comportamento foi noticiada pelos jornais piauienses. As notícias chegadas ao Piauí direto de Brasília, divulgadas pelo *Jornal do Piauí*, informam sobre o decreto-lei assinado pelo presidente Médici sobre a forma e apresentação dos símbolos nacionais. O decreto-lei determinava que quem desrespeitasse e violasse os símbolos nacionais estaria sujeito ao pagamento de multa correspondente a quatro salários mínimos. A reincidência do comportamento considerado inadequado implicaria na duplicação da multa:

Segundo decreto-lei, são inalteráveis a Bandeira Nacional, o Hino Nacional, as Armas Nacionais e o Selo Nacional. O Pavilhão Nacional pode ser hasteado em mastros ou adriças, nos edifícios públicos e particulares, templos, campos de esportes, escritórios, salas de aula, auditórios, embarcações, ruas, praças ou em qualquer lugar em que lhe seja assegurado o devido respeito.⁷⁰

Os símbolos como a Bandeira Nacional e as Armas Nacionais “não podem ser postos à venda nem distribuídos gratuitamente sem que tragam na tralha (a Bandeira) e no reverso (as armas) a marca e o endereço do fabricante ou editor, além da data de sua fabricação”.⁷¹ O Ministério da Educação e Cultura, conforme o artigo, faria uma edição oficial definitiva de todas as partituras do Hino Nacional, providenciaria a gravação em disco de sua execução

Exército. Durante a presidência de Médici, ocupou o Ministério do Exército e atuou na repressão aos opositores da ditadura. FGV CPDOC. *Orlando Geisel*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/geisel-orlando>>. Acesso em 20 de abril de 2018.

⁶⁸SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 460.

⁶⁹VIEIRA, 2014, p. 77.

⁷⁰SERÁ multado quem não respeitar símbolos nacionais. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.429, 7 set. 1971, p. 4.

⁷¹SERÁ multado quem não respeitar símbolos nacionais. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.429, 7 set. 1971, p. 4.

instrumental e vocal e de sua letra. Ninguém poderia ser admitido no serviço público sem que demonstrasse conhecimento do Hino Nacional.⁷²

Sobre o Dia da Pátria, 7 de Setembro, a notícia destaca a exibição da esquadrilha da fumaça, que contaria com voos da altura da Esplanada dos Ministérios, como o ápice das comemorações. Ainda haveria saltos de paraquedistas, competições esportivas e desfiles. Todas as escolas deveriam hastear a Bandeira Nacional e, na solenidade, promoveriam palestras sobre a independência do Brasil.

A reforma agrária e a situação dos trabalhadores também teve atenção do governo de Médici. No início de sua gestão, o presidente procurou dinamizar a reforma agrária em áreas previamente escolhidas, sem afetar locais que cumprissem com sua função social. Sobre os trabalhadores, Vieira afirma que eles “continuariam suportando as deliberações anti-inflacionárias, reajustando seus salários com base na produtividade”.⁷³ Oferecer vantagens para a classe trabalhadora não era o objetivo de Médici, uma vez que sua prioridade era a empresa privada de capital nacional.

Segundo Schwarcz e Starling, enquanto durou o Milagre, apesar da concentração de renda nas mãos de poucos, diversas pessoas foram beneficiadas, incluindo as classes médias urbanas, com o crédito fácil, com as novas oportunidades profissionais, além dos incentivos para o consumo em um mercado cheio de novidades, tais como:

TV em cores, toca-fitas, câmera Super-8, automóveis – Corcel, Opala, Galaxie, Chevette. Para completar a felicidade do brasileiro, ainda existia a possibilidade de o assalariado finalmente ‘dar o salto da casa própria’ e comprar imóvel financiado pelo recém-criado Banco Nacional de Habitação (BNH).⁷⁴

Assim, é importante observar como parte dos anseios da população foram atendidos pelo regime militar, apesar da repressão violenta empregada pelo Estado contra os suspeitos de oposição. A esse respeito, Daniel Aarão Reis oferece contribuições relevantes. Afirma que:

Os anos 70, considerados e aperreados como anos de chumbo, tendem a ficar pesados como o metal da metáfora, carregando para as profundas do esquecimento a memória nacional. Eles precisam ser revisitados, pois foram também anos de ouro, descortinando horizontes, abrindo fronteiras, geográficas e econômicas movendo as pessoas em todas as direções dos pontos cardeais, para cima e para baixo das escalas sociais, anos obscuros para quem descia, mas cintilantes para os que ascendiam.⁷⁵

⁷² SERÁ multado quem não respeitar símbolos nacionais. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.429, 7 set. 1971, p. 4.

⁷³VIEIRA, 2014, p. 70.

⁷⁴SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 453.

⁷⁵REIS. Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 61.

Mesmo que tenha recebido o apoio de diversas camadas distintas da sociedade brasileira, não é fácil encontrar na atualidade quem se posicione ao lado do regime, inclusive pessoas que se beneficiaram dele, pois os fatos da história incidem sobre as memórias, limitando posicionamentos que no presente não são bem vistos socialmente. Segundo Montenegro:

Permitir-se trazer à tona comportamentos, situações, pontos de vista muitas vezes em completa contradição com valores do presente coloca-se como uma enorme ameaça, pois a imagem social e pública que se tem no presente é muito diferente do passado.⁷⁶

O ato de relembrar e posicionar-se oferece restrições à memória, podendo ocasionar conflitos, considerando que um testemunho do passado pode transformar-se em um discurso. Reis acentua a necessidade de refletir sobre os fundamentos históricos da ditadura civil-militar no Brasil, bem como sobre o episódio conhecido como Milagre Econômico. Segundo ele: “A verdade é que o milagre, embora gerando desigualdades de todo o tipo, sociais e regionais, fora capaz de beneficiar, de modo substantivo, muitos setores modernos”.⁷⁷ Tais benefícios podem ser atribuídos ao acesso mais fácil ao crédito, à possibilidade de possuir casa própria e automóvel, aos benefícios recebidos por alguns grupos da classe média.

Em contrapartida, havia o restante da população que ficou à margem, excluída desse sistema, especialmente os trabalhadores sem qualificação, que não tinham oportunidades de crescimento e de acesso a direitos básicos.⁷⁸ A distribuição de renda não ocorreu igualmente em todas as regiões brasileiras. De acordo com Vieira, o pensamento predominante era de que seria necessário aumentar a renda para só depois distribuí-la.⁷⁹

Entre os problemas existentes e gerados pelo Milagre Econômico estavam, além da má distribuição de renda, o endividamento externo, que no início dos anos 1970 não era visto como um problema de maiores proporções. Diante do crescimento econômico nenhum economista poderia prever algum tipo de crise. Prado e Earp destacam que:

Naquele momento as preocupações com a nossa economia iam em outra direção; se era inegável que o Brasil crescia, estes benefícios não se distribuíam equitativamente. O próprio presidente da República chegou a afirmar que ‘o Brasil vai bem, mas o povo vai mal’. Um certo mal-estar atingia

⁷⁶MONTENEGRO, Antônio Torres. História oral, caminhos e descaminhos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n.25/26, ago./set. 1992. p. 61.

⁷⁷REIS, 2000, p. 59.

⁷⁸Os excluídos, os pobres, os que não participavam do milagre econômico estavam, na verdade, incluídos no sistema, segundo o Reis, pois eram produtos desse, produto do crescimento sem distribuição renda. Cf.: REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2000.

⁷⁹VIEIRA, 2014, p. 81.

a todos, exatamente no momento em que nossa economia se despedia das maiores taxas de crescimento de toda a sua história.⁸⁰

A explicação de Médici para as contradições econômicas observadas era, na perspectiva de Schwarcz e Starling, meio cínica: o Brasil estava indo muito bem, o povo é quem estava indo muito mal.⁸¹ O crescimento econômico do país pode ser atribuído ao desempenho do setor industrial, assim como ao aumento dos investimentos estrangeiros no Brasil, que contribuíram para a elevação da dívida externa, pois “no governo de Médici, enquanto se festejava a embriaguez do dito ‘milagre econômico’, a dívida externa do Brasil crescia bem mais de três vezes”.⁸²

Um elemento que ajudou a fortalecer o poder dos governos militares foi a elaboração e divulgação de propagandas voltadas para estimular o sentimento de patriotismo na população, legitimando as ações do governo. A propaganda foi uma arma ideológica importante para os militares porque criava a ilusão da participação da população no processo político. As campanhas oficiais enfatizavam o que o cidadão deveria fazer, seu papel no programa desenvolvimentista dos militares, construindo a ideia de que toda a população era uma peça importante para alcançar o objetivo de crescimento nacional.⁸³ Três dias após sua posse em 1969, Médici autorizou a reformulação da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), criada pelo seu antecessor.

⁸⁰PRADO; EARP, 2010, p. 228.

⁸¹SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 453.

⁸²VIEIRA, 2014, p. 81.

⁸³FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.



Figura 1: Campanha “Este é o país que vai pra frente”. Fonte: *Especial Regime Militar: como as propagandas nacionalistas influenciaram na ditadura militar?*. Disponível em: <<https://www.stoodi.com.br/blog/2017/03/31/especial-regime-militar-como-propagandas-nacionalistas-influenciaram-na-ditadura-militar/>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

A AERP fez uma campanha política inédita, composta por propagandas criativas para a televisão e que fizeram grande sucesso, pois:

As peças falavam em otimismo, orgulho e grandeza nacional; celebravam a diversidade e a integração racial brasileira; afirmavam a harmonia social, e embalavam tudo isso em filmes curtos, com narração direta, imagens bem cuidadas e um arremate musical que grudava na lembrança do espectador.⁸⁴

⁸⁴SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 454.



Figura 2: Campanha “Ontem hoje sempre Brasil”. Fonte: *Especial Regime Militar: como as propagandas nacionalistas influenciaram na ditadura militar?*. Disponível em: <<https://www.stoodi.com.br/blog/2017/03/31/especial-regime-militar-como-propagandas-nacionalistas-influenciaram-na-ditadura-militar/>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

As propagandas divulgadas tinham como objetivo fazer a população aceitar os discursos veiculados, como o sentimento de patriotismo e a esperança no desenvolvimento econômico do país. Assim, as propagandas funcionam como instrumento do governo para legitimar suas iniciativas, bem como convocar a população a assumir sua responsabilidade na construção do futuro do país.

Outra característica das propagandas formatadas pelo governo é o discurso desenvolvimentista, visto que algumas defendiam que o país estava finalmente crescendo economicamente e ninguém poderia refrear os avanços conquistados naqueles anos. Exemplo disso é a imagem a seguir.



Figura 3: Campanha “Ninguém mais segura este país”. Fonte: *Especial Regime Militar: como as propagandas nacionalistas influenciaram na ditadura militar?*. Disponível em: <<https://www.stoodi.com.br/blog/2017/03/31/especial-regime-militar-como-propagandas-nacionalistas-influenciaram-na-ditadura-militar/>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

A ditadura civil-militar exigia do brasileiro um forte amor pela pátria. *Slogans* como “Brasil, ame-o ou deixe-o” e “Ninguém segura este país” são demonstrativos de força e exigência de posicionamentos impostas à sociedade. Aquele que não aceitasse o comprometimento com o país estava contra a nação e deveria ser perseguido e banido. Esses *slogans* eram propagandas obrigatórias que alcançavam os brasileiros, mas a maioria destes não participou do Milagre, apenas a ele assistiu, como ressalta Vieira:

Mergulhados no silêncio imposto pela repressão política e nas mágicas divulgadas pela propaganda governamental, muitas pessoas celebravam o seu ‘milagre econômico’, ao passo que o restante dos brasileiros assistiam a festas bem programadas. A maioria do povo sentia a vida sem milagre!⁸⁵

⁸⁵VIEIRA, 2014, p. 83.



Figura 4: Campanha “Brasil ame-o ou deixe-o”. Fonte: *Especial Regime Militar: como as propagandas nacionalistas influenciaram na ditadura militar?*. Disponível em: <<https://www.stoodi.com.br/blog/2017/03/31/especial-regime-militar-como-propagandas-nacionalistas-influenciaram-na-ditadura-militar/>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

Os dizeres do *slogan* acima eram entendidos como um lema. Usados principalmente em carros em forma de adesivo, tinham como objetivo intimar os brasileiros a se definirem diante de um novo panorama que se descortinava diante de todos. Dessa forma, havia duas alternativas: amar a pátria e colaborar com seu desenvolvimento, ou abandoná-la, partindo para outro país.

O futebol também foi utilizado como ferramenta de propagação da ideologia da ditadura civil-militar e produção da imagem positiva do Presidente e do Brasil. Nesse sentido, a Copa do Mundo no México, que teve transmissão ao vivo no Brasil, foi explorada pela propaganda eleitoral.



Figura 5: Presidente ergue a Taça da Copa do Mundo de Futebol. Fonte: *A propaganda da ditadura militar*. Disponível em: <<http://adnewa.com.br/publicidade/a-propaganda-da-ditadura-militar.html>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

A seleção brasileira de futebol, com a conquista do tricampeonato na Copa do Mundo, torna-se símbolo de um governo eficiente. A seleção Canarinho, como era chamado o time brasileiro, foi utilizada com o objetivo de divulgar a relação amistosa com o povo brasileiro, propagando o sentimento de conquista, não somente em campo, mas a vitória do povo brasileiro sobre as crises políticas e econômicas enfrentadas outrora.⁸⁶

⁸⁶FICO, 1997. {página}



Figura 6: Campanha “O caneco é nosso”. Fonte: *A propaganda da ditadura militar*. Disponível em: <<http://adnewa.com.br/publicidade/a-propaganda-da-ditadura-militar.html>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

No Piauí, as mensagens do governo federal aos leitores chegavam através de matérias de jornais, como a do presidente Médici aos brasileiros na passagem para o ano de 1971:

Nesta noite do milagre da renovação do tempo e da esperança, antes de mergulhar no mistério do futuro, é a hora da consciência de cada um de nós rever a cena que passou, medir a sorte que nos toca e julgar o que fizemos dos nossos dias. Queremos que se tenha o Brasil no pensamento, nesta hora de votos e de vaticínios, venho a casa de todo brasileiro, para que juntos possamos também pensar no que fizemos, todos, dos dias do nosso país.⁸⁷

⁸⁷MÉDICI falou a nação na passagem do ano. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.228, 3 jan. 1971, p. 1.

A mensagem tinha o objetivo de tocar cada brasileiro, fazer cada um se sentir consciente e testemunha dos atos do presidente ao longo de sua gestão e repensar as atitudes individuais adotadas para contribuir com a melhoria do Brasil. Sobre a inflação, Médici afirmava que:

Apesar da queda de um terço da produção cafeeira e da perda quase total das plantações nordestinas, apesar dos recursos extraordinários além de um milhão de cruzeiros por dia, com que por mais de 200 dias o governo federal ajudou e ainda ajuda os flagelados, chega o país a 1971, com a menor taxa de inflação nos últimos 12 anos.⁸⁸

O Presidente discorreu sobre o grande volume de reservas internacionais, pois o Brasil possuía “a maior receita de exportação de toda a nossa história e um dos mais elevados índices de crescimento econômico do mundo inteiro”.⁸⁹ Ressaltou que os resultados obtidos não eram frutos apenas de seu governo, mas também eram consequências das transformações econômicas, políticas e sociais efetuadas no Brasil desde 1964. Médici destaca ainda que: “No quadro desta mudança passamos dois tempos essenciais de salvação nacional e de retomada do progresso em bases estáveis, começamos a viver em 1970 o tempo da harmonia no desenvolvimento econômico”.⁹⁰ Todo esse otimismo era divulgado pelas propagandas elaboradas pelo governo federal.



Figura 7: Álbum *Brasil pátria amada*. Fonte: *Especial Regime Militar: como as propagandas nacionalistas influenciaram na ditadura militar?* Disponível

⁸⁸MÉDICI falou a nação na passagem do ano. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.228, 3 jan. 1971, p. 1.

⁸⁹MÉDICI falou a nação na passagem do ano. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.228, 3 jan. 1971, p. 1.

⁹⁰MÉDICI falou a nação na passagem do ano. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.228, 3 jan. 1971, p. 1.

em:<<https://www.stoodi.com.br/blog/2017/03/31/especial-regime-militar-como-propagandas-nacionalistas-influenciaram-na-ditadura-militar/>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

O presidente Médici deixava transparecer o otimismo, que era o carro chefe da propaganda de seu governo, realçando a confiança, o orgulho e o entusiasmo que o Brasil deveria ter para crescer. Enfatiza:

Nesta hora do mundo, marcada de angústias, egoísmo, intransigência e desalento, fácil certeza e esperança no grande destino do Brasil, ao rever a nação encontrar a confiança em si mesma, convergência da vontade coletiva, a consciência do próprio valor, assim como as aspirações, as energias e o entusiasmo do legítimo orgulho nacional.⁹¹

Na mensagem, o Presidente afirmava que não caberia relatar tudo o que o povo brasileiro poderia fazer em cada um dos setores da administração, porém apontava o notável aumento da produção agrícola, a expansão do sistema de transportes e telecomunicações, a ampliação da capacidade energética, os novos caminhos da pesquisa do mineral e o esforço de alfabetização.

O presidente acrescentou ao seu discurso “a valorização da vida sindical, o plano de integração social, o despertar da Amazônia e a realização tranquila de eleições”,⁹² para justificar o clima de confiança e de trabalho que, a seu ver, garantia os investimentos externos e estimulava o promissor mercado brasileiro de capital. Sobre a defesa dos direitos brasileiros, afirmava buscar o fortalecimento continental, para poder assegurar a competitividade mundial:

Cumpre-me dizer que procuramos amparar este imenso esforço interno, com a inarredável defesa dos interesses dos ideais brasileiros, diante das outras nações. Buscamos, sobretudo, o fortalecimento da solidariedade continental, ameaçada pela irracionalidade da violência, a criação das bases de um sistema de segurança mundial, a ampliação da capacidade competitiva dos nossos produtos, a distribuição mais justa dos benefícios do desenvolvimento científico e as mudanças das regras de convivência internacional, para garantia da paz e do progresso de toda a humanidade.⁹³

Sobre a indústria, um dos setores que mais se destacavam no crescimento do Brasil, Médici afirma:

Creio que 1971 será um ano de marcante expansão industrial, incentivada pelo Programa Siderúrgico, que dentro de poucos dias apresentarei à Nação, e influenciada pelas linhas especiais de crédito através do Programa de Integração Social, de reformulação de tarifária, pelo fortalecimento do mercado segurador e pela melhoria das condições de absorção da tecnologia

⁹¹MÉDICI falou à nação na passagem do ano. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.228, 3 jan. 1971, p. 1.

⁹²MÉDICI falou à nação na passagem do ano. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.228, 3 jan. 1971, p. 1.

⁹³MÉDICI falou à nação na passagem do ano. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.228, 3 jan. 1971, p. 1.

externa, a ser obtida com a reformulação do órgão oficial de marcas e patentes.⁹⁴

Com relação à educação, aguardava que as reformas básicas iniciadas em 1971 apresentassem resultados no que se refere à profissionalização do magistério, à reforma do ensino e ao seu funcionamento. Para ele, a grande mudança na educação estaria na “orientação propedêutica da escola secundária a uma realista preparação para a vida, que atendesse a carência de técnicos de nível médio, problema dos mais críticos da arrancada do nosso desenvolvimento”.⁹⁵ Pretendia estimular a participação da juventude na vida do país e, para isso, o presidente destacou o projeto Rondon,⁹⁶ operacionalizado para apoiar a formação cultural e a criação de oportunidades para a formação de jovens.



Figura 8: Livro Ilustrado para crianças *Brasil um país que vai pra frente*. Fonte: *Especial Regime Militar: como as propagandas nacionalistas influenciaram na ditadura militar?* Disponível em: <<https://www.stoodi.com.br/blog/2017/03/31/especial-regime-militar-como-propagandas-nacionalistas-influenciaram-na-ditadura-militar/>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

⁹⁴MÉDICI falou a nação na passagem do ano. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.228, 3 jan. 1971, p. 1

⁹⁵MÉDICI falou a nação na passagem do ano. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.228, 3 jan. 1971, p. 1

⁹⁶O Projeto Rondon, instituído pelo Decreto n. 62.927 de 28 de julho 1968, foi transformado em Órgão Autônomo da Administração Direta pelo Decreto n. 67.505 de 6 de novembro de 1970. Em 1975, através da Lei n. 6.310, de 15 de dezembro, a Fundação Projeto Rondon foi criada.

O Presidente destacou com entusiasmo suas expectativas, como é possível observar abaixo:

Desejo também expressar que muito espero das novas Câmaras Legislativas, que o povo renovou em mais da metade e dos governantes estaduais, que chegam ao poder como eu próprio cheguei, sem outros compromissos, senão os do bem público e os de sua consciência. Confio, assim, em que a Revolução totalmente empenhada em empreender, no Plano Federal, as transformações econômicas e sociais indispensáveis ao desenvolvimento, chegará afinal em 1971, a todas as unidades federativas.⁹⁷

Ao finalizar, o Presidente afirmou ao povo brasileiro que suas esperanças para o Brasil estavam na renovação do compromisso de servi-los no limite de suas energias no ano que chegava, agradecendo a confiança do povo.⁹⁸

O discurso do governo Médici não era mais o do “Brasil país do futuro”, visto que defendia que nesse período o futuro havia chegado e, portanto, era o momento de viver plenamente em harmonia com a nação e colher os frutos que o golpe civil-militar de 1964 tinha promovido.



Figura 9: Campanha “O futuro chegou”. Fonte: *Especial Regime Militar: como as propagandas nacionalistas influenciaram na ditadura militar?* Disponível em: <<https://www.stoodi.com.br/blog/2017/03/31/especial-regime-militar-como-propagandas-nacionalistas-influenciaram-na-ditadura-militar/>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

⁹⁷MÉDICI falou à nação na passagem do ano. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.228, 3 jan. 1971, p. 1

⁹⁸MÉDICI falou à nação na passagem do ano. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.228, 3 jan. 1971, p. 1

Portanto, analisou-se a inauguração da ditadura civil-militar no Brasil, seus antecedentes e as transformações ocorridas até o governo de Médici para conhecer o contexto político e econômico do país nos anos iniciais da década de 1970 e, assim, tornar possível a compreensão do contexto piauiense, que será analisado adiante, uma vez que as políticas nacionais influenciaram diretamente o âmbito estadual.

2.2 Alberto Silva e a política piauiense

A instauração da ditadura civil-militar no Brasil em 1964, bem como os antecedentes desse episódio e as transformações ocorridas no país a partir dele, incidiram diretamente sobre os rumos da política no Piauí. Assim, surgiram opositores e simpatizantes do regime em diversos segmentos sociais. É, portanto, considerando os fatos ocorridos no país, que se realiza a análise da primeira parte da década de 1970 no Piauí, observando especificamente o aparecimento de Alberto Silva como candidato em potencial para ocupar o governo do estado, sua indicação e as reações locais suscitadas, além do modo como ele conseguiu se impor politicamente nesse cenário.

O Piauí ficou conhecido como um dos estados mais pobres do Brasil após a divulgação dos dados estatísticos do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a realidade socioeconômica em que vivia a população piauiense durante os anos de 1950.⁹⁹ A capital, Teresina, sofria com a falta de infraestrutura, necessária para ocupar o lugar de centro administrativo do Estado, uma vez que não possuía os serviços essenciais para seu pleno funcionamento, tal como a iluminação, que era precária.¹⁰⁰

Com o processo de industrialização do Sudeste, que funcionava em maior escala de produção e com aparelhamento tecnológico, a concorrência desses produtos causou o fechamento de indústrias no Piauí, como a Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense, fábricas de cigarros e os pequenos engenhos que produziam e comercializavam o açúcar.¹⁰¹

⁹⁹QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. Raimundo Santana: Homem público, economista e historiador. In: SANTANA, R. N. Monteiro de. *Evolução histórica da economia piauiense e outros estudos*. Teresina: Academia Piauiense de Letras/EDUFPI, 2017. p. 206

¹⁰⁰MONTE, Regianny Lima. *A cidade esquecida: (res) sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970*. 2010. 237 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

¹⁰¹MENDES, Felipe. *Economia e desenvolvimento do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003. P. 179-180.

Os anos 1950 foram marcados pela euforia desenvolvimentista do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubistcheck,¹⁰² que através de capital estrangeiro promoveu o desenvolvimento industrial de regiões brasileiras com recursos provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. O Piauí não se beneficiou desses investimentos e não conseguiu se desvencilhar dos problemas que já enfrentava.¹⁰³

Em 1959, com o objetivo de propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste, Kubistcheck criou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Mas, de acordo com Felipe Mendes, o Piauí foi contemplado pela iniciativa apenas na construção da Barragem Boa Esperança.

A criação da Comissão de Desenvolvimento do Estado (CODESE) em 1954, pelo governador Jacob Manoel Gayoso e Almendra (1955-1959), foi um passo importante para a elaboração de planos para o desenvolvimento do estado. Conforme Monte, foram instituídas empresas de economia mista, para promover o melhoramento do fornecimento de serviços:

Visando à melhoria dos serviços de distribuição de energia elétrica, abastecimento d'água, provimento de serviços bancários e de telecomunicações, além de dinamizar a setor agroindustrial do estado, foram instituídas as empresas de economia mista, as quais coordenariam a ação de desenvolvimento de que há anos o estado necessitava. Eram elas: Frigoríficos do Piauí S/A (FRIPISA), em 1957; Banco do Estado do Piauí S/A (BEP), em 1958; Centrais Elétricas do Piauí S/A (CEPISA), em 1959; Agroindústria do Piauí S/A (AGRINPISA), em 1959; Telefones do Piauí S/A (TELEPISA), em 1960, e Águas e Esgotos do Piauí S/A (AGESPISA), em 1962.¹⁰⁴

Na década de 1970 houve o redirecionamento da economia para o desenvolvimento e modernização do país, com o investimento proporcionado pelas políticas econômicas voltadas para o desenvolvimentismo. É nesse contexto que o nome de Alberto Tavares Silva surge para a política piauiense. Nascido no dia 10 de novembro de 1918 em Parnaíba, Piauí, seguiu para Minas Gerais logo após concluir seus estudos no Ginásio Parnaibano, ingressando no Instituto Eletrotécnico de Itajubá, pelo qual se formou engenheiro civil, eletricitista e mecânico. Foi

¹⁰²Juscelino Kubitschek de Oliveira nasceu em Diamantina (MG), em 12 de setembro de 1902. Ingressou na política como chefe de gabinete de Benedito Valadares, interventor de Minas Gerais em 1934. Elegeu-se Deputado Federal no mesmo ano. Prefeito de Belo Horizonte (1940-1945), Deputado Federal em 1946, e em 1950 ocupou o cargo de governador de Minas Gerais. Foi eleito a presidente da República (1955-1961) e estabeleceu o Plano de Metas, que priorizava o transporte, a energia, alimentação, indústria de base e educação. A construção de Brasília era o objetivo central do Plano de Metas do governo e foi inaugurada em 21 de abril de 1960. Eleito Senador pelo Estado de Goiás em 1962. Foi cassado pelo governo militar e teve seus direitos políticos suspensos por dez anos. FGV CPDOC *Juscelino Kubitschek*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/juscelino_kubitschek>. Acesso em 20 de abril de 2018.

¹⁰³MENDES, 2003, p. 197.

¹⁰⁴MONTE, 2010, p. 87.

nomeado engenheiro-chefe dos Serviços de Transportes Elétricos da Estrada de Ferro Central do Brasil, no Rio de Janeiro (1941-1947).¹⁰⁵

Tornou-se Prefeito de Parnaíba em 1948. Em 1950 foi eleito Deputado Estadual do Piauí, cargo a que renunciou para assumir a direção da Estrada de Ferro de Parnaíba (1951-1953). Eleito prefeito de Parnaíba pela segunda vez para o mandato de 1955 a 1958 e em 1960, retornou à direção da Estrada de Ferro. No ano seguinte assumiu a direção da Companhia de Força e Luz de Parnaíba.

Com o golpe civil-militar de 31 de março de 1964, que depôs o presidente João Goulart (1961-1964), devido à extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional n. 2 e a instauração do bipartidarismo, filiou-se ao partido do governo, a ARENA, liderando no Piauí a formação política contrária à do ex-governador do estado, Petrônio Portella (1963-1966). Quando foi indicado para assumir o Governo do Piauí, em 1970, encontrava-se em Fortaleza, dirigindo a Companhia de Energia do Ceará (1962-1970). Foi indicado pela Arena e eleito governador do Piauí pela Assembleia Legislativa do Estado em outubro de 1970. Assumiu o mandato em 15 de março do ano seguinte, em substituição a João Clímaco de Almeida.¹⁰⁶

Quando Alberto Silva foi apontado para governador do Piauí, seus opositores acusaram-no de ser forasteiro, pois estava fora do cenário teresinense, morando no Ceará. Em contrapartida, Alberto Silva afirmava ser pertencente ao Piauí, visto que havia nascido no estado e se identificava com os costumes e o modo de vida piauiense. A esse respeito, Fontineles destaca que:

Ao inverter para propagador da identidade piauiense a imagem de estrangeiro que seus detratores criaram de si, Silva passa a utilizá-lo como escudo contra as críticas, fazendo o movimento inverso: de forasteiro tornava-se no mais ferrenho defensor da identidade piauiense. Nessa trajetória, atrela identidade ao lugar de nascimento, bem como a ideia de pertencimento, propagando que mesmo tendo construído sua vida acadêmica e profissional fora do Piauí, a ele pertencia por nele ter nascido e com ele se identificar. Procurando combater o discurso excludente utilizado contra si, passa a encontrar na defesa de uma

¹⁰⁵Após deixar o Governo do Estado em 1975, coordenou o Programa de Desenvolvimento Industrial e Agrícola do Nordeste (POLONORDESTE). E em 1976, foi nomeado presidente da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU). Exerceu o mandato de Deputado Federal (1995-1999 e em 2007-2009), Senador (em 1979-1987 e em 1999-2007) e Governador do Piauí (1986-1989). Faleceu em 28 de setembro de 2009, aos 91 anos. FGV CPDOC. *Alberto Tavares Silva*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alberto-tavares-e-silva>>. Acesso em: 20 de abril de 2018.

¹⁰⁶João Clímaco de Almeida nasceu em 1910 em Teresina (PI). Bancário e político. Membro do Conselho Administrativo do Estado (1947). Secretário do Interior e Justiça (1981). Vereador de Teresina 1948-1951. Deputado Estadual (1951-1963). Vice-governador e Presidente da Assembleia Legislativa duas vezes. Em 1970, assumiu as funções de governador do Estado em virtude da renúncia de Helvídio Nunes. Em 1974 foi eleito deputado federal (1975-1979). Cf.: GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado*. Teresina: Halley, 2003. p. 26-27.

identidade piauiense o suporte para resistir às críticas e às oposições, tratando identidade como algo que se pudesse capturar em pleno voo, como se fosse amparada em âncoras que a prendessem a um lugar específico. Ignorando que as identidades transitam e não se deixam apreender em uma única definição, nem experiência, passou a tratar identidade piauiense como algo fixo e coeso, cujas fronteiras seriam bem definidas, assim como fizeram seus oponentes ao chamá-lo de estrangeiro. Ao pronunciar-se como piauiense, justifica isso nas fronteiras territoriais, embora também destaque sua identidade com o território geográfico, mas também com sua cultura, como o elemento preponderante em sua escolha. Ao fazer isso, empreendeu uma luta contra a fragmentação e dissolução, fazendo da defesa da identidade piauiense uma batalha contra a exclusão, ao mesmo tempo em que ao defendê-la, passou também a promover segregação, semelhante ao que faziam seus combatentes em relação a ele.¹⁰⁷

Conforme Pollak, as duas funções essenciais da memória são a manutenção da coesão interna e a defesa das fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território, no caso de estados.¹⁰⁸ Recorre-se à ideia de Pollak para entender as articulações de Alberto Silva no momento em que sua cidadania piauiense foi questionada e os argumentos forjados para manter-se pertencente àquele lugar.

Atendendo ao convite de Virgílio Távora,¹⁰⁹ Alberto Silva tornou-se diretor técnico, superintendente e presidente da Companhia de Eletricidade do Ceará (1962 a 1970). Conseguiu eletrificar o Ceará e levou para Parnaíba a energia da Companhia Hidro Elétrica do São

¹⁰⁷FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. *O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2015. p. 84-85.

¹⁰⁸POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989

¹⁰⁹Virgílio Morais Fernandes Távora nasceu em Fortaleza (CE) em 29 de setembro de 1919. Deputado federal pelo Ceará na legenda da UDN. Em 1953 foi promovido a tenente-coronel e escolhido secretário-geral do diretório nacional da UDN. Em 1954 reelegeu-se. Ocupou a vice-presidência do diretório nacional da UDN entre 1957 e 1959. Ministro da Viação e Obras no governo parlamentarista de João Goulart. Apoiou o golpe civil-militar de 1964 e em 1966 foi eleito Deputado Federal pelo Ceará, porém agora sob a legenda da ARENA. Em 1970 elegeu-se senador pelo Ceará e tornou-se vice-líder da ARENA. Foi eleito governador do Ceará em 1979. Elegeu-se senador do Ceará em 1983 pela legenda PDS. CPDOC FGV. *Virgílio Távora*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/virgilio-tavora>>. Acesso em 04 de abril de 2018.

Francisco – Chesf. Com a força dos coronéis Virgílio Távora, César Cals¹¹⁰ e Mário Ramos,¹¹¹ Alberto Silva, pela ARENA, conseguiu ser governador do Piauí:

Sendo eleito em sessão pública da Assembleia Legislativa, realizada no dia 3 de outubro de 1970, pelo sistema de votação indireta e nominal, para um mandato de quatro anos. Como vice-governador e presidente da Assembleia Legislativa foi empossado o deputado Sebastião Rocha Leal.¹¹²

A indicação de Alberto Silva para governador do Estado do Piauí não foi uma decisão simples e enfrentou o conflito de interesses do grupo político do Senador Petrônio Portella.¹¹³ De acordo com Kruel e Santos, Petrônio Portella queria ser indicado para o cargo, porém não foi o nome da vez; os nomes preferencialmente citados foram o do Dr. Dirceu Mendes Arcoverde,¹¹⁴ do Dr. Aluísio Soares Ribeiro, e o de Bernardino Soares Viana:¹¹⁵

Quem dava as cartas junto ao comando militar era o todo poderoso cacique cearense coronel Virgílio Távora, que tinha uma influência enorme na Guarnição do 4º Exército, com base em Recife, comandada por Justino Alves Bastos. No quadriênio anterior, Virgílio havia sido governador do Ceará. Era ex-ministro de Estado e Senador da República. De muitas e importantes relações em todos os Estados, Virgílio Távora era amigo fraternal do coronel Costa Cavalcante, ministro de Minas e Energia no governo Costa e Silva e ministro do Interior na administração de Médici, cearense de origem, mas ligado, politicamente, a Pernambuco, e que se transformou, pela proximidade

¹¹⁰César Cals de Oliveira Filho nasceu em Fortaleza (CE) em 30 de dezembro de 1926. Trabalhou como engenheiro do Departamento de Energia Elétrica da SUDENE. Foi promovido a tenente-coronel em 1966. Exerceu o cargo de diretor do Departamento de Energia Elétrica do Piauí. Indicado em 1970 para ocupar o cargo de governador do Ceará pelo presidente Emílio Garrastazu Médici. Assumiu a coordenação da Eletrobrás em 1975. Em 1979 foi eleito Senador, deixando o Senado para assumir o ministério de Minas e Energia no governo de João Figueiredo. Em 1988 ingressou no PSD e tornou-se secretário-geral. CPDOC FGV. *César Cals*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionários/verbet-biografico/cesar-cals-de-oliveira-filho>>. Acesso em 04 de abril de 2018.

¹¹¹Mário Ramos Soares era ex-comandante da Polícia Política do Ceará durante a administração de Virgílio Távora. Comandante do 25º Batalhão dos Caçadores e da Guarnição Federal de Teresina entre 1967-1970. Indicou para governo do estado, primeiramente, Dirceu Arcoverde, mas diante da recusa de Dirceu, decidiu por Alberto Silva. Cf.: KRUEL, Kenard; SANTOS, Gervásio. *História do Piauí*. Teresina: Halley/Zodíaco, 2009. p. 399.

¹¹²KRUEL; SANTOS, 2009, p. 397-398.

¹¹³Petrônio Portella Nunes nasceu em Valença (PI) em 12 de março de 1925. Eleito Deputado Estadual entre 1954-1958 liderando a bancada da UDN em oposição ao governo de Pedro de Almendra Freitas. Em 1958 foi prefeito de Teresina e em 1963 ganhou eleição para governador. Nesse mandato elaborou o I Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Piauí, instalou os conselhos de Educação e de Cultura, criou a Faculdade de Medicina e ampliou o Hospital Getúlio Vargas. Petrônio Portella foi eleito Senador pelo ARENA, de 1967 a 1971, e reeleito em 1971 a 1975 e 1975 a 1979. Foi Ministro da Justiça em 1979. Cf.: KRUEL; SANTOS, 2009, p. 371.

¹¹⁴Dirceu Mendes Arcoverde nasceu em Amarante no dia 7 de setembro de 1925. Foi médico e professor titular de Anatomia na Universidade Federal do Piauí. Filiou-se à Arena. Secretário da Saúde no primeiro governo de Alberto Silva. Eleito em 1975 governador do Piauí e Senador em 1979. Porém faleceu em 16 de março de 1979, em Brasília. Cf.: KRUEL; SANTOS, 2009, p. 409-410.

¹¹⁵Presidente do Banco do Estado do Piauí (BEP).

com o governo central, no maior cabo eleitoral de Alberto Silva para o governo do Piauí, em atenção especial ao amigo Virgílio Távora.¹¹⁶

A indicação de Alberto Silva para governador do Piauí foi certa e, apesar da falta de apoio por parte da ARENA, a indicação teve de ser aceita. Nesse momento Alberto Silva enfrentou seu principal adversário político dentro do partido, o senador Petrônio Portella que, de acordo com Kruel e Santos: “Teve que recuar estrategicamente. Imperava a força dos coronéis. A partir de então foram criados dois grupos no Piauí – os Petronistas e os Albertistas”.¹¹⁷

O coronel César Cals de Oliveira é apontado por Kruel e Santos como participante das políticas que influenciaram a escolha de Alberto Silva. Afirmam que ao ser indicado para o governo do Ceará, “colocou todo o seu prestígio junto ao Governo Federal, aos colegas de Exército e às forças políticas cearenses no sentido de fazer de Alberto Silva o eleito no Piauí”.¹¹⁸ O coronel Mário Ramos também apoiou a indicação de Alberto Silva quando era comandante da Guarnição Federal no Piauí, entre 27 de julho de 1967 a 4 de março de 1970. Sua primeira indicação ao cargo de governador foi Dirceu Mendes Arcoverde, pois além de amigo era seu médico particular.

Em biografia sobre Petrônio Portella, Tavares afirma que Alberto Silva foi o candidato escolhido pelos militares à revelia do esquema de Petrônio Portella, reiterando que o candidato escolhido por este era o médico Dirceu Arcoverde.¹¹⁹ De acordo com o jornalista Tomaz Teixeira, Alberto Silva e Petrônio Portella sempre se respeitaram, não havia nenhuma declaração oficial de um político contra o outro.¹²⁰

O nome de Dirceu Arcoverde foi aceito pelo Comando Militar em Brasília, mas ele se recusou à indicação para o cargo, alegando não ter experiência na administração pública. Esse acontecimento fez o coronel Mário Ramos optar pelo engenheiro Alberto Silva, mas garantiu que Dirceu Arcoverde assumiria a Secretaria da Saúde. Essa medida partia do interesse de que Dirceu Arcoverde, através da Secretaria da Saúde, adquirisse experiência em cargo público para que assim fosse sucessor de Alberto Silva.¹²¹

Portanto, foram indicados para assumir o comando administrativo do Estado do Piauí o engenheiro Alberto Tavares Silva (1971-1975), tendo como vice-governador Sebastião da

¹¹⁶KRUEL; SANTOS, 2009, p. 398.

¹¹⁷KRUEL; SANTOS, 2009, p. 399.

¹¹⁸KRUEL; SANTOS, 2009, p. 398.

¹¹⁹ZÓZIMO, Tavares. *Petrônio Portella: uma biografia*. Teresina: Editora do Autor, 2012.

¹²⁰TEIXEIRA, Tomaz. *A outra face da oligarquia do Piauí*. Fortaleza: Stylus, 1979. p. 30.

¹²¹KRUEL; SANTOS, 2009, p. 399.

Rocha Leal,¹²² e como prefeito da capital Teresina, o Major Joel da Silva Ribeiro.¹²³ Na função de governador, Alberto Silva assumiu a liderança do Estado com o objetivo de trabalhar para dar uma nova feição urbanística à capital, que até então era motivo de vergonha para os teresinenses e de gozação em nível nacional.¹²⁴

A posse do governador ocorreu em 15 de março de 1971. A figura 10 mostra a cerimônia de posse de Alberto Silva quando proferia seu discurso, ao lado do ex-governador João Clímaco de Almeida.



Figura 10: Alberto Silva proferindo discurso como novo governador e ao seu lado o Governador João Clímaco de Almeida. Fonte: FLAGRANTES da posse do Governador Alberto Silva. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.284, 17 mar. 1971, p. 1.

¹²²Sebastião Rocha Leal Sebastião da Rocha Leal nasceu em Uruçuí-PI em 20 outubro de 1925. Formado em Odontologia. Deputado estadual em várias legislaturas. Foi presidente da Assembleia Legislativa e vice-governador do Estado (1971-1975). Foi presidente do Conselho Estadual de Trânsito e Secretário de justiça e segurança pública.

¹²³Joel da Silva Ribeiro nasceu em Guadalupe, Piauí. Diplomou-se em engenharia civil e militar em dezembro de 1962 pelo Instituto Militar de Engenharia (IME). Pós-graduado em engenharia rodoviária na Faculdade Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil. Ingressou na política filiando-se em 1966 à Arena. Prefeito de Teresina (1971-1975). Presidente das Centrais Elétricas do Piauí S.A. (Cepisa) pelo governador Dirceu Arcoverde (1975-1978). Deputado federal pelo Piauí em 1979, na Arena. Foi membro titular da Comissão de Transportes e suplente da Comissão de Minas e Energia. Filiou-se em 1979 ao Partido Democrático Social (PDS). Filiou-se ao Partido da Frente Liberal (PFL) em janeiro de 1985 no qual permaneceu até 1996.

¹²⁴MONTE, 2010, p. 100.

A figura 11 mostra Alberto Silva como novo governador, assinando o termo de compromisso de posse perante a Mesa do Poder Legislativo, na Mesa, já como vice-governador, estava Sebastião Leal.¹²⁵



Figura 11: Novo governador assina termo de compromisso de posse ao lado do vice-governador Sebastião Leal. Fonte: AINDA da posse do governador Alberto Silva. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.284, 17 mar. 1971, p. 2.

O convite feito a engenheiros e técnicos para compor a máquina política do Estado sinaliza ao projeto de desenvolvimento em curso, resultando na valorização dessas profissões. Deve ser lembrado que desde o Império aqueles que ocupavam os cargos político-administrativos no Brasil eram bacharéis em direito e médicos. Considerando a busca pelo crescimento do país, a especialização e a tecnicidade vinham em primeiro plano.

A imprensa piauiense no período estudado registra o posicionamento favorável à ocupação de cargos administrativos por técnicos. Em artigo publicado no *Jornal do Piauí* encontra-se o apoio à formação de uma equipe política composta por técnicos. À época, foi realizada uma pesquisa de opinião pública pela Coordenação de Planejamento propondo o questionamento aos piauienses: “Por quem deve ser composto o futuro secretariado do governo Alberto Silva?”.¹²⁶ E como resposta, o economista Homero Castelo Branco afirmou que: “A maioria da população de Teresina deseja que o Governador eleito Alberto Silva forme um

¹²⁵FLAGRANTES da posse do Governador Alberto Silva. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.284, 17 mar. 1971, p. 1.

¹²⁶CASTELO BRANCO, Homero. Opinião pública condena políticos no governo de Alberto. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.232, 8 jan. 1971, p. 8.

secretariado de técnicos. O teresinense condena unanimemente a escolha de políticos para os principais cargos de administração”.¹²⁷

A pesquisa também apurou qual deveria ser a preocupação do novo governador e as respostas foram equilibradas, apontando a Alberto Silva pelo menos quatro linhas de ação prioritárias: a primeira seria o desenvolvimento da agricultura; a segunda, a melhoria do ensino; a terceira, o aumento da rede escolar e do número de professores; a quarta a expansão industrial. Ficou evidente que “segundo o povo da capital piauiense, o analfabetismo é problema social tão sério quanto o desemprego e menores abandonados”.¹²⁸

No entanto, a formação de uma equipe composta de técnicos não agradava a todos os piauienses. Quanto à escolha dos governadores, com o critério de dar preferência a técnicos deixando à parte os políticos, Austregésilo de Athayde afirmou ter feito reservas que, segundo ele, naquele momento se confirmavam: “O governo não é obra apenas de técnicos: especificamente é obra de políticos. É perigoso ser apenas técnico quanto ser apenas político, na suprema direção dos negócios públicos”.¹²⁹ E acrescenta:

Quem quer ter eleitores, sobretudo no interior, precisa possuir condições de satisfazê-los em aspirações legítimas. Se o governador não escuta os políticos, não está evidentemente servindo ao partido de que defende afinal a força política do governo. É bom ter em mente que a política é a própria essência do convívio humano. Quem não souber ou não quiser fazer política não deve aceitar governos.¹³⁰

A imprensa atuou na construção da imagem positiva do governo, atribuindo a ele transformações observadas no estado e em sua capital. Francisco Alcides Nascimento,¹³¹ ao estudar esse período, destaca a construção de um novo olhar da imprensa sobre o Piauí, visando à elaboração de uma imagem contrária àquela de um Piauí pobre e esquecido. Assim, ressalta a criação de um estado progressista e de Teresina como centro turístico. De acordo com Nascimento:

Os discursos originados do Executivo estadual tinham a intenção de persuadir os leitores de que a equipe de governo, tendo à frente o próprio governador, sabia como transformar a imagem negativa construída sobre o Piauí e sua

¹²⁷CASTELO BRANCO, Homero. Opinião pública condena políticos no governo de Alberto. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.232, 8 jan. 1971, p. 8.

¹²⁸CASTELO BRANCO, Homero. Opinião pública condena políticos no governo de Alberto. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.232, 8 jan. 1971, p. 8.

¹²⁹ATHAYDE, Austregésilo de. governo e Política. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.409, 13 ago. 1971, p. 4.

¹³⁰ATHAYDE, Austregésilo de. governo e Política. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.409, 13 ago. 1971, p. 4.

¹³¹NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Imprensa e imagens: a construção de Representações do Piauí e de Teresina através de jornais diários da década de 1970. *Revista de Pesquisa Histórica da Universidade Federal de Pernambuco*, Recife, v. 1, n. 1, 1977. p. 124.

capital. A imagem positiva deveria ser construída através de obras urbanísticas projetadas por técnicos competentes.¹³²

Assim, nota-se a valorização do tecnicismo dentro da máquina pública e sua associação aos projetos de desenvolvimento urbano. Os jornais exercem função relevante nesse contexto, elaborando discursos otimistas quanto à realização de obras públicas, que acarretariam a construção de uma imagem positiva de Teresina e do Piauí.

Em agosto de 1971, uma matéria publicada no jornal *O Estado* ganhou ampla repercussão. O tema abordado foi o artigo publicado na revista *Realidade* que transformou o Piauí em motivo de chacota nacional, cujo título era: O Piauí existe? Escrita por Nelson Rodrigues, no jornal *O Globo*, deu sequência ao assunto, destacando a situação precária do Piauí e sua quase nula representatividade nacional.¹³³

As chacotas referentes ao Piauí não se ativeram às revistas. Programas humorísticos na TV e no Rádio também ridicularizavam o estado. O articulista local questionava as razões pelas quais o Piauí era alvo de deboche nacional. E sua resposta foi a de que Teresina, a capital do estado, era pobre e menosprezada, e até mesmo sua adequação para sede do governo era discutível. Afirmava que os governos tradicionalmente deixavam a cidade em segundo plano, priorizando com os poucos recursos os 144 municípios do Estado. Para Teresina não havia nenhum plano prioritário de desenvolvimento.¹³⁴

Dentre as prioridades de Alberto Silva estava tornar Teresina verdadeiramente uma digna capital do estado, moderna e atraente, compromisso assumido desde sua posse. Utilizando a metáfora comum da época, afirmava que Teresina não seria mais uma Maria Fumaça velha, e sim uma locomotiva a diesel capaz de comandar os 144 municípios em poucos anos. De acordo com a expressão do articulista:

Assumindo o governo, o engenheiro Alberto Silva enxergou a realidade em toda sua extensão. Teríamos que colocar Teresina em primeiro plano, como capital do Estado, transformá-la numa cidade arejada, bela, moderna, atraente, habitável. Ao invés da Maria Fumaça, motivo de chacotas, uma locomotiva a Diesel colorida, comandar os 144 carros que se beneficiariam, em poucos anos, com o progresso do comando geral sediado na antiga Chapada do Corisco. Até que enfim, nos seus 119 anos de existência, Teresina vive a sua grande hora. O governador Alberto Silva, engenheiro experiente e vivido, colocou na prefeitura de Teresina um engenheiro também experiente e vivido: o major Joel Ribeiro. Com poucos meses de administração, já sentimos algo de novo as ruas da cidade respiram ares de motivação e otimismo, as chacotas pararam no sul do país, a Verdecap lança os alicerces de uma nova realidade,

¹³²NASCIMENTO, 1977, p. 124.

¹³³ALBERTO: chegou a vez de Teresina. *O Estado*, Teresina, ano 20, 15-16 ago. 1971, p. 1.

¹³⁴ALBERTO: chegou a vez de Teresina. *O Estado*, Teresina, ano 20, 15-16 ago. 1971, p. 1.

na certeza de que será, em poucos anos, uma das capitais mais bonitas do Nordeste.¹³⁵

Novamente é possível observar a associação entre a formação dos componentes do governo, de caráter técnico, com a propaganda de conquista do progresso. Na matéria-propaganda, Teresina vivia sua grande hora nos seus 119 anos. Alberto Silva, retratado como engenheiro experiente, seria responsável por colocar a cidade no patamar das demais capitais do Brasil, contando com a colaboração, na Prefeitura de Teresina, de outro engenheiro, o major Joel Ribeiro. Teresina, com poucos meses de nova administração, já era recoberta com ares de otimismo. De acordo com a notícia, as chacotas sobre o Piauí já arrefeciam, visto que os alicerces de uma nova realidade estavam lançados na sociedade e surgia a certeza de que Teresina se transformaria em uma das mais belas capitais do Nordeste.

Para por em prática todas as mudanças prometidas pelo governo, o Estado contou com ajuda do Governo Federal, o que só foi possível com a edição do Ato Complementar n. 43, de 29/02/1969, que estabelecia as diretrizes para a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento e do Orçamento Plurianual de Investimento, do qual resultou o I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974), responsável por investimentos macroeconômicos liberados pelo Ministério do Planejamento. Portanto:

Na década de 1970, por ser ministro do Planejamento, o parnaibano João Paulo dos Reis Velloso (1969-1979), o governo federal foi magnânimo em autorizar transferências voluntárias, tanto para construção de obras quanto para financiar o *déficit* corrente, ou seja, para pagamento do funcionalismo.¹³⁶

De acordo com Felipe Mendes, a política do governo federal beneficiou o Piauí. A Comissão de Desenvolvimento do Estado (CODESE) transformou-se em Secretaria do Planejamento (SEPLAN), e coube a essa secretaria a análise das propostas de liberação de recursos.¹³⁷

O governo de Alberto Silva contava com planos específicos para o desenvolvimento do estado, inclusive para torná-lo atraente a investimentos externos e melhorar, assim, sua imagem no cenário nacional. Esperava-se que os primeiros atos do governante fossem demonstrações de verdadeiro norteamento para unificação da vida política piauiense, pois dele deveria partir

¹³⁵ALBERTO: chegou a vez de Teresina. *O Estado*, Teresina, ano 20, 15-16 ago. 1971, p. 1.

¹³⁶MENDES, 2003, p. 287.

¹³⁷GOVERNO reformula planejamento para administração mais racional. *O Estado*, Teresina, ano 21, 15 mar. 1972, p. 9.

essa orientação, a palavra de ordem que os piauienses mais necessitavam naquele momento.¹³⁸

É possível observar o tom otimista e promissor de suas colocações quando afirmou que:

As finanças do Estado atingiram índice recorde com o aumento de 138% e, por isto, foi possível ao meu governo adotar inusitada medida na vida administrativa do Piauí, ou seja, efetuar o pagamento do funcionalismo público, relativo aos meses novembro e dezembro, antes do natal de 1971, decisão que tomei com grande satisfação, mas com humildade cristã, pois meu governo contribuiu, assim para as naturais alegrias dos lares piauienses no período de festas. Ao assumir o governo em março de 1971, não prometi milagres, mas tomei o compromisso de dedicar-me, de corpo e alma, a tarefa de promover o desenvolvimento do Piauí.¹³⁹

Ao longo de seu governo, Alberto Silva investiu em obras na capital modificando a paisagem de Teresina, colocando em prática diversas construções e reformas, como a do Palácio de Karnak, sede do governo estadual, do Teatro 4 de Setembro e do Hotel Piauí. Foram realizadas construções de grande porte, como o estádio de futebol Alberto Tavares Silva, o Albertão, a sede das Centrais Elétricas do Piauí S/A (CEPISA), o Parque Zoológico de Teresina, além da implantação do Terminal de Petróleo.

A construção e reconstrução dessa infraestrutura da cidade, com obras grandiosas que davam o ar de modernidade para a cidade, aspectos que foram amplamente difundidos pelos governos militares, evidenciam o ideário desenvolvimentista que se queria alcançar na época. Essas construções conferiam a Teresina e ao Estado um aspecto mais urbano.

Transformar Teresina em um espaço urbano era construir um novo ideário na população diante das mudanças que estavam ocorrendo e convencer que o Piauí estava realmente crescendo e se desenvolvendo econômica e socialmente. O governador tinha como objetivo transformar Teresina não apenas em um cartão de visita do estado, mas em uma cidade turística, o que justifica as reformas do Palácio de Karnak, da Avenida Frei Serafim e do Hotel Piauí, símbolos da modernidade naquele período, conferindo uma imagem melhor à cidade.¹⁴⁰ O Hotel Piauí era o maior do estado, porém estava em ruínas. Com a realização da reforma, ganhou ampliação com mudanças na estrutura e na estética do local.¹⁴¹

¹³⁸ALBERTO Silva iniciou atividades políticas. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3. 246, 27 jan. 1971, p. 1.

¹³⁹MENSAGEM do Governador. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 21, n 3.521, 31 dez. 1971, p. 1.

¹⁴⁰PIAUI é um enorme canteiro de obras. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.417, 24 ago. 1971, p. 1.

¹⁴¹GOVERNO reformula planejamento para administração mais racional. *O Estado*, Teresina, ano 21, 15 mar. 1972, p. 9.; NOVO Hotel Piauí virá em março com força total. *O Estado*, Teresina, ano 20, 15/16 ago. 1971, p. 9.



Figura 12: Hotel Piauí reformado. Fonte: DIAS, Cid Castro. *Engenharia Piauiense*. Teresina: SIEARTP, 2017. p. 121.

O Hotel do Piauí significava para Teresina um grande passo ao turismo. A capital teria estrutura para receber seus visitantes. A. Tito Filho escreve sobre a visita do governador do Pará, Fernando Guilhon, para participar do II Encontro das Academias de Letras do Brasil. O governador compareceu com uma Comissão. Na imprensa de Belém foi publicada matéria com o título Piauí em Marcha:

Entre os dias 16 e 19 permaneceram sob a influência da gentileza extraordinária daquele povo. Hospedados num hotel de extremo luxo, o Piauí Hotel, ali encontramos o conforto mais exigente, desde a piscina até o elegante bar, desde o ar-condicionado em todo o prédio até os ricos tapetes coloridos, desde a decoração sofisticadíssima ao serviço eficiente do restaurante, desde a atenção com que o hóspede é atingido pessoalmente pelos eficientes servidores até à alimentação farta e saborosa. Esta foi a primeira agradável surpresa que recebemos em Teresina. A segunda, foi o imenso parque ajardinado que há em frente ao Hotel, iluminação fria perfeita e farta, gramado primorosamente conservado, em cada canto belíssimo e artístico chafariz amenizando o ar, palmeiras regionais elegantes e bem tratadas – buriti, babaçu, tucum. E, para quebrar a monotonia, belas Acácias e Oitis faceiros. Complementando o panorama, o sopro afetuoso que vem do ‘velho Monge’, o Parnaíba, que corre um pouco mais adiante.¹⁴²

Essas reformas realçavam o turismo e a imagem positiva das realizações do estado. A reforma do Palácio de Karnak conservou suas linhas arquitetônicas, mas fez profundas transformações em seu interior para ceder lugar aos gabinetes e salas para assessoria do governo e suas secretarias. Foram realizadas obras de climatização e instalação de aparelhagem de som.

¹⁴²CADERNO DE ANOTAÇÕES A. Tito Filho. *Jornal do Piauí*, Teresina, 20 nov. 1973.

Na parte externa, o jardim incorporou espelhos d'água. Essas modificações foram projetadas por Acácio Gil Borsoi, arquiteto renomado, com obras em diversas cidades do país, juntamente com Janette Borsoi e Burle Marx.¹⁴³



Figura 13: Inauguração do Palácio de Karnak em 1972. Fonte: DIAS, Cid Castro. *Engenharia Piauiense*. Teresina: SIEARTP, 2017. p. 121.

A Avenida Frei Serafim foi o espaço que ganhou reforma mais significativa. Ela já possuía duas pistas, com quarenta metros de largura, canteiro central com arborização de oitizeiros. Segundo Nascimento, sob a intervenção dos representantes do Estado Novo, essa avenida passou a ser o cartão de visita da cidade, com legislação própria para as edificações em seu entorno, que deveriam ter dois pavimentos.¹⁴⁴ Na reforma realizada por Alberto Silva foram construídos, ainda, 4.500 metros de jardins e suas calçadas foram recobertas com mosaico português em preto e branco. A reforma contava ainda com a instalação de cinco fontes climatizadas contendo jatos de água e iluminação para ser apreciada à noite.¹⁴⁵

¹⁴³KARNAK, símbolo do novo Piauí. *O Estado*, Teresina, ano 21, n. 31, 5 set. 1975, p. 1.

¹⁴⁴NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002. p. 152.

¹⁴⁵ESTADO DO PIAUÍ. ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Alberto Tavares Silva em 1975*. Teresina, 1975. p. 11.



Figura 14: Avenida Frei Serafim após a reforma realizada pelo governo Alberto Silva.
Fonte: Acervo do Arquivo Público do Piauí.

Com o objetivo de dinamizar e valorizar a cultura local, Alberto Silva investiu na reforma do Teatro 4 de Setembro. O teatro conservou a área externa da fachada, porém, internamente, foi transformado e modernizado, com recepção de som e iluminação adequados. A reforma ampliou a área externa do teatro, o bar que funcionava do lado esquerdo do prédio foi demolido, e em seu lugar foi construído espaço para exposições e salas para os administradores da casa de espetáculos. A Praça Pedro II, onde se localiza o teatro, também passou por reforma.¹⁴⁶

¹⁴⁶A. Tito Filho elaborou o livro *Praça Aquidabã, sem número* para ser lançado na inauguração do Teatro pelo governo Alberto Silva. Cf.: TITO FILHO, A. *Praça Aquidabã, sem número*. Teresina: Governo do Estado do Piauí, 1975.



Figura 15: Teatro 4 de Setembro em reforma realizada pelo governo Alberto Silva. Fonte: DIAS, Cid Castro. *Engenharia Piauiense*. Teresina: SIEARTP, 2017. p. 121.

Uma das obras mais emblemáticas do governo de Alberto Silva foi a construção do Estádio Governador Alberto Tavares Silva, que representava um dos principais objetivos do plano de governo de Alberto Silva: inserir o Piauí no cenário nacional. A obra incentivou os piauienses a entrar em competições de futebol, motivados pela euforia da conquista do tricampeonato mundial na copa de 1970. A ditadura civil-militar explorou o futebol e seus efeitos na sociedade “a fim de promover a ‘unidade na adversidade’”,¹⁴⁷ nas palavras de Feitosa e Santos, que destacam:

Depois do sucesso obtido na copa de 1970, a ditadura militar passou a incentivar também os campeonatos internos, que antes era disputado apenas pelas cinco maiores federações, agora envolveria clubes da maioria dos estados brasileiros. Foi nesse momento que, na tentativa de aproximar o governo da população, vários estádios foram inaugurados em todo Brasil, como o Morumbi em São Paulo, o Castelão no Ceará, Mineirão em Belo Horizonte, Serra Dourada em Goiânia e o Albertão em Teresina.¹⁴⁸

¹⁴⁷FEITOSA, Ana Rosa Soares Negreiros; SANTOS, Livia Maria Macedo. Estádio Governador Alberto Tavares Silva: patrimônio moderno dentro de um contexto urbanístico e histórico na cidade contemporânea. In: AFONSO, Alcília; FEITOSA, Ana Rosa Soares Negreiros(Org.). *Arquitetura piauiense*. Teresina: Halley, 2010. p. 92.

¹⁴⁸FEITOSA; SANTOS, 2010, p. 93.

A construção do Albertão foi usada como propaganda do governo. Em uma única ação, Alberto Silva inseriu o Piauí nas competições nacionais de futebol e mostrou que seu governo estava proporcionando melhorias, desenvolvimento e reconhecimento para o estado, levantando a autoestima dos piauienses.



Figura 16: Estádio Albertão e a propaganda do governo. Fonte: FEITOSA, Ana Rosa Soares Negreiros; SANTOS, Livia Maria Macedo. Estádio Governador Alberto Tavares Silva: patrimônio moderno dentro de um contexto urbanístico e histórico na cidade contemporânea. In: AFONSO, Alcilia; FEITOSA, Ana Rosa Soares Negreiros (Org.) *Arquitetura piauiense*. Teresina: Halley, 2010. p. 105.

O estádio Albertão, construído nesse período, se revelou um dos principais lugares de preservação da memória.¹⁴⁹ Quanto à sua construção, o secretário Murilo Rezende afirmou que seria iniciada impreterivelmente em outubro de 1971.¹⁵⁰

O local de construção do estádio foi o bairro Tabuleta, zona sul de Teresina, localização considerada de fácil acesso, a partir da Avenida Miguel Rosa. O projeto foi grandioso, inicialmente contou com a construção de piscinas olímpicas e capacidade para 60.000 pessoas, com 10.000 cadeiras, 35.000 arquibancadas e 15.000 gerais. Tratava-se de um complexo esportivo¹⁵¹ para cidade.¹⁵² Mas o projeto das piscinas logo foi abandonado, pois:

¹⁴⁹FONTINELES, 2015.

¹⁵⁰ALBERTÃO em outubro. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.370, 3 jul. 1971, p. 1.

¹⁵¹No projeto original havia um estacionamento para 4000 vagas, pista de atletismo, quatro vestiários, 22 cabines de rádio e TV, alojamento para delegações, salas para congressos e reuniões, restaurante, escola de Educação Física e completo Conjunto Esportivo em anexo, destinado ao esporte amador e universitário com ginásio coberto. Cf.: FEITOSA; SANTOS, 2010, p. 95.

¹⁵²A obra foi inaugurada em 26 de agosto de 1973. A empresa que elaborou o projeto foi a SEEBLA – Serviço de Engenharia Emilio Baumgart – com base no projeto arquitetônico de Raul de Lagos Cirne.

No período de 1971-1975, o *déficit* corrente era ampliado com a realização de obras não financiáveis pelo governo federal utilizando-se os recursos próprios do Estado, que eram sabidamente insuficientes sequer para o pagamento do Pessoal. A mais conhecida dessas obras é o estádio de futebol ‘Albertão’.¹⁵³

Mesmo sem estar concluída no momento da inauguração, a obra representava marco na vida dos piauienses. A este respeito, observa-se que foi:

Construído em duas etapas, a primeira ficou pronta em 120 dias, batendo recordes de tempo e de tecnologia aplicada. Empregando 900 trabalhadores da região, o Estádio ficou pronto para início do campeonato Nacional. Nesta fase, participou da execução da obra a Construtora Lourival S. Parente, sendo sempre assessorados pela SEEBLA, representada pelos engenheiros Paulo Valiant, Raimundo Pessoa e Antônio Carlos Fortes, e fiscalizada pelo Eng. Cid de Castro Dias, fiscal da extinta FAGET – Fundação de Assistência Geral aos Esportes do Piauí. A segunda etapa foi para a conclusão dos pórticos externos e a laje de cobertura, na época a maior laje em balanço de concreto protendido no Brasil. Realizada no Governo de Dirceu Mendes Arcoverde (1974-1978), cujo Secretário de Obras era o Eng. Carlos Burlamaqui da Silva, contou com a participação da Construtora Lourival S. Parente e a Construtora Guaratã. Esta fase foi mais lenta e demorada, levando cerca de dez anos para ser concluída.¹⁵⁴



Figura 17: Vista aérea do primeiro jogo no Albertão. Fonte: FEITOSA, Ana Rosa Soares Negreiros; SANTOS, Livia Maria Macedo. Estádio Governador Alberto Tavares Silva: patrimônio moderno dentro de um contexto urbanístico e histórico na cidade contemporânea. In: AFONSO, Alcilia; FEITOSA, Ana Rosa Soares Negreiros (Org.) *Arquitetura piauiense*. Teresina: Halley, 2010. p. 106.

¹⁵³MENDES, 2003, p. 287.

¹⁵⁴FEITOSA; SANTOS, 2010, p. 95.

A inauguração do estádio foi realizada no dia 26 de agosto de 1973. O governo reuniu um grande público com o empenho de transformar aquela inauguração em um grande evento para o Piauí e para o Brasil, uma vez que a seleção brasileira de futebol havia conquistado o tricampeonato na copa do mundo. O jogo de inauguração foi entre os times Fluminense, do Rio de Janeiro, e o Tiradentes, do Piauí.



Figura 18: Governador Alberto Silva na inauguração da primeira etapa da construção do Estádio Albertão. Fonte: *Teresina entre 1973 e 1974*. Disponível em: <<http://teresinaantiga.com/teresina-1973-1972.php>>. Acesso em: 30 de maio de 2018.

Entretanto, o que deveria ser uma festa a ser exibida nacionalmente, que ajudaria a construir a imagem positiva do governo, tornou-se uma tragédia devido ao tumulto provocado pelo alarme falso de que o estádio estava caindo. A ameaça de queda surgiu durante o jogo, após um avião sobrevoar o estádio e provocar pequeno tremor. Os torcedores se apavoraram e assim teve início toda a confusão.

Diante disso, a inauguração resultou na morte de oito pessoas e em centenas de feridos. O que deveria servir para levantar a autoestima piauiense, se transformou em alvo de críticas

ferrenhas, não somente no âmbito estadual, mas nacionalmente, pois a tragédia foi vista pelo país inteiro.

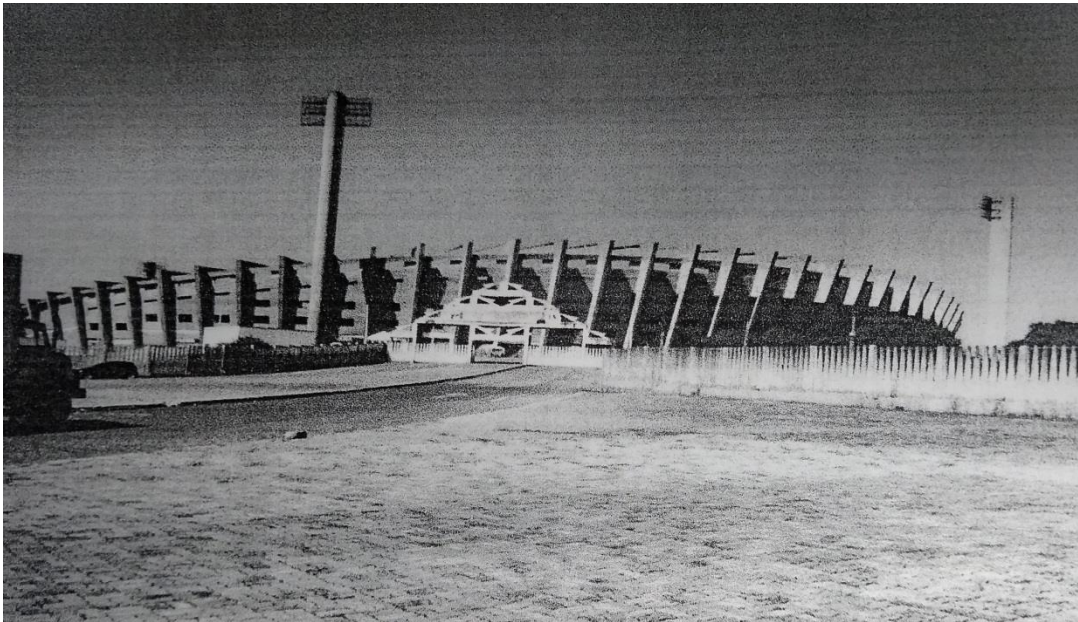


Figura 19: Vista externa do Estádio Albertão. Fonte: LIMA, Diego Silva. *A Cidade Verde no milagre econômico: transformações no espaço sócio-urbano de Teresina 1971-1979*. 2017. 89 f. Monografia (Curso de Licenciatura em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

O governo de Alberto Silva realizou outras obras importantes que merecem destaque. As obras desenvolvidas visavam oferecer lazer à comunidade, como foi o caso da construção do zoológico na capital Teresina, o Parque Zoobotânico. Foi construído na zona leste da cidade, com reserva natural de 137 hectares e seguia o objetivo das demais obras do governador Alberto Silva: elevar Teresina ao patamar das demais cidades brasileiras. Foi inaugurado em 8 de maio de 1974.



Figura 20: Zoobotânico em Teresina. Fonte: DIAS, Cid Castro. *Engenharia Piauiense*. Teresina: SIEARTP, 2017. p. 121.

Outro empreendimento construído pelo governo do estado foi a sede da Companhia de Energia do Piauí (CEPISA), cujo projeto arquitetônico moderno foi assinado pelo arquiteto Antônio Luiz Araújo. A construção contou com recursos do Ministério de Minas e Energia. O edifício de 4.800 metros quadrados, todo em concreto armado, constava de quatro pavimentos em formato circular. A área escolhida para sediar o novo prédio da CEPISA foi o da antiga Usina Santa Luzia, região que estava passando pelo processo de valorização, como o prolongamento da Avenida Maranhão.



Figura: 21: Sede da CEPISA. Fonte: *Teresina entre 1973 e 1974*. Disponível em: <<http://teresinaantiga.com/teresina-1973-1972.php>>. Acesso em: 30 de maio de 2018.

Aos poucos, o investimento em infraestrutura no estado foi ganhando visibilidade e reconhecimento, realçando as intervenções do governo do Piauí no sentido de alterar a imagem negativa que este possuía de ser o mais pobre do Brasil, como é possível observar no artigo publicado pelo *Jornal do Piauí*:

Apesar da ironias (simpáticas) de Juca Chaves e das sátiras (cáusticas) de Nelson Rodrigues, o Piauí é potencialmente um Estado mais rico do que outros do Nordeste, pois conta com rios perenes, muita água em seu subsolo e grande recursos minerais. As estes pontos favoráveis vem somar-se um novo fator: energia elétrica abundante.¹⁵⁵

A nova situação em que o Piauí se encontrava era enfatizada de modo a contradizer aqueles que outrora debocharam do Estado. Os feitos do governo estadual eram ressaltados, como a inauguração da hidrelétrica de Boa Esperança no rio Parnaíba e a rede de distribuição pelo Estado, 608 km de linhas de transmissão, que possibilitaram a exploração de grandes recursos minerais, como o níquel (grupo Mina do Morro), o amianto (Companhia Sano) e o mármore.¹⁵⁶

A instalação do Terminal de Petróleo contribuiu para edificar uma imagem positiva do estado e, conseqüentemente, do governo de Alberto Silva. Sua instalação objetivava baratear os preços dos combustíveis e facilitar o abastecimento da capital, visto que era considerável o

¹⁵⁵NORDESTE: O Piauí será rico?. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.401, 6 ago. 1971, p. 1.

¹⁵⁶NORDESTE: O Piauí será rico?. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.401, 6 ago. 1971, p. 1.

aumento dos veículos em Teresina naquele período. Também seria um distribuidor de combustível na área de influência da capital do Piauí.¹⁵⁷

Alberto Silva levava também sua política de otimismo para o interior do Estado. Nesse sentido, visitou Piracuruca em 13 de agosto de 1971, festejando o fato de que muito em breve a cidade receberia energia da Hidrelétrica da Boa Esperança. Verifica-se que o governador Alberto Silva se fazia presente nesses momentos com a intenção de ser visto, respeitado e homenageado nos eventos. Nota-se, portanto, a dimensão política de suas visitas ao interior do estado. Como figura política, sua presença era legitimada e aceita pela população, principalmente considerando o pressuposto de que o governador do Estado era um engenheiro, e um engenheiro que levava energia à cidade. Sobre a ocasião, encontrou-se:

Altas autoridades compareceram a esta solenidade de inauguração. Também na oportunidade a juventude recebeu um presente muito significativo da municipalidade. Uma biblioteca moderna que fez com que o governador Alberto Silva, ali presente, lançasse exclamação de admiração. Também a cidade bicentenária foi presenteada com um moderno matadouro.¹⁵⁸

O primeiro orador da noite foi Manoel Fortes de Cerqueira, de Piracuruca, que iniciou sua fala lembrando o tempo em que toda a cidade utilizava o lampião para a iluminação pública, quando um operário ia toda noite de esquina em esquina acender o lampião a querosene: “Com tiradas poéticas o orador fez o contraste daquela época de sua infância com a energia redentora que chegava e agradeceu ao Governo do Piauí por dar à sua comunidade aquele presente”.¹⁵⁹

Ao usar a palavra, o governador Alberto Silva mostrou-se bastante satisfeito com a acolhida e prometeu a estadualização do Ginásio Municipal de Piracuruca. Afirmou que assinaria o convênio de pavimentação asfáltica ligando Piripiri, Piracuruca e Parnaíba, e que o ministro dos Transportes, Mario Andreazza, estaria presente nessa solenidade.¹⁶⁰

Alberto Silva desejava construir a imagem de um imenso canteiro de obras para o Piauí. No final de setembro de 1971, a Secretaria de Obras Públicas estava realizando, ao todo, 112

¹⁵⁷MONTE, 2010, p. 107.

¹⁵⁸PIRACURUCA aliando progresso à tradição. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.409, 13 ago. 1971, p. 5.

¹⁵⁹PIRACURUCA aliando progresso à tradição. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.409, 13 ago. 1971, p. 5.

¹⁶⁰Dentre os participantes da festa em Piracuruca e da Santa Missa congratulatória, celebrada pelo vigário Monsenhor Olavo, estavam o governador Alberto Silva, o deputado Ribeiro Magalhães, os engenheiros João Paulo Simões Aciolly de Carvalho, Japhet Diniz Júnior, da direção da CEPISA, os prefeitos Cícero Fortes de Cerqueira (Piracuruca), Carlos Carvalho (Parnaíba), Jônatas Melo (Piripiri), Aloísio Craveiro de Melo (Batalha), Bernardo Correia Lima (Buriti dos Lopes) e Manoel Pedrosa (Luís Correia). Cf.: PIRACURUCA aliando progresso à tradição. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.409, 13 ago. 1971, p. 5.

obras, algumas já concluídas até aquela data, outras estavam em andamento, além das diversas em fase de licitação pública e aquelas ainda sendo projetadas.¹⁶¹

Dessa forma, verifica-se que as intervenções realizadas pelo governo de Alberto Silva no estado do Piauí estavam de acordo com as realizações ocorridas em todo o Brasil, propostas pelo regime militar que comandava o país naquele período. Nota-se que Alberto Silva, aproveitando-se dos incentivos financeiros federais, implementou reformas e realizou a construção de grandes obras públicas, com o objetivo de promover o desenvolvimento do estado e construir novos espaços de lazer e sociabilidades para a sociedade piauiense. No entanto, essas não eram suas únicas motivações. Ele também possuía o desejo de ter seu nome eternizado na história política e cultural do Piauí, visto que ansiava atribuir imagem positiva ao estado em frente ao cenário nacional e, conseqüentemente, teria sua imagem atrelada às referidas iniciativas.

¹⁶¹NOS 200 dias de Alberto: O Piauí é um imenso canteiro de obras. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.441, 30 set. 1971, p. 35.

3 A POLÍTICA CULTURAL DE ALBERTO SILVA

O objetivo deste capítulo é analisar as políticas culturais do primeiro governo de Alberto Silva. Buscou-se entender como tais políticas se moldaram durante a ditadura civil-militar. Nesse sentido entende-se a cultura como elemento de manutenção e legitimação do poder. A produção da cultura oficial também foi analisada.

Inicialmente é discutido como o Brasil começou a articular a cultura como instrumento de poder e o papel dos intelectuais na máquina burocrática do Estado. Em seguida, analisa-se a aproximação entre o Estado e a cultura no Piauí buscando entender como o governo criou e desenvolveu os principais projetos culturais no Piauí, ressaltando o Plano Editorial do Estado, o Concurso de obras sobre as Lutas pela Independência do Brasil e a criação da Secretaria da Cultura, observando a preocupação com o reconhecimento nacional tão almejado pelo governador Alberto Silva.

3.1 A Doutrina de Segurança Nacional e o projeto de Política Cultural do Brasil: relações entre Cultura e Estado

Para justificar a intervenção dos militares na política a partir do Golpe civil-militar de 1964 e garantir sua manutenção, foi necessário criar e propagar um discurso que legitimasse a tomada de governo. Inicialmente foi preciso criar um consenso dentro das forças armadas e, após isso, conquistar o apoio da sociedade brasileira, garantindo assim a legitimidade de todo o processo. Ailton Laurentino Fagundes ressalta que “em 1964 esse discurso já existia e havia sido formulado na Escola Superior de Guerra”.¹⁶²

A Escola Superior de Guerra¹⁶³ (ESG) foi criada seguindo o modelo da *National War College* dos Estados Unidos e só desenvolveu sua base doutrinária no final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta, com características do modelo americano no combate radical ao

¹⁶²FAGUNDES, Ailton Laurentino Caris. Do golpe à ditadura: a doutrina de segurança nacional e a construção do regime militar. *Revista OPSIS*, Goiás, v. 14, n. 1, p. 60-78, jan./jun. 2014. p. 62.

¹⁶³Fundada em 20 de agosto de 1949 por um grupo de militares, cujo capitão era o Marechal César Obino. Em 1951, além de militares das três forças, a escola recebeu também a contribuição dos civis. Golbery foi o principal teórico ou mesmo o pai da ESG. Tinha forte influência dentro das Forças Armadas e atuação e influência no meio empresarial, era chefe de gabinete da secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional e, em 1961, no governo de João Goulart, ficou à frente do IPÊS, que defendia a iniciativa privada.

comunismo. Diferindo dos Estados Unidos, o Brasil tinha problemas, como o subdesenvolvimento econômico e a segurança nacional para resolver.¹⁶⁴

A ESG acabou se tornando local de encontro de militares com o objetivo de discutir a política brasileira, expandindo-se não só entre os militares, mas também entre os civis,¹⁶⁵ mantendo o diálogo com especialistas de diversas áreas, sempre em busca do aumento de seus campos de estudos e participar das elites.¹⁶⁶ A esse respeito, Fagundes afirma:

Não demoraria muito para que a Escola se transformasse no principal centro de inteligência das Forças Armadas e para que, pelas suas supostas qualidades, ou pelas grandes pretensões, de *think tank da intelligentsia* militar ganhasse a alcunha de Sorbonne. É ali que seriam desenvolvidas as justificativas militar e política para o regime a partir de uma doutrina que dava às forças armadas a função de definir e defender os objetivos nacionais permanentes. Independente do valor intelectual dos seus membros, dado que seus principais líderes seriam homens de destaque e influência entre os militares, é essa justificativa, chamada Doutrina de Segurança Nacional, a chave para se compreender o regime militar.¹⁶⁷

A ameaça comunista,¹⁶⁸ verdadeira ou imaginada, foi um dos principais aspectos que levou a ESG a tornar-se importante no Exército e, principalmente, para que ganhasse o apoio da sociedade. Essa articulação feita a partir do medo da ameaça comunista foi tão bem utilizada que angariou o apoio dos aliados Estados Unidos à deposição de João Goulart¹⁶⁹ e serviu, também, para justificar a intervenção militar, as decisões impopulares, a repressão e a permanência dos militares no poder.¹⁷⁰ Fagundes esclarece que:

Em grande medida essa doutrina se embasava na teoria da guerra interna, desenvolvida nos Estados Unidos, segundo a qual a principal ameaça à estabilidade e à segurança nacional não vinha da invasão externa mas dos grupos subversivos nacionais, que poderiam ser influenciados pelo

¹⁶⁴FAGUNDES, 2014, p. 62.

¹⁶⁵Entre as elites civis, a base ideológica de apoio ao regime foi divulgada pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), a Sociedade Civil de Planejamento e as Consultas Técnicas (CONSULTEC).

¹⁶⁶FAGUNDES, 2014, p. 65.

¹⁶⁷FAGUNDES, 2014, p. 65-66.

¹⁶⁸A ameaça comunista, divulgada nesse período, condenava as ideias nacionalistas e de esquerda, como as reformas de base e a reforma agrária e pensamentos que contrariassem a ideia de propriedade privada, amplamente divulgadas no governo João Goulart. Consideravam todas as propostas como uma esquerdização. Os grupos de direita não viram no Partido Comunista a real possibilidade de uma revolução, mas considerava que suas ideias poderiam politizar as classes populares à esquerda e junto com João Goulart poderiam aplicar um golpe. Utilizaram e divulgaram essa ideia de forma negativa, até que esta ideia se tornou uma verdadeira ameaça ao Estado.

¹⁶⁹O governo de João Goulart teve que lidar com a crise econômica e a instabilidade política. Na tentativa de reagir a essas adversidades buscou a implantação das reformas de base, o que provocou reação das elites, do empresariado e da direita. Esses grupos organizaram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, com o objetivo de mostrar o descontentamento da população com a política do Presidente. O Golpe ocorreu em 31 de março de 1964 e depôs o presidente, que se exilou no Uruguai.

¹⁷⁰FAGUNDES, 2014, p. 67.

comunismo internacional, ameaças que, para o bem da nação, deveriam ser neutralizadas ou eliminadas. Esse argumento serviu para justificar e arregimentar apoio popular à intervenção popular e também serviria de base para a repressão aos opositores do regime e para buscar justificá-la diante da opinião pública já no momento imediatamente posterior ao golpe.¹⁷¹

A base ideológica da doutrina de Segurança Nacional era voltada para o bem coletivo, que deveria estar acima dos interesses do indivíduo. O Estado seria o elemento de mobilização da ação coletiva e a sociedade deveria lealdade a ele em troca da garantia da unidade nacional e da centralização do poder, bem como o desenvolvimento econômico que exigia disciplina e sacrifícios individuais e de grupos.¹⁷²

As bases do regime ditatorial foram instauradas a partir de duas propagandas bem convincentes: a segurança e o desenvolvimento, palavras que exprimem um conjunto de ideias doutrinárias divulgadas entre os militares e os civis. Essa doutrina permaneceu no poder, visto que era pensada como vontade maior da nação, representando todo povo.

Dentro dessa doutrinação política, o Estado criou bases para a construção de uma política cultural que conseguiria cada vez mais legitimar-se no poder. No planejamento da cultura foi criado o Conselho Federal de Cultura,¹⁷³ em 1966. Sua criação se deu no governo do Marechal Castelo Branco e tinha como principal objetivo elaborar um Plano Nacional de Cultura. Conforme Fernandes, o plano demorou a ser elaborado e só no governo de Médici, em 1973, foi criado o documento Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura.¹⁷⁴ Foram criados pelo Conselho Federal de Cultura durante este período o Plano Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura, em 1973 e o Plano Política Nacional de Cultura, em 1975.

São identificadas três frentes de atuação governamental no âmbito da cultura na ditadura. A primeira foi a censura às produções culturais que eram consideradas de oposição ao governo. A segunda foi o investimento em infraestrutura e em telecomunicações, o que ajudou com as políticas de integração e segurança nacional. A terceira frente foi a criação de órgãos governamentais destinados a planejar e implementar a política cultural oficial. Essas três formas de atuação contribuíram para a modernização do país, para as políticas de integração e segurança nacional, favorecendo também a indústria cultural brasileira.¹⁷⁵ A concepção de política cultural exprime sua relação com a segurança e o desenvolvimento.

¹⁷¹FAGUNDES, 2014, p. 69.

¹⁷²FAGUNDES, 2014, p. 66.

¹⁷³Sobre o Conselho Federal de Cultura, cf.: CALABRE, Lia. O Conselho Federal de Cultura 1971-1974. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 37, p. 81-98, 2006.

¹⁷⁴FERNANDES, Natália Aparecida Morato. A política cultural à época da ditadura militar. *Contemporânea*, São Carlos, v. 3, n. 1, p. 173-192, jan./jun. 2013. p. 179.

¹⁷⁵FERNANDES, 2013, p. 174.

O documento Diretrizes Para uma Política Nacional de Cultura foi rapidamente retirado de circulação, possivelmente por ter sugerido a criação de um Ministério da Cultura, o que teria provocado divergências no interior do Ministério de Educação e Cultura. Esse documento apresentava as normas de ação que defendiam a defesa do patrimônio e o incentivo à difusão da cultura. Destaca-se ainda a relação entre proteção dos bens culturais e a ideia de segurança nacional, explicitando a necessidade de reconhecimento e valorização do acervo e da expressão cultural do povo brasileiro. Essa associação enaltecia a produção nacional.

Em substituição a esse, foi elaborado, no mesmo ano, o Programa de Ação Cultural (PAC), ligado ao Departamento de Assuntos Culturais do MEC para o biênio 1973-1974. Seus objetivos estavam relacionados principalmente à “preservação do patrimônio histórico e artístico, ao incentivo à criatividade e à difusão das atividades artístico-culturais e à capacitação de recursos humanos”.¹⁷⁶ Sobre isso, o *Jornal Correio da Manhã* destacou:

O presidente da República aprovou o Programa de Ação Cultural para o biênio de 1973/1974, que lhe foi submetido através de exposição de motivos assinada pelos ministros da Educação e Cultura, da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Geral. O Programa de Ação Cultural conta com o apoio financeiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o FNDE, e disporá, ainda este ano, de recursos suplementares dentro das atuais disponibilidades do MEC na área cultural, da ordem de Cr\$ 25 milhões. Estão previstos na proposta orçamentária para o exercício de 1974, no mínimo Cr\$ 50 milhões. O Departamento de Assuntos Culturais será o órgão dentro do MEC encarregado de impulsionar o Programa, cujo objetivo geral é o de sensibilizar a opinião pública brasileira, através da promoção de medidas de proteção e valorização do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do País.¹⁷⁷

Durante a gestão do ministro da Educação Jarbas Passarinho¹⁷⁸, no governo do Presidente Médici, foi colocado em prática o Programa de Ação Cultural, destinado ao financiamento de eventos relacionados à cultura, ao setor de patrimônio e ao desenvolvimento

¹⁷⁶MICELI, Sérgio. O processo de construção institucional na área cultural federal (anos 70). In: _____. (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. p. 55.

¹⁷⁷MÉDICI aprova programa de ação cultural para 73-74. *Jornal Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano 73, n. 24.639, 10 ago. 1973.

¹⁷⁸Jarbas Gonçalves Passarinho nasceu em 11 de janeiro de 1920 no Acre. Militar, em 1961 foi nomeado por Jânio Quadros para participar da Comissão da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Em 1962 tornou-se Tenente-coronel. Chefiou o Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia e da 8ª Região Militar. Participou da articulação do Golpe de 1964. Nesse mesmo ano foi indicado por Humberto Castelo Branco como governador do Pará. Em 1966 elegeu-se senador pelo Pará, pela Arena. Iniciou o mandato em 1967, mas quando Costa e Silva assumiu a presidência, foi convidado para ser Ministro do Trabalho e Previdência Social. Em 1969, com a posse de Emílio Garrastazu Médici, foi convidado para ocupar o Ministério da Educação. Em 1974, reassumiu o mandato de Senador e foi reeleito em 1975. Em 1983 assumiu a pasta da Previdência na presidência de João Figueiredo. Em 1986 foi eleito senador pelo PDS. Foi Ministro da Justiça de Fernando Collor em 1990. Reassumiu sua cadeira no senado em 1995.

de atividades culturais. O plano tinha como meta a realização, em todo o país, de um calendário de eventos culturais abrangendo diversas áreas como música, folclore e teatro.¹⁷⁹ A esse respeito, em mensagem ao Congresso, Médici afirma:

Visando à dinamização de toda a área cultural, o Governo destacou para 1973 o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00, com os quais se financiou o atual Plano de Ação Cultural, em pleno desenvolvimento. O patrimônio histórico, artístico e natural recebeu, em consequência, maior soma de meios para a sua preservação.¹⁸⁰

O Programa de Ação Cultural demonstra uma mudança na forma como a cultura é tratada pelos governos. Antes, os investimentos na área da cultura eram voltados principalmente para o patrimônio, a partir desse momento, destina-se para atividades artístico-culturais. Há, nesse sentido, um aumento de público e a necessidade de formação de pessoal. Todas as demandas sinalizam para a necessidade da criação do Ministério da Cultura, que só ocorreu em 1985.

O Programa de Ação do Governo foi lançado em agosto de 1973, com o objetivo de programar o calendário de eventos culturais, com espetáculos nas áreas de música, teatro, circo, folclore e cinema. O Programa caracterizava a cultura articulando participação do cidadão comum e o desenvolvimento que seria ligado à intervenção do Estado. Assim, o Estado entendido como apoio e incentivo, que não se confundia com coerção ou tutela, resumia a política cultural de auxílio e de incentivo:¹⁸¹

[...] Relativas à criação de serviços nacionais de música, artes plásticas, folclore; à criação do ‘fundo nacional de desenvolvimento da cultura’; à criação de ‘casas da cultura’ em centros de influência regional; à colaboração com universidades; a cuidados com monumentos particulares tombados; e ao financiamento de projetos de natureza cultural.¹⁸²

Conforme Calabre, o programa foi iniciado com o deslocamento de artistas entre diversas regiões do Brasil: grupos do Sul se apresentavam em Recife; artistas catarinenses, em Belém; músicos cariocas em Fortaleza ou amazonenses em Florianópolis. Isso levou a uma grande circulação cultural.¹⁸³ De acordo com Miceli:

O PAC, por sua vez, era não apenas uma abertura de crédito, financeiro e político, a algumas áreas da produção oficial até então praticamente

¹⁷⁹CALABRE, Lia. Política cultural no Brasil: um histórico. In: I ENECULT- Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 1, Salvador, 2005. *Anais*. Salvador: [s.n.], 2005. p. 4.

¹⁸⁰MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Brasília, 1974. p. 115.

¹⁸¹ COHN, Gabriel. A concepção oficial da política cultural nos anos 70. In: MICELI, Sérgio (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. p. 90.

¹⁸²COHN, 1984, p. 91.

¹⁸³CALABRE, 2005, p. 4.

desassistidas pelos demais órgãos oficiais, mas também uma tentativa oficial de degelo em relação aos meios artísticos e intelectuais.¹⁸⁴

Em 1975, durante o governo de Geisel, na gestão do ministro da Educação e Cultura Ney Braga¹⁸⁵ houve a aprovação da primeira Política Nacional de Cultura.¹⁸⁶ A esse respeito, Miceli observa que:

Foi a única vez na história republicana que o governo formalizou um conjunto de diretrizes para orientar suas atividades na área da cultura, prevendo ainda modalidades de colaboração entre os órgãos federais e de outros ministérios como, por exemplo, o Arquivo Nacional do Ministério da Justiça e o Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores, com secretarias estaduais e municipais de cultura, universidades, fundações culturais e instituições privadas.¹⁸⁷

Foram criados novos órgãos, entre eles o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), o Conselho Nacional de Cinema (CONCINE), a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE) e ocorreu ainda a reformulação da EMBRAFILME, que havia sido criada em 1969.

Gabriel Cohn analisa os planos de Diretrizes Para Uma Política Nacional de Cultura e o plano de Política Nacional de Cultura, lançado respectivamente em 1973 no governo Médici, e no governo de Ernest Geisel, em 1975. Conforme Cohn, nos primeiros anos da década de 1970, havia uma preocupação, principalmente quanto ao fortalecimento da censura, para que houvesse um controle maior da cultura por parte do Estado. Cohn afirma que há uma grande semelhança entre os dois planos, como se o primeiro fosse uma reelaboração do segundo, porém eles têm algumas diferenças, como a reivindicação de uma maior autonomia para a cultura no documento de 1973.

O Programa de Ação Cultural de 1973 solicitava maior autonomia para o setor cultural, bem como a criação ou adequação de um novo órgão que tivesse áreas de planejamento, coordenação e execução.¹⁸⁸ Essa maior autonomia, explícita no documento de Diretrizes, já

¹⁸⁴MICELI, 1984, p. 55.

¹⁸⁵Ney Aminthas de Barros Braga nasceu em 25 de julho de 1917 no Paraná. Prefeito de Curitiba em 1954. Eleito deputado em 1958 pelo Partido Democrata Cristão. Em 1965 foi ministro da Agricultura do presidente Humberto Castelo Branco. Em 1966 elegeu-se senador pela Arena. Em 1974 foi convidado pelo presidente Geisel para ministro da Educação e Cultura. Presidente da Itaipu Bi nacional, a convite de Tancredo Neves para compor sua equipe, convite que foi confirmado por José Sarney. FGV CPDOC. *Ney Aminthas de Barros Braga*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/nei-amintas-de-barros-braga>>. Acesso em 20 de abril de 2018.

¹⁸⁶MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Política Nacional de Cultura*. Brasília, 1975.

¹⁸⁷MICELI, 1984, p. 57.

¹⁸⁸COHN, 1984, p. 88.

evidenciava a necessidade da criação de um ministério somente para a cultura, o que explica a não aprovação desse pelo ministro Jarbas Passarinho.

Quanto ao Plano Nacional de Cultura de 1975, os fundamentos são semelhantes aos das Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura. Ele foi criado com uma linguagem que atendia tanto aos interesses dos militares, quanto aos dos tecnocratas.¹⁸⁹ Nesse documento a atenção estava direcionada para além das questões econômicas e de segurança e integração nacional, visto que priorizava o desenvolvimento social, com destaque à cultura, como é possível observar a seguir:

Uma política de cultura deve levar em consideração a ética do humanismo e o respeito à espontaneidade da criação popular. Justifica-se, assim, uma política de cultura como o conjunto de iniciativas governamentais coordenadas pela necessidade de ativar a criatividade, reduzida, destorcida e ameaçada pelos mecanismos de controle desencadeados através dos meios de comunicação de massa e pela racionalização da sociedade industrial.¹⁹⁰

Conforme Cohn, o plano era controverso no que se referia à participação do Estado, pois era uma proposta “antiestatizante a ser efetuada por órgão estatal”.¹⁹¹ O Estado deveria intervir apenas com o apoio e o incentivo, mas não deveria intervir no processo criativo.

Vê-se a institucionalização da cultura forjada dentro da Ditadura civil-militar e o redirecionamento das políticas culturais, que são entendidas nesse sentido como um grupo de preceitos e finalidades que determinam ações públicas imediatas no campo da cultura. Conforme Calabre, o estudo da política cultural realizada por um determinado governo ou em um determinado período da história de um país, pode ser efetivado através do mapeamento das ações do Estado no campo da cultura¹⁹² e é justamente isso que esta pesquisa realizou no que se refere à política cultural piauiense durante o primeiro governo de Alberto Silva.

Conforme Philippe Urfalino, a política cultural se refere a um momento de convergência e coerência entre as representações do papel que o Estado pode atribuir à arte e à cultura no que diz respeito à sociedade e de organização de uma ação política.¹⁹³ Acrescenta:

Assim definida, a política cultural é um tema composto, que remete tanto a história das ideias e das representações sociais quanto a uma história do Estado (ou de outras instâncias públicas). Exige de fato sua união. Não se reduz nem à justaposição de políticas setoriais nem ao rearranjo republicano do mecenato

¹⁸⁹COHN, 1984, p. 92.

¹⁹⁰MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Política Nacional de Cultura*. Brasília, 1975. p. 20

¹⁹¹COHN, 1984, p. 93.

¹⁹²CALABRE, Lia. Política cultural no Brasil: um histórico. In: I ENECULT- Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 1, Salvador, 2005. *Anais*. Salvador: [s.n.], 2005. p. 2.

¹⁹³URFALINO, Philippe. *A invenção da política cultural*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015. p. 15.

régio, porque é uma totalidade construída por ideias por práticas políticas e administrativas situadas num contexto intelectual e político.¹⁹⁴

Nesse sentido, esta pesquisa também utiliza o conceito de política cultural, considerando as características apontadas pelo referido autor, mas analisando-a no sentido também de ser vista como uma invenção, por se entender que há uma ruptura do tipo gestão cultural do governador Alberto Silva com as gestões anteriores.

3.2 Estado e Cultura: “Meu governo não se tem esquecido das atividades culturais, como é fácil demonstrar”.

As mudanças na atuação política brasileira no campo cultural repercutiram no Estado do Piauí, que investiu em projetos culturais em torno da literatura e da história. Neste tópico são analisadas as políticas culturais do primeiro governo de Alberto Silva no Piauí, que administrou o Estado sobre as presidências de Médici e de Geisel e período em que a propaganda oficial estimulava o patriotismo e o apoio ao regime militar. Nesse contexto, os principais projetos culturais da gestão de Alberto Silva foram desenvolvidos.

Não trouxe para o exercício do honroso cargo de Chefe do Executivo de nossa terra apenas o desejo de construir estradas, semear os campos, aumentar os rebanhos, cuidar da saúde das comunidades, sanear as finanças estaduais, apoiar e animar os esportes, proteger a cera de carnaúba e o babaçu, produtos de indispensável importância na economia do Estado. Veio comigo, também o propósito de dedicar-me a área da educação e da cultura e ajudar o desenvolvimento das atividades intelectuais piauienses, preservando, inclusive, o patrimônio legado ao nosso Estado pelos eruditos que foram os vossos antecessores.¹⁹⁵

Analisando as falas do governador divulgadas nos jornais que apoiavam seu governo e os projetos por ele instaurados no estado, é possível entender como seu projeto cultural se estruturou. No trecho acima, parte do discurso de Alberto Silva proferido na Academia Piauiense de Letras, o ex-governador destaca os assuntos culturais e demonstra interesse em promover um programa de cultura valorizando a história e a cultura do Piauí.

¹⁹⁴URFALINO, 2015, p. 16.

¹⁹⁵ACADEMIA homenageou Alberto Silva. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 21, n. 3.537, 20 jan. 1972, p. 5.

Em seu primeiro mandato como governador do Piauí, Alberto Silva buscou através da Secretaria de Educação e Cultura, dirigida por Wall Ferraz,¹⁹⁶ estimular a cultura através da literatura e do civismo.¹⁹⁷ Herculano Moraes esclarece acerca da escolha do Secretário:¹⁹⁸

Pois foi ali [na CODESE] que a luneta mágica de Alberto Silva foi buscar aquele que era considerado o maior conhecedor dos problemas piauienses, notadamente na área da educação. Creio que indicado por A. Tito Filho, pois havia a ideia de trazer de fora do Estado um técnico para a Secretaria da Educação, Wall Ferraz foi a Brasília em nome do Governador que assumiria o poder. Voltou de lá ungido pela unânime opinião de técnicos do MEC que não entendiam essa obsessão por alguém de fora, quando ali estava um professor da mais elevada qualificação.¹⁹⁹

O trabalho artístico e intelectual passa a ser visto como um projeto de ação social no sentido de conscientização da sociedade sobre os problemas da nação. É nesse sentido que esse trabalho é entendido como essencial para o enfrentamento das dificuldades sociais e econômicas sofridas. A cultura representa um lugar de disputa pelo poder.

A cultura é apresentada como negócio oficial e, juntamente com a ocupação de cargos públicos por intelectuais, provocou uma burocratização e racionalização das carreiras. Miceli aponta a formação e burocratização das instituições do Brasil, evidenciando a forma como o Estado interfere cada vez mais dentro dos diferentes ministérios, conselhos, departamentos e administrações. Afirma que:

Tais espaços impunham via de regra de atribuições fundamentalmente consultivas e operavam como frentes de legitimação para a crescente ingerência do Estado em domínios da realidade até então sob a tutela de outras frações da classe dominante.²⁰⁰

Em mensagem governamental referente ao ano de 1971, Alberto Silva relata sua preocupação com a cultura, quando afirmou que seu governo não ignorava as atividades culturais, algo que podia ser demonstrado.²⁰¹ Segundo o governador algumas decisões tomadas

¹⁹⁶Raimundo Wall Ferraz nasceu em Teresina no dia 14 de março de 1932. Formou-se em Direito e em História. Eleito vereador, vice-prefeito e prefeito por três mandatos em Teresina, além de Deputado Federal. Professor de história da Universidade Federal do Piauí. Secretário de Educação e Cultura durante o primeiro governo de Alberto Silva. Cf.: GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário histórico-biográfico piauiense: 1718-1993*. Teresina: Gráfica e Editora Júnior, 1993. p. 105-106.

¹⁹⁷MORAIS, Herculano apud NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *Wall Ferraz: o homem e o estadista*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

¹⁹⁸ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *Wall Ferraz: o homem e o estadista*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

¹⁹⁹MORAIS, Herculano apud NASCIMENTO, 1995, p. 18-19.

²⁰⁰MICELI, 1979, p. 133.

²⁰¹ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Alberto Tavares Silva em 1 mar. 1972*. Teresina, 1973, p. 11.

foram de grande utilidade para o Piauí, como a Secretaria de Educação que adotou as providências necessárias para o funcionamento da Casa Anísio Brito, bem como a deliberação da constituição de uma comissão para elaboração de um plano editorial de importantes obras piauienses.

3.3 Conselho Estadual de Cultura e sua importância durante o governo de Alberto Silva

A fundação do Conselho Estadual de Cultura no Piauí aconteceu no dia 12 de outubro de 1965²⁰² pelo Decreto 631 e foi assinado pelo Governador Petrônio Portella, cujo Secretário de Educação e Cultura era Paulo da Silva Ferraz.²⁰³ Conforme sua primeira ata, que data de 2 de fevereiro de 1970, sua sede estava situada na Rua Gal. Osório e teve como seu primeiro presidente Simplício de Souza Mendes.²⁰⁴ Foi criado com o objetivo de promover e defender a cultura e ainda o aperfeiçoamento cultural do piauiense, assim como o estudo e a proposição de programas referentes à defesa do patrimônio cultural do Estado.

Para instalação do Conselho Estadual de Cultura foi firmado convênio com a Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado (CODESE). A prestação de contas era feita trimestralmente, desde o salário dos funcionários até as despesas com o fardamento dos empregados, lanche dos conselheiros, viagens que realizavam, pagamento da taxa dos correios, de água, luz e do prédio em que funcionava a sede provisória do Conselho.

O Conselho, caracterizado como órgão assessorial do governo, era composto por um presidente e nove membros com mandato de três anos, indicados pelo governador do Estado, pela Faculdade de Filosofia (FAFI) e pela Academia Piauiense de Letras. Em seus primeiros anos, promovia palestras que eram transmitidas através da Rádio Clube de Teresina e

²⁰²QUEIROZ, Teresinha (Org.) *Conversas com M. Paulo Nunes*. Teresina: EDUFPI, 2012

²⁰³Paulo da Silva Ferraz nasceu em Teresina em 1919. Comerciante e político. Bacharel em direito. Deputado estadual (1955-1967). Deputado Federal (1967-1981). Foi Secretário de Educação Estado por duas vezes. Foi membro do Conselho Estadual de Cultura. GONÇALVES, 2003, p. 26-27.

²⁰⁴Conforme sua primeira ata, a discussão foi sobre o acréscimo no Prêmio Cultura do ano do gênero poesia, que foi aceito pelos membros presentes: Des. Simplício de Sousa Mendes, Dr. Celso Barros Coelho, Dr. João Nonon Fontes de Moura Ibiapina, Capitão Aurino Nunes Filho, Dr. Manuel Felício Pinto, Jornalista Deoclécio Dantas. Cf.: MOURA, Francisco Miguel de Moura. *Pequena História de um grande Conselho*. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (Org.). *Apontamentos para a história Cultural do Piauí*. Teresina: Fundação de Apoio Cultural do Piauí, 2003. p. 160.

ministradas por A. Tito Filho.²⁰⁵ Conforme Francisco Miguel, as palestras tinham conteúdo noticioso e crítico.²⁰⁶ Em 16 de março 1971, A. Tito Filho assumiu a presidência do Conselho.

No governo de Alberto Silva, o Conselho passou por renovação de seus membros. Em 1974 estava composto por: Emília Castelo Branco do Carvalho,²⁰⁷ Maria Amélia Azevedo Ribeiro, Armando Madeira Basto,²⁰⁸ A. Tito Filho foi mantido como presidente, Luiz Lopes Sobrinho, Noé Mendes de Oliveira,²⁰⁹ João Nonom Fontes de Moura Ibiapina²¹⁰ e Deoclécio Dantas Sobrinho.²¹¹ Entre as atividades do Conselho Estadual de Cultura estava a compra de livros, auxílio à publicação de autores piauienses, a comunicação de atos do governo, a realização de visitas oficiais e participação em solenidades.

A. Tito Filho foi um dos intelectuais piauienses que se destacaram nesse período, tanto na Academia Piauiense de Letras, como no Conselho Estadual de Cultura. Ele contribuiu para a promoção de edições de obras literárias, a exemplo da obra *Antologia de poetas piauienses* de Félix Aires.²¹² No Conselho de Cultura, A. Tito Filho ficou responsável por coordenar a seleção, a revisão e os comentários de obras literárias e históricas sobre o estado do Piauí, a serem editadas e/ou reeditadas pelo Plano Editorial do Estado. Moura destaca que:

Outra atuação importante do CEC foi a sua participação na aprovação do contrato entre Secretaria de Cultura do Estado, que representava o governo Alberto Silva, com a Editora Tora, do Rio de Janeiro, visando o lançamento

²⁰⁵José de Arimathéa Tito Filho (A. Tito Filho) foi Professor, jornalista, cronista, historiador e crítico literário. Nasceu em Barras do Marataoan (PI). Militou na imprensa piauiense nos jornais *O Piauí*, *A Crítica*, *A Luta*, *Almanaque da Parnaíba*, *Jornal do Comércio*, *Resistência*, *Folha da Manhã*, *Estado do Piauí*, *O Dia* e a *Folha do Nordeste*. Presidiu a Academia Piauiense de Letras por 21 anos. Cf.: GONÇALVES, 1993, p. 268-269.

²⁰⁶MOURA, 2003, p. 160.

²⁰⁷Emília Castelo Branco do Carvalho nasceu em 11 de fevereiro de 1896 em Fafé, Portugal. Romancista, contista e cronista. Pertenceu à Academia Piauiense de Letras. Fez parte do Conselho Estadual de Cultura. Cf.: NETO, Adrião. *Dicionário biográfico escritores piauiense de todos os tempos*. Teresina: Halley, 1995. p. 47.

²⁰⁸Armando Madeira Basto nasceu em 1915 em Parnaíba (PI). Advogado e jornalista. Estudioso da História e da Sociologia. Dirigiu a Agência Nacional de Notícias. Chefiou a Assessoria de imprensa dos dois governos de Alberto Silva. Pertenceu a Academia Piauiense de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico Piauiense. Cf.: NETO, 1995, p. 35.

²⁰⁹Noé Mendes Oliveira nasceu em 17 de janeiro de 1940 em Teresina (PI). Professor, político e folclorista. Licenciado em filosofia e em teologia pela Universidade Gregoriana de Roma. Formou-se em Direito, e fez mestrado em Antropologia Cultural. Foi vereador de Teresina, presidente da Fundação da Cultural Monsenhor Chaves e da Casa Anísio Brito. Professor da Universidade Federal do Piauí. Cf.: GONÇALVES, 2003, p. 94.

²¹⁰João Nonom Fontes de Moura Ibiapina nasceu 1921 em Picos (PI). Magistrado, professor, romancista, contista, teatrólogo, folclorista, poeta e ensaísta. Foi Juiz de Direito em comarcas do interior do Estado, e um dos fundadores e primeiro presidente da Academia Parnaibana de Letras. Pertenceu à Academia Piauiense de Letras. Membro do Conselho Estadual de Cultura e do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí. Cf.: NETO, 1995, p. 134.

²¹¹MOURA, 2003, p. 161.

²¹²MOURA, 2010, p. 143.

dos livros editados através do Plano Editorial, no dia 19 de outubro de 1974, data considerada o Dia do Piauí. A pretensão do contrato era lançar as obras não apenas em Teresina, mas em diversas capitais, como Brasília, para efeito de maior visibilidade nacional dos temas históricos e literários do Piauí.²¹³

O contrato objetivava promover os valores culturais do Piauí no âmbito da história e da literatura, assim como proporcionar o reconhecimento que não foi recebido no passado. No governo de Alberto Silva foi criada a Assessoria de Acompanhamento e Comunicação do Governo do Piauí (AGE), comandada por Armando Madeira Basto. Além da cobertura jornalística das ações do governo, a AGE era responsável pelo incentivo à leitura e pela promoção de projetos voltados para a literatura e a história piauiense.²¹⁴

3.4 O Plano Editorial do Estado

A primeira gestão de Alberto Silva pode ser caracterizada a partir da construção de grandes obras públicas em Teresina. Nesse período a propaganda oficial estimulava o patriotismo e o apoio ao regime militar. É considerando esse contexto que o projeto do Plano Editorial do Estado é analisado.

Instituído em janeiro de 1972, o Plano Editorial do Estado visava subsidiar e incentivar a cultura literária piauiense através da edição e publicação de obras escritas de autores piauienses com temas diversos como economia, história e literatura. Esse plano foi criado e implantado por Alberto Silva. De acordo com Gislane Torres, suas atitudes “buscavam estimular o intelectual e o seu trabalho de criação e divulgação, rompendo com barreiras históricas, como a falta de editoras, de livrarias e de público leitor consolidado que impediam o grande público de conhecer as obras produzidas no Estado”.²¹⁵

No dia 17 de janeiro de 1972 foi publicado pelo *Diário Oficial*, no Decreto n. 1416, o Plano Editorial do Estado com o objetivo de incentivar, valorizar e dar reconhecimento à produção literária piauiense, o devido prestígio não somente à obra, mas também ao seu autor. Dessa maneira, o Estado oferecia visibilidade às obras piauienses, com destaque à sua história

²¹³MOURA, 2010, p. 144.

²¹⁴BARROS, Cláudio apud LIMA, Tersandro Vilela; CALAND, Francisca Aparecida Ribeiro. *Registro histórico da atividade de assessoria de imprensa no Piauí*. Disponível em: <<http://www.ojs.ufpi/index.php/rbhm/article.viewFile/4123/2440>>. Acesso em 10 de janeiro de 2018. p. 231-236.

²¹⁵TORRES, Gislane Cristiane Machado. *O poder e as letras: políticas culturais e disputas literárias em Teresina nas décadas de 1960 e 1970*. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010. p. 104.

e disponibilizava livros de grande importância para a cultura piauiense. O plano trazia a expectativa de que as críticas direcionadas ao estado, por ser o mais pobre e esquecido do Brasil, pudessem ser modificadas, especialmente as reclamações sobre a omissão do Estado advindas da sociedade e de políticos piauienses. Abaixo é possível observar o referido Decreto:

[...] O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 45 n° I, da Constituição do Piauí, e considerando Exposição de Motivos do Exmo. Sr. Secretário da Educação e Cultura; considerando que um dos objetivos do Governo no setor educacional é o de dinamizar as atividades culturais do Estado, incentivando o desenvolvimento da ação criadora de nosso povo no campo da cultura; considerando que o acervo bibliográfico de autores piauienses e de obras relativas ao Estado do Piauí está ameaçado de irreparável perda; e considerando que se faz mister maior estudo e preservação dos bens de valor cultural, por um imperativo de civismo e brasilidade.

DECRETA

Art. 1° – Fica criada Comissão Especial para, no prazo de 40 (quarenta) dias, realizar o levantamento do acervo bibliográfico de autores piauienses, ou de obras relativas ao Piauí, selecionando, justificadamente, os que deverão ser incluídos no Plano Editorial do Estado do Piauí.

§1° – A Comissão, depois de realizada a tarefa de que trata este artigo, selecionará, também, obras inéditas de autores piauienses, para inclusão no Plano Editorial do Estado do Piauí.

§2° – A Comissão Especial, a que presidirá o Secretário de Educação e Cultura, será constituída de um representante ou membro das entidades e órgãos a seguir enumerados, livremente escolhidos pelo Governador do Estado: Academia Piauiense de Letras, Conselho Estadual de Cultura, Companhia Editora do Piauí, Assessoria de Imprensa do Palácio do Governo, Fundação Universidade Federal do Piauí.

Art. 2° – A Secretaria da Educação, através do Departamento Estadual de Cultura, dará o apoio financeiro e humano necessários aos trabalhos da Comissão ora criada.

Art. 3° – Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 17 de janeiro de 1972.

Alberto Tavares Silva

Darcy Araújo

Raimundo Wall Ferraz.²¹⁶

É possível observar medidas importantes prometidas no decreto como, por exemplo, o levantamento bibliográfico de obras piauienses já publicadas e inéditas a ser incluídas no Plano Editorial do Estado do Piauí, bem como o apoio financeiro e humano da Secretaria da Educação e Cultura.

O projeto objetivava a publicação de obras culturais, especialmente históricas e literárias. Dessa maneira, o Estado remediava necessidades dos autores, como realizar a edição e a publicação de obras no Piauí, e sobre o estado, enfatizando suas características, seus

²¹⁶DECRETO 1416. *Diário Oficial*, Teresina, 28 jan. 1972, p. 2.

costumes e suas tradições. Pronunciavam também que essas produções chegassem ao público leitor, especialmente aos estudantes, incentivando e fomentando uma sociedade leitora.

Para publicação pelo Plano Editorial do Estado, eram escolhidos os textos de cunho educativo, para que os jovens em formação os lessem, o que contribuiria para a construção de um sentimento de pertencimento e identidade na sociedade e, conseqüentemente, ajudaria a fortalecer os governos local e nacional. A prioridade eram textos que versavam sobre respeito e amor à nação, em conformidade com os interesses do país naquele período. Sobre isso, Alberto Silva declarou que:

A orientação do meu Governo, a respeito de assunto tão importante é, tão somente, de ajudar, estimular a criatividade, intenção que se efetivará, em cada caso, pela reedição ou edição de trabalhos, considerados pela comissão, úteis para a comunidade piauiense que precisa não só de progresso material, mas também espiritual. É claro que o Estado não deve despender recursos na reedição ou edição de trabalhos que não tenham, verdadeiramente, importância.²¹⁷

É possível perceber na fala de Alberto Silva que o interesse em publicar obras piauienses acompanhava a concepção de que nem toda produção era importante, uma vez que se elegiam como relevantes aquelas que atendessem ao desejo de forjar consciências. A construção de uma cultura que convidava os intelectuais para auxiliar o estado era necessária, bem como a ajuda dos intelectuais para organizar e reeditar a cultura que valorizasse o ser piauiense e possibilitasse a inserção do Piauí no cenário cultural nacional. A cooptação²¹⁸ desses intelectuais foi feita pelo governador do estado, que explicita essa necessidade:

Desde que assumi o Governo do Piauí, inscrevi no meu programa de trabalho o propósito de contribuir para o desenvolvimento das atividades culturais do Estado. Com esse objetivo baixei o Decreto n. 1416, de 17 de janeiro de 1972, relativo ao Plano Editorial piauiense, nomeando comissão para realizar o levantamento bibliográfico do nosso acervo, abrangendo não apenas as atividades de intelectuais do passado, mas também do presente. Entendo que é preciso reeditar obras importantes sobre o Piauí, quase inacessíveis atualmente e, ainda, abrir oportunidade, em caráter permanente, aos intelectuais do meu Estado, a fim de que contribuam com o seu saber e sua arte para o nosso desenvolvimento cultural. Há intelectuais que não precisam de ajuda, muito menos governamental – constroem, sozinhos e orgulhosos, seus monumentos. Existem, porém, os que, pobres de pecúnia, mas ricos de inteligência, de talento, de imaginação e humildade, nada conseguem publicar. Acredito que estes, e não aqueles, com espírito desarmado, poderão realizar justa avaliação da iniciativa adotado pelo meu Governo em relação às atividades intelectuais em nosso Estado.²¹⁹

²¹⁷SILVA, Alberto Tavares. Plano Editorial do Estado do Piauí. In: CASTELO BRANCO, Hermínio. *Lira Sertaneja*. Teresina: COMEPI, 1973. p. 2.

²¹⁸O uso do termo cooptação é empregado conforme Sérgio Miceli e significa a relação entre os intelectuais e o poder público, ou seja, a adesão dos intelectuais ao projeto estatal. Cf.: MICELI, 1979.

²¹⁹SILVA, 1973, p. 2.

O Plano Editorial do Estado se destacou como uma grande medida para difundir a cultura do Piauí. Para apresentação do plano foi realizada uma solenidade e, ao mesmo tempo, foi apresentado o projeto do parque gráfico da Companhia Editora do Piauí (COMEPI), que seria construído no Distrito Industrial de Teresina.²²⁰ Nessa solenidade havia muitas autoridades e intelectuais. Entre os presentes estavam o escritor Renato Castelo Branco,²²¹ o presidente da Academia Piauiense de Letras (APL) A. Tito Filho, e funcionários da COMEPI. O jornalista Deoclécio Dantas,²²² diretor presidente da COMEPI, pronunciou o primeiro discurso da ocasião e prestou homenagens ao ex-governador Helvídio Nunes,²²³ que transformou a antiga Imprensa Oficial numa empresa de economia mista. Destacou também o desenvolvimento do Piauí em todos os setores nos dez meses do governo de Alberto Silva. Deoclécio Dantas lembrou que o Piauí foi, em 1971, o Estado brasileiro que apresentou a mais elevada arrecadação e enfatizou as obras empreendidas pelo governo nos setores da educação, das rodovias, do planejamento, o Banco do Estado e outras.

O diretor-presidente da COMEPI discorreu sobre as origens da imprensa oficial, implantada pelo interventor Leônidas de Castro Melo,²²⁴ que criou um parque gráfico que resistiu ao tempo e presta grandes serviços ao Estado. Ele também declarou que a instituição sofreu abalos em seu funcionamento após alguns anos de atividade, mas com sua transformação em empresa de economia mista passou a ter um rendimento excepcional. Destacou que, já no

²²⁰LANÇADO Plano Editorial do Estado. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 21, n. 3.537, 19 jan. 1972, p. 6.

²²¹Renato Castelo Branco nasceu em Parnaíba (PI), em 1914. Historiador, contista, poeta e romancista. Bacharel em Direito.

²²²Deoclécio Dantas Ferreira nasceu em Teresina, em 1938. Iniciou-se no jornalismo ainda adolescente. Foi editor dos jornais *O Dia*, *O Estado*, *Folha da Manhã*, *Voz do Piauí*, *Jornal do Piauí* e *Diário do Povo*. Correspondente da revista *Veja* e diretor de Jornalismo da Rádio Pioneira de Teresina. Analista político na TV Clube e na TV Pioneira. Presidiu o Sindicato dos Jornalistas do Piauí e a Companhia Editora do Piauí (COMEPI), à época do lançamento do I Plano Editorial do Estado. Foi assessor de imprensa da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Secretaria Municipal de Trabalho. Fez parte do Conselho Estadual de Cultura e do Conselho Estadual de Educação. Vereador de Teresina, Deputado Estadual, Vice-prefeito e prefeito interino da Capital. Ocupou a cadeira 15 da Academia Piauiense de Letras. Publicou os livros: *Dá licença* (2002), *Dom Avelar: uma vida em serviço da paz* (2006), *Marcas da Ditadura no Piauí* (2008) e *Passagem pelo Legislativo* (2011).

²²³Helvídio Nunes de Barros nasceu em Picos em 1928. Bacharel em direito. Foi prefeito de Picos (1959-1962), governador do Piauí (1966-1970), Senador em duas legislaturas (1971-1979). Reelegeu-se em 1978 pelo sistema e votação indireta. Secretário de viação e obras públicas do Estado, posteriormente, de agricultura, indústria e comércio do Piauí. Cf.: GONÇALVES, 1993, p. 34.

²²⁴Leônidas de Castro Melo nasceu em Barras do Marataoan (PI), em 1887. Elegeu-se conselheiro municipal de Teresina, Deputado Federal (1951-1955) e Senador da República (1955-1963). Governador do Piauí (1935-1937) e Interventor Federal(1937-1945). Cf.: GONÇALVES, 1993, p. 166.

Governo Alberto Silva, a COMEPI pôde adquirir duas linotipos, preparando-se para ampliar consideravelmente seu parque gráfico.²²⁵

Fontes Ibiapina foi o orador seguinte na solenidade e falou sobre a situação do Piauí no terreno da literatura, bem como enfatizou as dificuldades que o intelectual sempre enfrentou no Estado e as expectativas que estavam surgindo com o lançamento do Plano Editorial do Estado.²²⁶

A. Tito Filho discutiu sobre os livros recém-editados e destacou a presença de Renato Castelo Branco, autor de obras como *Piauí, a terra, o homem e o meio*. O presidente da APL destacou que a atuação do escritor representava com grande exatidão a situação do Piauí nos campos social e econômico. A. Tito Filho concluiu seu discurso com a afirmação de que esperava que o governador Alberto Silva apoiasse a cultura piauiense, promovendo-a em todo o Brasil. O desenvolvimento cultural do Piauí foi tema das colocações de Renato Castelo Branco, que expressou sua certeza de que o Governador do Estado jamais deixaria de incrementar as atividades culturais piauienses.²²⁷

A seleção das obras que deveriam ser publicadas pelo Plano Editorial do Estado foi feita por intelectuais constituídos como comissão julgadora. Esses intelectuais foram escolhidos no quadro das instituições de que faziam parte, indicadas pelo Decreto, a saber, a Academia Piauiense de Letras, o Conselho Estadual de Cultura e a Companhia Editora do Piauí.

De acordo com Torres, participaram dessa comissão membros da Assessoria de Imprensa do Palácio do Governo (AGE) e da Fundação Universidade Federal do Piauí, que foram representadas por: Dr. Raimundo Wall Ferraz, Prof. Odilon Nunes, Prof. Noé Mendes de Oliveira, jornalista Deoclécio Dantas Ferreira, Prof. Casimiro Távora Ramos Filho, Des. Manoel Felício Pinto e Dr. Armando Madeira Basto, Manoel Felício Pinto, do Conselho Estadual de Cultura, Odilon Nunes da Academia Piauiense de Letras, Madeira Bastos da Assessoria de Imprensa do Palácio do Governo, Noé Mendes da Casa Anísio Brito e Casemiro Távora da Universidade Federal do Piauí.²²⁸

²²⁵LANÇADO Plano Editorial do Estado. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 21, n. 3.537, 19 jan. 1972, p. 6.

²²⁶LANÇADO Plano Editorial do Estado. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 21, n. 3.537, 19 jan. 1972, p. 6.

²²⁷LANÇADO Plano Editorial do Estado. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 21, n. 3.537, 19 jan. 1972, p. 6.

²²⁸TORRES, 2010, p. 107.

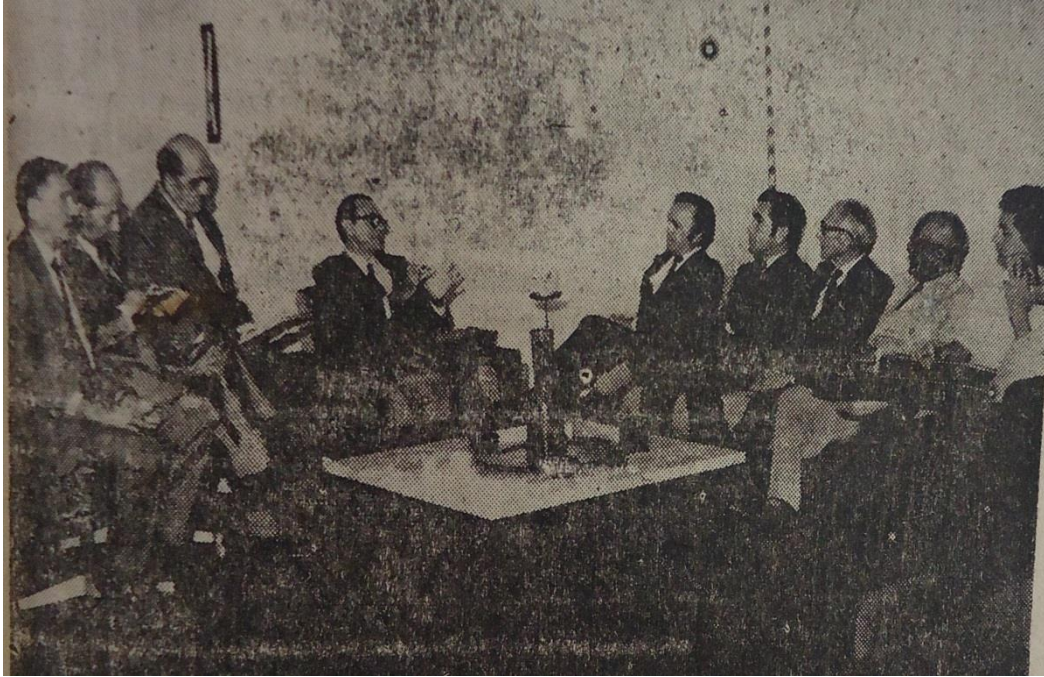


Figura 22: Reunião do Grupo Editorial do Estado. Fonte: GRUPO editorial. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 21, n. 3.542. 26 jan. 1972, p. 1.

Ainda de acordo com Torres, as obras publicadas pelo Plano Editorial do Estado continham a retórica da perda que, segundo José Reginaldo Santos Gonçalves, eram discursos construídos pelos intelectuais e pelo poder público que, ao identificar que seus bens, símbolos e patrimônio estavam em risco de destruição e esquecimento, implantariam políticas públicas para preservação e manutenção desses bens através de incentivos culturais.²²⁹ É justamente isso que se vê com a implantação do Plano Editorial: a iniciativa do Estado para que a história e a cultura não fossem esquecidas, mas sim amplamente divulgadas e que a partir delas fosse construído um novo olhar para o Piauí.

Foram selecionadas inicialmente obras para a coleção de Monografias do Piauí. Continha livros sobre História e Literatura piauiense e a primeira obra selecionada foi *Lira sertaneja* de Hermínio Castelo Branco. Das obras relacionadas à história foram publicadas as de Odilon Nunes, *Os primeiros currais*²³⁰ e *Devassamento e conquista do Piauí*²³¹ e *O homem e a substância* de Lima Rebelo, organizado por A. Tito Filho.²³²

A escolha das obras pela comissão gerou pequenos conflitos entre os escritores. A comissão selecionou títulos considerados fundamentais para a cultura do Estado e, seguindo

²²⁹TORRES, 2010, p. 108.

²³⁰NUNES, Odilon. *Os primeiros currais*. Teresina: COMEPI, 1972.

²³¹_____. *Devassamento e conquista do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1972.

²³²TORRES, 2010, p. 108-109.

essa perspectiva, obras de autores falecidos foram publicadas, especialmente aquelas que não eram mais encontradas para consumo, fato que contribuiu para diminuir os conflitos.

Conforme Torres é possível fazer uma divisão das publicações feitas pelo Plano Editorial do Estado. Em um primeiro grupo foram selecionadas obras que privilegiavam a História e a Geografia piauienses e que tinham como objetivo colocar o Piauí em discussão com o intuito de construir uma memória nacional.

As publicações dessas obras que remetiam à História e à Geografia visavam preservar do esquecimento os clássicos da escrita piauiense. É importante observar que o incentivo a essas publicações sobre questões características do Piauí representavam também o interesse do Estado na adoção desse material em sala de aula por professores.

Esse primeiro grupo de livros relacionava-se com a formação da consciência social e principalmente nacional, que era entendida como responsabilidade do Estado, como é observado na referência ao livro *Pesquisas para a História do Piauí*:²³³ “o Governo do Estado cumpr[ia] mais uma vez o grato dever de entregar aos brasileiros o presente livro [...] que oferece à coletividade o exemplo da grande função da História: a formação da consciência nacional”.²³⁴

Entre os livros publicados pelo Plano Editorial do Estado destacaram-se: *Pesquisas para a História do Piauí*, *O Piauí na História*,²³⁵ *Devassamento e conquista do Piauí*, *Os primeiros currais*, *Economia e finanças: Piauí colonial*²³⁶ e *O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento*²³⁷ de Odilon Nunes; *História da Independência no Piauí*²³⁸ de Wilson de Andrade Brandão;²³⁹ *Geografia física do Piauí*²⁴⁰ de João Gabriel Baptista; *Roteiro do Piauí*²⁴¹ de Carlos Eugênio Porto; *Cronologia histórica do estado do Piauí*²⁴² de F. A. Pereira da Costa;

²³³ NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

²³⁴ TORRES, 2010, p. 111.

²³⁵ _____. *O Piauí na História*. Teresina: COMEPI, 1975.

²³⁶ _____. *Economia e finanças: Piauí colonial*. Teresina: COMEPI, 1974.

²³⁷ _____. *O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento*. Teresina: COMEPI, 1972.

²³⁸ BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História da Independência no Piauí*. Teresina: COMEPI, 1974.

²³⁹ Wilson de Andrade Brandão nasceu em Pedro II (PI), em 1922. Professor, jurista, escritor e deputado federal. Bacharel em direito. Foi diretor do Liceu Piauiense e da Faculdade de Direito do Piauí. Professor da Universidade Federal do Piauí. Membro da Academia Piauiense de Letras. Principais livros publicados: *Da Liberdade do Direito do Trabalho*; *Lesão e Contrato no Direito Brasileiro*; *Doutrina Prática da Lei do Despejo*; *História da Independência do Piauí*; *Divórcio e separação judicial*; Cf.: GONÇALVES, 1993, p. 52.

²⁴⁰ BAPTISTA, João Gabriel. *Geografia física do Piauí*. Teresina: [s.n.], 1975.

²⁴¹ PORTO, Carlos Eugênio. *Roteiro do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

²⁴² PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. *Cronologia histórica do estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

Governos do Piauí: capitania, província e estado²⁴³ de A.Tito Filho; *Soldados de Tiradentes*²⁴⁴ de Celso Pinheiro Filho e Lina Celso Pinheiro; *A guerra do Fidié*²⁴⁵ de Abdias Neves. Além desses é ainda possível destacar *Nas ribas do Gurguéia*²⁴⁶ de Arthur Passos, *História da imprensa no Piauí*²⁴⁷ de Celso Pinheiro Filho e *Depoimentos para a história da revolução no Piauí*²⁴⁸ de Moisés Castelo Branco Filho. Com essas publicações, o Plano Editorial ofereceu ao povo piauiense a possibilidade de conhecer a formação do Piauí, a história do estado, como se organizava politicamente, como se desenvolveu sua economia, proporcionando o sentimento de pertencimento na população leitora.²⁴⁹

O segundo grupo de produções contemplou obras ligadas à literatura, homenagens a literatos, antologias e estudos críticos. Dentre as obras, é possível destacar: *Lima Rebelo: o homem e a substância*,²⁵⁰ *Deus e a natureza em José Coriolano*,²⁵¹ *Zito Batista: o poeta e o prosador*²⁵² e *Esmaragdo de Freitas: homens e episódios*,²⁵³ organizadas por A.Tito Filho; *Lira sertaneja*²⁵⁴ de Hermínio Castelo Branco; *Antologia poética piauiense*²⁵⁵ de J. Miguel de Matos; *Antologia de sonetos piauienses*²⁵⁶ de Félix Aires; *Cem anos depois: o centenário de Fenelon Castelo Branco, dos autores José Carlos de Santana Cruz e Margarida Leite*,²⁵⁷ *A casa de Lucídio Freitas*²⁵⁸ de J. Miguel de Matos; *Seara humilde*²⁵⁹ de Maria Izabel Gonçalves de Vilhena; *A província deserta*²⁶⁰ de H. Dobal; *Praça Aquidabã, sem número*,²⁶¹ *Teresina, meu*

²⁴³TITO FILHO, Arimathéa. *Governos do Piauí: capitania, província e estado*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

²⁴⁴PINHEIRO FILHO, Celso; PINHEIRO, Lina Celso. *Soldados de Tiradentes*. [S.l.: s.n.], 1975.

²⁴⁵NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

²⁴⁶PASSOS, Arthur. *Nas ribas do Gurguéia*. Teresina: COMEPI, 1973.

²⁴⁷PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. Teresina: Governo do Estado do Piauí, 1972.

²⁴⁸CASTELO BRANCO FILHO, Moisés. *Depoimentos para a história da revolução no Piauí*. São Paulo: [s.n.], 1975.

²⁴⁹TORRES, 2010, p. 110-111

²⁵⁰TITO FILHO, Arimathéa. (Org.) *Lima Rebelo: o homem e a substância*. Teresina: COMEPI, 1973.

²⁵¹_____. *Deus e a natureza em José Coriolano*. Teresina: COMEPI, 1973.

²⁵²_____. *Zito Baptista: o poeta e o prosador*. Teresina: COMEPI, 1973.

²⁵³_____. *Esmaragdo de Freitas: homens e episódios*. Teresina: COMEPI, 1974.

²⁵⁴CASTELO BRANCO, Hermínio. *Lira sertaneja*. Teresina: COMEPI, 1972.

²⁵⁵MATOS, J. Miguel de. *Antologia poética piauiense*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

²⁵⁶AIRES, Félix. *Antologia de sonetos piauienses*. Teresina: COMEPI, 1972.

²⁵⁷CRUZ, José Carlos de Santana; LEITE, Margarida. *Cem anos depois: o centenário de Fenelon Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975

²⁵⁸MATOS, J. Miguel de. *A casa de Lucídio Freitas*. [S.l.: s.n.], 1974?

²⁵⁹VILHENA, Maria Izabel Gonçalves de. *Seara humilde*. [S.l.: s.n.], 1975.

²⁶⁰DOBAL, H. *A província deserta*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

²⁶¹TITO FILHO, Arimathéa. *Praça Aquidabã, sem número*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

amor,²⁶² *Sermões aos peixes*²⁶³ e *Viagem ao dicionário*²⁶⁴ de autoria de A.Tito Filho; *O Piauí no folclore nacional*²⁶⁵ de Pedro Silva; *Poesias*²⁶⁶ de R. Petit; *Perfis*²⁶⁷ de J. Miguel de Matos; *Epopéia camoniana*²⁶⁸ de Martins Napoleão; *Tombador*²⁶⁹ de Fontes Ibiapina; *Deslumbrado*²⁷⁰ de José Newton de Freitas e *Sinhazinha de Karnak*,²⁷¹ de Emília Castelo Branco de Carvalho.

O Plano Editorial não visava apenas à publicação de obras no Piauí e foi divulgado em outros estados. O principal objetivo era conquistar o reconhecimento em outros estados e capitais, uma vez que o governador Alberto Silva desejava retirar o estado do anedotário nacional. Através de políticas culturais como essa, o Piauí seria visto como um estado preocupado com sua cultura e que valorizava sua história. A divulgação e lançamento deveriam ser realizados em Teresina, Brasília, Guanabara, Fortaleza e São Paulo.²⁷²

Diante da importância e da visibilidade do projeto, os conflitos foram inevitáveis entre autores que desejavam ter suas obras publicadas. Essas disputas ganhavam grande comoção da mídia escrita, que dava lugar à fala dos que se sentiam injustiçados pela seleção. Odilon Nunes teve um grande número de obras editadas e acabou cedendo ao Estado os direitos de edição dos volumes da obra *Pesquisas para a História do Piauí*.

O Plano Editorial do Estado foi um grande investimento para a valorização da história e da literatura do Piauí, além de significar um grande passo para o crescimento e desenvolvimento intelectual piauiense. Sobre a atuação de Alberto Silva em favor da cultura no estado, o *Jornal do Piauí* destaca que:

O governo do estado tomou a si, por obra e graça de alguns dos seus auxiliares mais achegados à cultura, e aqui se faça justiça a Wall Ferraz, Madeira Basto, Deoclécio Dantas, Darcy Araújo – e por ele próprio de proceder uma renovação cultural no Piauí. Em face disso é que foi possível já foi feita alguma coisa. Temos a absoluta certeza que muitas outras coisas serão feitas neste particular, pelo Piauí. Se não fora assim não estaria o engenheiro Alberto Silva trabalhando pelo desenvolvimento do Piauí. Estaria, no máximo, lutando para que houvesse, no terreno material, um nível de vida melhor e nunca um desenvolvimento onde a alma plena das coisas do belo pudesse habitar a um

²⁶²TITO FILHO, Arimathéa. *Teresina, meu amor*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

²⁶³_____. *Sermões aos peixes*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

²⁶⁴_____. *Viagem ao dicionário*. Teresina: COMEPI, 1972.

²⁶⁵SILVA, Pedro. *O Piauí no folclore nacional*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

²⁶⁶PETIT, R. *Poesias*. [S.l.: s.n], 1974 (?)

²⁶⁷MATOS, J. Miguel. *Perfis*. Teresina: COMEPI, 1974.

²⁶⁸NAPOLEÃO, Martins. *Epopéia camoniana*. [S.l.: s.n], 1974(?)

²⁶⁹IBIAPINA, Fontes. *Tombador*. Teresina: COMEPI, 1971.

²⁷⁰FREITAS, José Newton de. *Deslumbrado*. [S.l.: s.n], 1974 (?)

²⁷¹CARVALHO, Emília Castelo Branco de. *Sinhazinha de Karnak*. [S.l.: s.n], 1974 (?)

²⁷²ESTADO DO PIAUÍ. *Ata da 7ª Sessão Extraordinária do Conselho Estadual de Cultura realizada em 30 de setembro de 1974*. Teresina, 1974. p. 49.

corpo também saciado das coisas materiais. Mas Alberto vê o conjunto e isso é que é fazer o desenvolvimento.²⁷³

É possível observar que o referido jornal exalta a atuação de Alberto Silva em prol da cultura do estado e a importância dos investimentos para o desenvolvimento não só material, mas também intelectual da população. Assim, Alberto Silva é duplamente elogiado. A participação de intelectuais na elaboração e execução do Plano Editorial do Estado contribuiu para a aproximação entre Estado e Cultura.

3.5 Concurso sobre a participação do Piauí nas lutas da Independência do Brasil

No contexto de elaboração de discursos otimistas que objetivavam realçar a imagem positiva de Teresina e do Piauí também foi acionada a memória da Batalha do Jenipapo para destacar a relevância do Piauí em âmbito nacional. Assim, analisa-se o concurso literário denominado A participação do Piauí nas lutas da Independência do Brasil, para compreender a sua contribuição para promover a relação entre cultura e sociedade através do discurso de valorização da história piauiense.

No início de seu governo, Alberto Silva anunciou sua preocupação com as atividades culturais do Piauí, sem esquecer o compromisso de que fora eleito com o intuito de tirar o estado da situação de mais pobre e atrasado do Brasil. Assim, além do desejo de realçar a cultura piauiense também era necessário elevar para o âmbito nacional as produções do estado.

As políticas culturais de Alberto Silva recorreram à história e à cultura para colher elementos que pudessem servir de base para a construção do sentimento de pertencimento entre os habitantes do estado. Foi nesse sentido que o governo buscou associar as comemorações do sesquicentenário da Independência do Brasil à participação do Piauí nas lutas pela liberdade. O Piauí teve parte ativa nesse importante evento da história nacional e a Batalha do Jenipapo deveria transformar-se em símbolo memorável dessa luta.

Divulgado o concurso pelos jornais, nomeada uma comissão composta por intelectuais, responsáveis por selecionar as obras a ser editadas ou reeditadas.²⁷⁴ Ao recorrer a esse grupo seletivo da população, o governo deixava clara a intenção de profissionalizar o concurso e garantir o nível das produções escolhidas. O governo também designou uma premiação em dinheiro

²⁷³CULTURA. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 22, n. 4.043, 25 mai. 1973, p. 1.

²⁷⁴PIAUI VAI instituir concurso nacional. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 21, n. 3.529, 11 jan. 1972, p. 1.

para as obras selecionadas.²⁷⁵ Em 17 de janeiro de 1972 o edital do concurso foi publicado no *Diário Oficial*:

Poder Executivo

DECRETO N. 1417 de 17 de janeiro 1972

Institui, em caráter especial, o concurso literário ‘Piauí nas lutas pela Independência do Brasil’, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

Usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 45 da Constituição do Piauí, e considerando Exposição de Motivos do Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura; Considerando o transcurso, neste ano, do 150º do aniversário da proclamação da Independência do Brasil; Considerando que nas lutas da independência do Piauí que foi cenário de memoráveis exemplos de brasilidade; Considerando que os efeitos se sacrificaram em holocausto à Pátria devem ser revividos na memória das jovens gerações; Considerando que na bibliografia especializada há indiscutíveis lacunas quanto à participação do Piauí nas lutas da Independência.

DECRETA

Art. 1º - Fica instituído, em caráter especial, o concurso literário subordinado ao tema ‘O Piauí na independência do Brasil’, com os seguintes prêmios:

1º lugar – Cr\$ 15.000,00

2º lugar – Cr\$ 10.000,00

3º lugar – Cr\$ 5.000,00

Art. 2º - Os trabalhos apresentados terão que ser inéditos podendo concorrer candidatos de todos os Estados da Federação.

Art. 3º - Ao Estado do Piauí competirá a publicação das obras vencedoras, cabendo-lhe os direitos autorais relativos à primeira edição.

Art. 4º - Dentro de 50 (cinquenta) dias da vigência deste Decreto, o Secretário da Educação e Cultura expedirá as normas regulamentares do presente concurso.

Art. 5º - As despesas decorrentes do presente Decreto por conta das dotações orçamentárias da Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário, o presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, em 17 de janeiro de 1972.

Alberto Tavares Silva

Darcy Araújo

Raimundo Wall Ferraz²⁷⁶

Nota-se a preocupação em ressaltar a participação do Piauí nas lutas pela independência do Brasil quando se refere ao estado como “cenário de memoráveis exemplos de brasilidade”, bem como destaca a necessidade de reviver na memória dos jovens os eventos aqui transcorridos. É interessante observar que ao mencionar aqueles que participaram da batalha,

²⁷⁵Sobre a intervenção do Estado para a construção da memória da participação do Piauí nas lutas pela independência do Brasil, cf.: RODRIGUES, Maristella Muniz; QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. Inventando as tradições: as comemorações da Batalha do Jenipapo durante o governo de Alberto Silva (1971-1975). In: NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa (Org.); SILVA, Caetano Rodrigo; SILVA, Ronyere Ferreira. *História e Política: problemas e abordagens nos contextos brasileiros*. Teresina: EDUFPI, 2016.

²⁷⁶DECRETO 1417. *Diário Oficial*, Teresina, 17 jan. 1972.

ênfatisa os sacrifícios feitos não só em nome no estado, mas também da pátria. Além disso, a partir do Decreto, é possível identificar a preocupação com as lacunas existentes referentes à participação do Piauí nesse evento histórico.

A partir do referido Decreto foi instituído o valor correspondente às premiações do concurso e que as obras apresentadas deveriam ser inéditas. No entanto, a participação não estava restrita aos piauienses, uma vez que candidatos de qualquer estado poderiam concorrer. Essa inclusão de autores é justificada pelo interesse de ampliar as produções sobre a Batalha do Jenipapo e deixar claro que o Piauí fazia parte da história nacional.

Assim, é evidenciado como o Estado toma para si a função de educador e valorizador da sua história e cultura, buscando respostas para questões que não eram totalmente conhecidas no Piauí e no Brasil sobre a Batalha do Jenipapo e, portanto, a participação do estado nas lutas pela independência.

Além de buscar reconhecimento nacional da participação do Piauí nesse evento, de divulgar o Piauí que não cruzou os braços no cenário dos conflitos pela emancipação nacional, e de favorecer a produção literária e histórica, Alberto Silva instituiu uma política cultural mais ampla com o objetivo de construir uma memória oficial. Nessa memória, o piauiense aparece como povo de luta, com um passado encorajador e heroico, que mesmo diante das forças de um comandante de guerra português bem treinado como Fidié,²⁷⁷ demonstrou coragem e garra, lutou e derramou sangue pela emancipação completa do Brasil.

Percebe-se, através dessa política cultural, a tentativa de enquadramento da memória. Conforme Pollak, “o enquadramento da memória se alimenta do material oferecido pela história”,²⁷⁸ e esse material, que seria a Batalha do Jenipapo, seria interpretado e associado a muitas referências e, assim, seria agregado aos piauienses, que aceitariam essa memória e seriam vistos como um povo com uma memória e uma história relevantes para a construção da história nacional.

Pollak afirma que o trabalho de enquadramento da memória tem seus próprios atores, que são profissionais da história ou membros de organizações.²⁷⁹ A partir dessa noção, vê-se

²⁷⁷João José da Cunha Fidié nasceu nos finais do século XVIII. Tenente-general reformado, comendador da Ordem de Avis, diretor do real Colégio Militar. Em 1821 foi nomeado governador das armas da província do Piauí. Em 1822 defendendo os interesses de Portugal em manter parte do território brasileiro sob seu comando enfrentou os independentes marchando para Parnaíba e na volta travou luta contra os piauienses em Campo Maior, foi preso e logo depois liberto. Em 1825 foi nomeado primeiro comandante do Real Colégio Militar.

²⁷⁸POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989. p. 9.

²⁷⁹POLLAK, 1989, p. 10.

que o concurso representava a seleção de obras de escritores que se empenhavam em construir uma história sobre o Piauí atrelada à Independência do Brasil, escrita de forma nacionalista, patriótica, que ressaltava o passado de glórias do estado. Esse escritor faz o papel de profissional da história e o Estado divulga e promove/impõe a memória. Pollak acrescenta que:

Além de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais: monumentos, museus, bibliotecas etc. A memória é assim guardada e solidificada nas pedras: as pirâmides, os vestígios arqueológicos, as catedrais da Idade Média, os grandes teatros, as óperas da época burguesa do século XIX e, atualmente, os edifícios dos grandes bancos. Quando vemos esses pontos de referência de uma época longínqua, frequentemente os integramos em nossos próprios sentimentos de filiação e de origem, de modo que certos elementos são progressivamente integrados num fundo cultural comum a toda a humanidade.²⁸⁰

Portanto, com a instauração do concurso, Alberto Silva ressaltava a história do Piauí e dos piauienses que se integrariam à história contada e deviam sentir-se pertencentes àquele lugar. A divulgação do concurso segue o método, e coloca o Piauí no centro das comemorações da Independência como a província que se destacou em 1822/1823. O *Jornal do Piauí*, ao noticiar o concurso incorpora o tom do governo:

Personalidades que se destacam no elevado campo da intelectualidade do Piauí formarão entre aqueles que, este ano, irão concorrer ao concurso literário (o Piauí na Independência) promovido pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado, pelo transcurso dos 150 anos da Independência do Brasil. A promoção faz parte da grande e inédita programação que o país inteiro cumprirá, a partir de abril próximo, em homenagem à passagem de século e meio do maior acontecimento já registrado na história política brasileira. As festividades no Piauí, talvez pelo fato ter sido o único Estado brasileiro que realmente mais se destacou nas lutas pela Independência, com a célebre Batalha do Jenipapo, já começam a merecer considerações por parte de alguns jornais do sul do país, como recentemente o fez *A Folha de São Paulo*, em destaque especial.²⁸¹

O jornal ressalta a participação de intelectuais de alto nível do concurso, provavelmente para ressaltar a importância dessa iniciativa para a cultura do estado. Outra observação possível diante das afirmações do jornal é o caráter nacional do concurso, uma vez que segue uma programação nacional de homenagear a passagem do século e meio do que ele denomina de maior acontecimento já registrado na história política brasileira. Justifica as comemorações em nível estadual pela participação de destaque do Piauí nas lutas pela independência.

Quanto às normas e regulamentações do concurso, é possível destacar as seguintes: brasileiros e estrangeiros poderiam participar, desde que fossem residentes no Brasil, em

²⁸⁰POLLAK, 1989, p. 10-11.

²⁸¹PIAUI, independência e concurso. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 21, n. 3.546, 30/31 jan. 1972, p. 16.

qualquer estado; os trabalhos deveriam ser inéditos e ser entregues até 19 de outubro de 1972, data da comemoração da Independência do Piauí, ocorrida em Parnaíba; as obras deveriam ser apresentadas em três vias datilografadas e cada lauda deveria conter 30 linhas de 15 centímetros cada, e na obra poderia constar o apêndice dos documentos.²⁸²

O resultado do certame seria divulgado no dia 31 de janeiro de 1973 e sua premiação seria entregue no dia 13 de março de 1973, data do aniversário da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior. Competiria ao Estado a divulgação das obras vencedoras, cabendo a ele os direitos autorais relativos à primeira edição. Os originais dos trabalhos premiados seriam devolvidos aos respectivos autores.

A data prevista para divulgação do resultado do concurso não foi cumprida, o que gerou cobrança por parte dos concorrentes e interessados.²⁸³ Em resposta às cobranças o governo informou que a comissão julgadora dos trabalhos não fora nomeada e, portanto, ainda não havia como informar o número de participantes e nem uma nova data de divulgação do resultado do concurso.

Após as críticas à demora dos resultados, a Secretaria de Educação e Cultura informou, através de nota, que quatro trabalhos haviam sido selecionados e que uma comissão para julgamento das obras seria formada. O *Jornal do Piauí* de 15 de fevereiro de 1973 noticiou acerca do concurso:

O prof. Wall Ferraz, ao se revelar bastante impressionado com a qualidade dos quatro trabalhos, disse que uma comissão de alto nível será nomeada nas próximas horas a fim de proceder ao julgamento, adiantando que a Secretaria vai editar os quatro trabalhos a nível nacional, de modo a que o Piauí possa ser divulgado ao máximo.²⁸⁴

²⁸²REGULAMENTO concurso: o Piauí nas lutas da independência. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 21, n. 3.715, 10 ago. 1972, p. 3.

²⁸³JENIPAPO. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 22, n. 3.954, 2 fev. 1973, p. 1.

²⁸⁴CONCURSO da Independência: quatro concorrentes. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 22, n. 3.966, 15 fev. 1973, p. 1.

A comissão foi formada por Carlos Eugênio Porto,²⁸⁵ Raimundo Nonato Monteiro de Santana²⁸⁶ e Odylo Costa Filho.²⁸⁷ O ganhador do concurso foi Monsenhor Joaquim Chaves,²⁸⁸ campo-maiorense que dedicou parte de sua vida à pesquisa e à escrita sobre a história do Piauí. A obra ganhadora foi *O Piauí nas lutas da Independência do Brasil*.²⁸⁹ Apesar de ser consagrada vencedora, a obra não foi publicada no governo de Alberto Silva. Em entrevista concedida a Elmar Carvalho e a Domingos Bezerra em 1997, Monsenhor Chaves afirmou que isso ocorreu por influência de algum motivo de Alberto Silva:

Bairrismo besta. O doutor Alberto sempre foi muito meu amigo. Quando eu ganhei o concurso ele disse que ia publicar porque era uma boa tese e uma obrigação que constava do contrato. Mas naquela ocasião ele sofreu influência que não sei de quem foi. Quando eles viram o que tinha no livro achavam que havia um desrespeito à câmara de Parnaíba. Eu dizia umas coisas que eram verdadeiras. Então ele protelou. No governo dele não foi publicado, o que aconteceu só no governo de Dirceu. Mas quando da inauguração do monumento ele mandou me buscar, eu estive lá, fiz um pronunciamento.²⁹⁰

O que o motivou os estudos sobre o Piauí foi, segundo ele, uma viagem que fez ao Rio de Janeiro e a São Paulo, ao apreciar o Monumento ao Grito do Ipiranga sentiu-se provocado, pois o que houve em Campo Maior foi um luta e derramamento de sangue, ao contrário do que houve em São Paulo: “Aqui não houve coisa nenhuma, só festa e bailes. No Piauí nós morremos, e não tem nada lá!”.²⁹¹

Conforme Monsenhor Chaves, o evento mais significativo de todo o movimento de luta do Piauí para a independência do Brasil foi a Batalha do Jenipapo em Campo Maior. Os eventos

²⁸⁵Carlos Eugênio Porto nasceu Santa Rita (PB) em 1913. Formado em Medicina pela Universidade Federal de Pernambuco, especializou-se em Higiene, Saúde Pública e Epidemiologia. Pertenceu à Academia Piauiense de Letras, à Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, à Academia Paulista de Medicina, à Associação Piauiense de Medicina e à Sociedade Brasileira de Higiene.

²⁸⁶Raimundo Nonato Monteiro de Santana Raimundo Nonato Monteiro de Santana nasceu em Campo Maior (PI). Professor catedrático de Economia Política da Faculdade de Direito. Foi Secretário de Planejamento do Piauí (1966-1971). Prefeito de Campo Maior. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí e da Academia Piauiense de Letras. Cf.: GONÇALVES, 1993, p. 234.

²⁸⁷Odylo Costa Filho nasceu em São Luís (MA) em dezembro de 1914. Formado em Direito pela Universidade do Brasil. Foi jornalista, cronista, novelista e poeta, membro da Academia Brasileira de Letras e da Academia Maranhense de Letras.

²⁸⁸Monsenhor Joaquim Raimundo Ferreira Chaves nasceu em Campo Maior (PI) em 1913. Sacerdote e historiador. Foi Secretário do Bispado do Piauí, professor e reitor do Seminário de Teresina, professor do Liceu Piauiense e do Diocesano. Vigário da Paróquia de Nossa Senhora do Amparo de Teresina. Membro da Academia Piauiense de Letras. Publicou: *O Piauí nas lutas pela Independência do Brasil; Teresina: subsídios para a história do Piauí; O índio no solo piauiense; Cadernos históricos, Apontamentos biográficos e outros, e Como nasceu Teresina*. Cf.: GONÇALVES, 1993, p. 79.

²⁸⁹CHAVES, Joaquim. *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*. Teresina: COMEPI, 1975.

²⁹⁰ENTREVISTA Monsenhor Joaquim Ferreira Chaves por Domingos Bezerra Filho e Elmar Carvalho. *Cadernos de Teresina*, Teresina, dez. 1997, p. 29.

²⁹¹ ENTREVISTA Monsenhor Joaquim Ferreira Chaves por Domingos Bezerra Filho e Elmar Carvalho. *Cadernos de Teresina*, Teresina, dez. 1997, p. 29.

emblemáticos como o de 19 de outubro em Parnaíba e o de 24 de janeiro em Oeiras representam momentos de coragem. No entanto, o dia 13 março foi emblemático, considerado por ele como uma loucura; loucura que ajudou para a independência do norte do Brasil.

3.6 Criação e atuação da Secretaria de Cultura do Estado

As medidas adotadas no governo de Alberto Silva provocaram mudanças na estrutura administrativa do Estado. A Secretaria de Educação e Cultura, que era comandada por Wall Ferraz, passou a tratar apenas da esfera educacional e foi criada a Secretaria da Cultura, através da Lei nº 3.262, de 6 de dezembro de 1973.

A Secretaria tinha como objetivo executar a política cultural do governo, o que já se tornou muito complexo para ser realizada juntamente com os interesses e problemas da educação. Assim, sua missão era ser a consciência crítica da cultura piauiense. A esse respeito, em matéria da *Revista Presença*, encontra-se:

Em fase de implantação de seus órgãos principais, a Secretaria tem como missão primordial e histórica planejar e executar a política cultural do Governo. Através dos seus Departamentos e Divisões, pretende promover e difundir a Cultura em nosso Estado, bem como defender o patrimônio natural e cultural do Piauí. A tarefa é grandiosa. Todos os piauienses são chamados a participar desse esforço. Somente assim, a Secretaria da Cultura poderá cumprir sua missão: ser a consciência crítica da cultura piauiense.²⁹²

Wilson de Andrade Brandão foi nomeado para o cargo de Secretário da Cultura. Era professor de Direito Civil da Universidade Federal do Piauí e considerado um dos homens mais cultos do estado, fazia parte da Academia Piauiense de Letras e possuía obras publicadas.²⁹³ Juntamente com a instituição da Secretaria de Cultura foi criada a *Revista Presença*, que foi uma grande divulgadora das iniciativas da Secretaria. Alberto Silva, em discurso publicado na primeira edição da *Revista Presença*, afirma que chegava ao fim de seu mandato com a satisfação de ter contribuído para a cultura piauiense:

Ao invés, em março de 1975, ao transferir ao meu sucessor a gestão dos negócios do Estado, poderei recordar, com íntima alegria, que muitos livros de intelectuais de nossa terra foram reeditados ou editados, que criei, no Piauí, a Secretaria da Cultura; reconstruí o Teatro 4 de setembro, assegurei sede provisória à Academia Piauiense de Letras e lhe fixei subvenção orçamentária e fiz, quanto em mim cabia, visando ao estímulo das letras e das artes.²⁹⁴

²⁹²A CONSCIÊNCIA crítica da cultura. *Revista Presença*, Teresina, ano 1, n. 1, 3 mai. 1974, p. 53.

²⁹³WILSON Brandão para a Secretaria da Cultura. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 23, n. 5.053, 7 mar. 1974, p. 1.

²⁹⁴SILVA, Alberto Tavares. Endosso em preto. *Revista Presença*, Teresina, ano 1, n. 1, 3 mai. 1974, p. 3.

Alberto Silva enfatiza suas contribuições para o estado, bem como enaltece a produção da revista, elaborada com o objetivo de divulgar e promover a cultura. Afirma que:

Esta revista é fruto da preocupação governamental a que aludi, pois nasce de fato de existir, em nossa terra, a Secretaria de Cultura e de haver o Governador do Estado convidado para organizá-la e dirigi-la o professor Wilson Brandão. Homem de variegado e sólido preparo intelectual, criou e consolidou o alto conceito em que o têm os seus coestaduanos, afirmando-se na cátedra, nas justas de advocacia, na tribuna e no recesso das comissões especializadas do Legislativo, no jornalismo e nos livros eruditos, de Direito e de História. *Presença* é, antes de tudo, iniciativa que visa a preservar o patrimônio cultural do Piauí, a animar o seu desenvolvimento e a divulgá-la em caráter permanente. Manifesto, aqui, não só o meu endosso a esta realização do Secretário da Cultura, mas, também, o meu aplauso – *et por cause*: o Piauí precisa deste veículo de divulgação cultural.²⁹⁵

Outra importante iniciativa foi a criação do Departamento de Difusão de Cultura através da Lei n. 115, de 2 de abril de 1974. O órgão tinha como objetivo executar os planos da Secretaria de Cultura, promover os meios de popularização e o intercâmbio cultural entre o Piauí e os outros Estados.²⁹⁶

No terceiro número da *Revista Presença* foi divulgado o relatório de atividades do Departamento de Difusão da Cultura, que tinha como diretora Aldenora Maria Vasconcelos Mesquita. Para promover a cultura de maneira mais efetiva foram feitas divisões por área de atuação, a saber: a professora Iná do Socorro Ribeiro Mendes ficou responsável pela diretoria da Divisão de Atividades Literárias e Científicas; a Divisão de Atividades Artísticas ficou sob a responsabilidade de Noé Mendes de Oliveira; a Divisão de Publicação e Documentação ficou a cargo de Amália Maria Lages Teles; a Divisão de Atividades Turísticas ficou sob a tutela de Américo de Almeida Gonçalves Neto.²⁹⁷ Constam no relatório as atividades executadas de 15 de abril a 26 de dezembro de 1974.

Em 1972, como continuidade dos incentivos governamentais no campo da cultura, foi criado o Centro de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares (CEPI), ligado ao Projeto Piauí.²⁹⁸

²⁹⁵TAVARES, Alberto Silva. Endosso em preto. *Revista Presença*, Teresina, ano 1, n. 1, 3 mai. 1974, p. 3.

²⁹⁶DEPARTAMENTO de difusão da Secretaria da Cultura Relatório de 1974. *Revista Presença*, Teresina, ano 2, n. 1, 3 mar. 1975, p. 40.

²⁹⁷DEPARTAMENTO de difusão da Secretaria da Cultura Relatório de 1974. *Revista Presença*, Teresina, ano 2, n. 1, 3 mar. 1975, p. 42.

²⁹⁸O Projeto Piauí foi lançado nos primeiros meses de administração de Alberto Silva e representava um esforço amplo dispensado a todos os campos, do econômico ao cultural, que tinha como meta tirar o Piauí da condição de pessimismo e atraso em que foi colocado. O projeto ficou conhecido popularmente como o convênio, teria ampla incidência no estado, sendo implantado numa primeira etapa nas regiões de Teresina, Parnaíba, Floriano, Campo Maior, Picos, São Raimundo Nonato, Bom Jesus e Corrente. Posteriormente, seria estendido a Valença, Amarante e Uruçuí. O objetivo do Projeto era entender as

Visava definir um modelo de desenvolvimento integral e participativo através do sistema social de educação para a região Nordeste do Brasil e foi elaborado por profissionais de fora, convidados especialmente para este fim.²⁹⁹

Reginaldo Carvalho,³⁰⁰ que não era natural do Piauí, foi escolhido diretor do CEPI, afinal, se a intenção era inserir o estado no cenário cultural brasileiro, nada mais apropriado que contratar um professor externo à realidade piauiense para conferir reconhecimento nacional e dar reconhecimento à cultura piauiense. Sobre isso, Carvalho afirmou que:

Não sei direito porque, mas simpatizei com a ideia de vir morar nesse lugar. Um médico havia me dito que climas quentes e secos seriam mais adequados à minha saúde, mas não foi isso que pesou, não... Eu pensava mesmo no desafio e nas possibilidades musicais, culturais e artísticas. Recebi carta branca do Governador, recebi verbas, equipamentos e pessoal para trabalhar. Pude chamar gente que eu conhecia, gente de competência, como o Murilo e também o Terraza. A gente acreditava de verdade naquele trabalho.³⁰¹

Outro campo alvo dos incentivos governamentais foi a Música. Sob a regência do Maestro Reginaldo Carvalho em parceria com o CEPI, o Coral do Amparo tornou-se referência e vitrine da música piauiense. Conforme João Valter Ferreira Filho:

[...] O grupo, que desde sua fundação mantivera sempre um perfil puramente sacro-litúrgico, passou a atuar intensamente em eventos oficiais e a viajar por várias cidades do Brasil, representando o Piauí em encontros, congressos e festivais e contribuindo para a identificação da música vocal piauiense com os conceitos estéticos e metodológicos relacionados à Música Contemporânea.³⁰²

A figura abaixo mostra o Coral do Amparo em Brasília. A fotografia não contempla o momento do recital, mas apresenta seus componentes e maestro Reginaldo Carvalho, de calça branca na primeira fileira.

principais carências de cada uma das regiões citadas para que o governo pudesse traçar seu Plano de Metas, de acordo com a viabilidade e prioridade de cada uma das necessidades. Uma grande quantidade de recursos financeiros e humanos seria destinada ao Estado através do Projeto Piauí. Em 1971 eram esperados entre 17 e 25 técnicos que, em conexão com a Universidade Federal do Piauí, seriam responsáveis pela implantação de uma nova filosofia de desenvolvimento inteiramente nova na América. Cf.: PROJETO Piauí. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 1, out. 1973.

²⁹⁹Entre eles, é possível destacar: Antônio Murilo de Macedo Eckhardt, Emílio José Terraza, Geraldo Adolpho Galvão Vianna, Marcus Antônio Riso, Marcus Cremonese, Mário Antonio de Lacerda Guerreiro, Paulo Barbosa de Magalhães, Reginaldo Carvalho e Ricardo Ney Quaresma do Amaral.

³⁰⁰Reginaldo Carvalho nasceu em Guarabira (PB), em 1932. Estudou com professores renomados, como Gazzzi de Sá, Heitor Villa Lobos, Andrade Muricy, Paul Le Flem e Oliver Messiaen. Trabalhou em Minas Gerais, Brasília, Rio de Janeiro e no Piauí. Dirigiu o Instituto Villa Lobos. Nos anos 1970, morou em Teresina, onde fundou escola de Música e lecionou na Universidade Federal do Piauí.

³⁰¹CARVALHO, Reginaldo apud FERREIRA FILHO, João Valter. *História e memória da educação musical no Piauí: das primeiras iniciativas à universidade*. 2009. 226 f. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009. p. 144.

³⁰²FERREIRA FILHO, 2009, p. 147.



Figura 23: Reginaldo Carvalho e Coral do Amparo em Brasília. Fonte: FERREIRA FILHO, João Valter. *História e memória da educação musical no Piauí: das primeiras iniciativas à universidade*. 2009. 226 f. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009. p. 147.

No campo musical o Coral Madrigal de Teresina, sob a regência de Reginaldo Carvalho, também aparece no registro das atividades do Departamento de Difusão da Cultura. A apresentação ocorreu durante a inauguração do Teatro 4 de Setembro, após a reforma realizada no governo de Alberto Silva.

Com a instalação da Universidade Federal do Piauí e a criação do CEPI, a Lei n. 5.692 introduziu no currículo do ensino primário e secundário a disciplina Educação Artística. Apesar de constar na lei, o Piauí não contava com professores especializados em número suficiente para lecionar. Assim, o CEPI atuou na formação desses profissionais. Bernardo Pereira Sá Filho destaca que:

O CEPI formou, em curto prazo, cerca de três mil professores de Educação Artística, um coral, grupos de teatro, música, artesanato, atores e diretores de teatro, maquiadores cenógrafos, além de pessoal com formação técnica em teatro. Com a criação do Departamento de Educação Artística da UFPI, o objetivo do CEPI tornou-se redundante, e, por esta razão, deixou de existir, deixando, porém, a base de formação da Escola de Música de Teresina, que teve como primeiro diretor o maestro Reginaldo Carvalho.³⁰³

³⁰³SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. Para uma história cultural. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (Org.). *Apontamentos para a história cultural do Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2003. p. 247.

A valorização dada por Alberto Silva à restauração do Teatro 4 de Setembro e à instalação do Laboratório de Artes da Universidade Federal do Piauí significaram importante avanço da história cultural do Piauí, como enfatiza Ací Campelo³⁰⁴:

Foram dessas ações de governo, principalmente a criação do Centro de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares CEPI e a completa restauração do Teatro 4 de setembro em Teresina, que as artes cênicas piauienses se projetaram, de forma segura e efetiva, no cenário artístico nacional, com inúmeros grupos teatrais amadores participando de festivais fora do Estado e obtendo inúmeros prêmios para atores e técnicos.³⁰⁵

Conforme Ací Campelo, a restauração do Teatro possibilitou a organização do movimento teatral piauiense e a criação da Federação de Teatro do Piauí. O Teatro foi dinamizado com a apresentação de várias mostras e festivais, além de realização de cursos de capacitação. A Escola de Dança também surgiu nesse período.³⁰⁶

Assim, é possível observar que a criação do CEPI foi relevante para a cultura piauiense, pois incentivou o desenvolvimento das artes, da música e do teatro. Pollyana Coelho ressalta a importância dos incentivos propostos por Alberto Silva:

As artes como um todo, no início da década setenta, contaram com o apoio do governo do Estado, liderado pelo então governador Alberto Silva. Este ex-governador empreendeu uma política fomentadora da arte e da cultura local, com a criação do Centro de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares – CEPIS – os quais eram constituídos de pessoal de formação variada das áreas da música e de teatro.³⁰⁷

Quanto à reinauguração do Teatro 4 de Setembro, é interessante destacar que a iniciativa de Alberto Silva tinha como objetivo atender à necessidade do povo teresinense de um teatro capaz de abrigar as transformações culturais que aconteciam naquele período. Sobre isso, é possível observar:

Entendendo que o Piauí se ressentia, dia a dia, da falta de promoções teatrais, o Governo do Estado já iniciou a recuperação do TEATRO 4 DE SETEMBRO, cuidando, entretanto, de preservar suas linhas arquitetônicas, de inegável valor na caracterização urbanística de Teresina.³⁰⁸

³⁰⁴Francisco Ací Campelo Gomes Campelo nasceu em Lago da Pedra (MA) em 1955. Dramaturgo, contista, diretor teatral. Formado em Educação Artística pela Universidade Federal do Piauí. Foi presidente do Teatro Amador do Piauí. Diretor de arte da Fundação Monsenhor Chaves. Diretor do Teatro 4 de Setembro. GONÇALVES, 2003, p. 94.

³⁰⁵CAMPELO, Ací. Artes cênicas do Piauí, uma reflexão. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (Org.). *Apontamentos para a história cultural do Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2003. p. 29-34.

³⁰⁶CAMPELO, 2003, p. 29-34.

³⁰⁷COELHO, Pollyanna. Panorama das artes plásticas no Piauí. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (Org.). *Apontamentos para a história cultural do Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2003. p. 41-50/ 29-34.

³⁰⁸ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Alberto Tavares Silva em 1 mar. 1973*. Teresina, 1974. p. 14.

As Artes Plásticas e o Artesanato no Piauí também foram contemplados pelas iniciativas de Alberto Silva. O I Salão de Artes Plásticas do Piauí aconteceu em 1974. No artesanato foi conferido apoio ao artesão José Alves de Oliveira (Mestre Dezinho), que ganhou notoriedade por esculpir em madeira móveis e ex-votos. Conforme Herculano Moraes: “Foi o começo de uma vitoriosa carreira, apoiada pelo prestígio do Governador Alberto Silva”.³⁰⁹ Mestre Dezinho ganhou prêmios internacionais como o de Arte Moderna na Bienal de São Paulo e em Milão.

Portanto, a partir das iniciativas aqui listadas e analisadas, é possível conhecer as diferentes estratégias desenvolvidas durante o governo de Alberto Silva que proporcionaram o desenvolvimento no campo cultural do estado. Tais ações tinham como finalidade melhorar a autoestima do povo piauiense e buscar reconhecimento nacional para as atividades culturais e artísticas desenvolvidas.

³⁰⁹MORAES, Herculano. Mecenato: Governo, Empresa e Cultura do Piauí. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (Org.). *Apontamentos para a história cultural do Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2003. p. 281.

4 AS COMEMORAÇÕES CÍVICAS E OS SIGNIFICADOS DA BATALHA DO JENIPAPO

O objetivo deste capítulo é analisar as comemorações cívicas da Batalha do Jenipapo que aconteceram no Piauí. Analisam-se inicialmente os desfiles em comemoração à Independência do Brasil, como ocorriam, que autoridades estavam presentes e a participação das escolas e dos estudantes.

Na segunda parte é analisado como as comemorações da Batalha do Jenipapo ganharam espaço nas comemorações da Independência do Brasil, buscando entender como ocorreu o processo de apropriação desta, na década de 1970, no governo de Alberto Silva, no Piauí. Considera-se o contexto nacional das comemorações no período em que a independência do Brasil completava 150 anos.

No terceiro tópico, analisa-se a construção do Monumento Museu em homenagem aos heróis da Batalha do Jenipapo, erigido em Campo Maior (PI) em 1973, e como o governador Alberto Silva se utilizou da Batalha para enaltecer seu governo. Para isso, os símbolos criados por Alberto Silva na sociedade piauiense são observados, especialmente a construção do monumento aos heróis do Jenipapo, uma homenagem ao povo piauiense que derramou seu sangue pela consolidação da Independência do Brasil.

Uma das características mais importantes do primeiro governo de Alberto Tavares Silva foi a preocupação em combater a imagem negativa que o Estado tinha como o mais pobre do Brasil. Ele baseia parte de sua atuação nas ideias de patriotismo e de dever cívico, amplamente divulgadas na sociedade brasileira. Nesse contexto, a história e a cultura ganham espaço como veículo de exaltação estadual e nacional e de corroboração dos valores estimados pelo governo militar.

Considerando que um dos principais eixos da política cultural de Alberto Silva foi a tentativa de construção de uma memória piauiense com base na história de lutas pela Independência do Brasil, analisa-se como o governador Alberto Silva ressignificou a data 13 de março, dia da Batalha do Jenipapo, e a transformou em um símbolo do Estado, ou ainda, em símbolo de seu próprio governo.

Alberto Silva direcionou as atenções das comemorações das festas e desfiles do 7 de Setembro, dia da Independência do Brasil, para as lutas piauienses, mais especificamente, a Batalha do Jenipapo. Observa-se esse movimento nas iniciativas culturais e na gestão do governador.

A comemoração da Independência do Brasil se constituía uma festa nacional, e não havia lugar para realçar o papel do Piauí nesse evento histórico. A Semana da Pátria, correspondente à semana das comemorações da Independência, dirigia todas as glorificações da data para os eventos de Independência ocorridos no sul do Brasil. Nesse sentido, não se rememoravam os atos cívicos acontecidos no Piauí, e é justamente isso a inovação do governo Alberto Silva em relação aos governos anteriores.

4.1 As comemorações da Independência do Brasil no Piauí

Analisando os jornais do ano de 1970, percebe-se que não trazem em suas páginas notas comemorativas referentes ao dia 13 de março, dia da Batalha do Jenipapo. As comemorações incidiam apenas sobre a Independência do Brasil, no dia 7 de Setembro de 1822. Em 3 de setembro de 1970, o *Jornal do Piauí*³¹⁰ fez referência à Semana da Pátria, festejada no governo de João Clímaco de Almeida, em seu último ano de gestão. Nessa ocasião, houve programação extensa para garantir a exaltação à pátria e emoção para os cidadãos. A comemoração cívica no dia 7 de Setembro contou com desfiles das escolas e das tropas em imponentes trajes militares. Os brasileiros tinham o dever de aplaudir a data a cada ano, revivendo com mais intensidade o dia da Independência do Brasil. A data da liberdade política deveria despertar em cada brasileiro o amor e o respeito à nação.

Ainda no ano de 1970, o mesmo periódico registrou a decepção por não ocorrerem comemorações no Dia da Independência em Parnaíba. Estavam negligenciando e silenciando as comemorações de 19 de outubro, quando merecia flores, hinos e orações, bem como celebrações nos estabelecimentos escolares, para que todos conhecessem a política, a história e a sociedade piauiense.³¹¹

O dia 19 de outubro como data de comemoração alusiva à independência do Piauí foi resultado da proposta de José Auto de Abreu³¹² para instituir o Dia do Piauí. Mas, apesar disso, a data passava despercebida. A consagração dos fatos históricos é uma questão pública e não

³¹⁰A SEMANA da Pátria. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.134, 3 set. 1970, p. 2.

³¹¹O DIA 19 de outubro. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.171, 18 out. 1970, p. 3.

³¹²José Auto de Abreu foi o deputado que apresentou à Assembleia Legislativa em 1937 um projeto de lei considerando o dia 19 de Outubro como Dia do Piauí. Nasceu em Teresina (PI), em 1899. Historiador, contista, cronista, orador, jornalista, bacharel em Direito. Deputado estadual por dois mandatos e deputado federal. Exerceu o cargo de Procurador do IAPC. Colaborou com os principais jornais de Teresina. Pertenceu à Academia Piauiense de Letras. Foi contemplado com o título de cidadão parnaibano.

apenas popular. Os fatos importantes deveriam ser revividos todos os dias e realçados todos os anos. Advoga o redator:

Comemora-se amanhã o dia do Piauí. Data que devia, pela importância, receber de todos nós as manifestações mais expressivas e as demonstrações mais calorosas, vez que reflete e relembra coisas e fatos da nossa formação histórica. Mas o que temos programado para amanhã? Ao que se conheça, nada, supinamente nada. Vai ser um dia comum como tantos outros, que passa e cai no vazio das coisas sem importância, quando o que merecia eram flores e hosiânas, hinos e orações em todos os estabelecimentos escolares, levando à criança de hoje, ao adolescente e ao adulto, palestras que reeditassem toda a vida político-social piauiense, dos nossos antepassados até os nossos dias. Amanhã vamos comemorar mais uma data envolvente da formação histórico-política do Piauí. É o resultado de um trabalho de pesquisa e de estudo laborioso de José Auto de Abreu que, no passado, tanto dignificou a nossa vida parlamentar, como no presente a honra, exalta e enaltece com sua vigorosa inteligência tudo o que tem a marca piauiense. Mas, ainda assim, o 19 de Outubro vai passar omissos e silencioso. Os fatos históricos devem ter a consagração não apenas popular, mas sim, do próprio poder público, pois eles refletem na sua essência, algo que é necessário se reviver todos os dias e se realçar todos os anos. Sem isso esvai-se o fervor, foge o entusiasmo e não pode se arraigar nos corações o sentido patriótico de que cada data com essa marca deveria ficar fincada em cada coração que sabe pulsar de amor às coisas que, assim, cheiram sagradas e surgem perenais. Amanhã é o dia 19 de outubro. Com ele se comemora mais uma data envolvente da vida piauiense. Que fique em cada um de nós ao menos a lembrança borbulhante dessa data que nasce e renasce em cada ano, neste mesmo dia, em cada coração flamejante de idealismo desta gente boa e lutadora que é a do fabuloso e heroico Estado do Piauí.³¹³

Assim, questiona-se a falta de atenção dada a essas datas que marcam a história do Piauí, especialmente o dia 19 de outubro, que deveria ser lembrado como uma data cívica e ser comemorada como tal. A crítica se dirige à ausência da intervenção do Estado, que nada promoveu para rememorar as lutas travadas no Piauí. Esse texto é de cunho reivindicatório, pois, através de sua leitura, percebe-se que seu autor requer uma retratação correspondente ao dia 19 de outubro, o dia em que Parnaíba, em 1822, aderiu aos movimentos pela independência do país. No entanto, é possível observar que a data era desvalorizada pela população e pelos órgãos que a representavam, uma vez que não é comemorada ou rememorada pelos piauienses.

Foi nesse contexto que Alberto Silva, em seu primeiro governo, concentrou esforços para impulsionar o lado histórico-cultural piauiense, pois enxergava a possibilidade de beneficiar o estado e seu governo. Assim, algumas medidas foram adotadas pelo governador com a finalidade de resgatar essa memória e compartilhá-la com toda a população piauiense.

³¹³O DIA 19 de outubro. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.171, 18 out. 1970, p. 3.

Dessa maneira, a Semana da Pátria tinha como objetivo realçar o sentido patriótico das manifestações que aconteceram em todos os estados brasileiros em comemoração à independência política do Brasil.³¹⁴ A lembrança dos 148 anos da independência significava reconhecer o civismo e o entusiasmo que fazia parte da alma dos brasileiros participantes dessas manifestações em todo o território nacional. Assim, eram constantes as propagandas nacionalistas, características da política da época, repletas de elogios à pátria e incentivo ao amor exacerbado à nação. O Piauí, assim como outros estados brasileiros, planejou um espetáculo para comemorar o dia 7 de Setembro, mas ignorou a participação do estado nesse evento histórico, e as celebrações tinham como objetivo convocar os piauienses a valorizarem a história do país:

Que o 7 de setembro de 1970 seja, em verdade, a demonstração [...] do que somos, do que valemos e do que desejamos ser, agora e sempre, pois no peito e no coração de cada brasileiro, cresce e se agiganta, em cada dia que passa a ideia maior de uma Pátria Livre integrada por fiéis e leais soldados a serviço de sua grandeza e de sua prosperidade. Neste dia, pois, todos nós, unidos e firmes pela grandeza do Brasil e felicidade maior da Nação.³¹⁵

Dentre as mensagens divulgadas nos jornais é possível encontrar homenagens à Independência patrocinadas por empresas do estado. As publicações explicitavam o respeito à história do Brasil. A empresa Centrais Elétricas do Piauí S/A (CEPISA) homenageou a Pátria nas palavras de seu diretor presidente, o Engenheiro Japhet Diniz:

Ao ensejo do transcurso das festividades de mais uma Semana da Pátria, aprez-nos dirigir-lhe a palavra para um diálogo em torno dos nossos compromissos e das nossas responsabilidades para com o presente e o futuro da pátria comum, visando ao seu progresso e ao seu maior desenvolvimento. Acreditamos que a melhor forma e a mais autêntica expressão do patriotismo consistem no cumprimento efetivo e integral de nossas obrigações e de nossas tarefas profissionais. E, se assim entendemos, é porque estamos convencidos de que, se cada cidadão brasileiro souber cumprir digna e eficientemente o papel que lhe compete no âmbito de suas atividades específicas, o nosso querido e imenso Brasil haverá, certamente, de marchar a passos largos para o ponto de destaque que bem merece – pelas potencialidades naturais e humanas que possui – no concerto das nações civilizadas. Parece-nos mesmo que, agora, mais do que nunca deveria ser recordado e seguido o brado glorioso e patriótico do grande Almirante BARROSO, dito nos momentos mais difíceis e heroicos da História da Pátria: ‘O BRASIL ESPERA QUE CADA UM CUMPRA O SEU DEVER!’³¹⁶

³¹⁴A SEMANA da Pátria. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.135, 4 set. 1970, p. 2.

³¹⁵A SEMANA da Pátria. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.135, 4 set. 1970, p. 2.

³¹⁶A CEPISA homenageia semana da pátria. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.135, 5 set. 1970, p. 1.

Outras empresas que prestavam serviços ao Estado também demonstraram interesse quanto ao dia 7 de Setembro que se aproximava. Os anunciantes prestavam homenagens à Pátria e nelas buscavam resgatar características de civilidade que julgavam pertencer ao povo brasileiro. Nas mensagens, ressaltavam que era dever de cada brasileiro guardar o respeito e trabalhar pela pátria para que fosse possível conquistar um Brasil melhor.

É necessário ressaltar que as comemorações em torno da Independência do Brasil, especialmente aquelas destinadas à Batalha do Jenipapo, eram feitas de forma tímida e simplória nos governos anteriores ao de Alberto Silva. Quando aconteciam, eram dedicadas ao incentivo do nacionalismo, sem dar enfoque às lutas ocorridas no Piauí. Percebe-se que durante e após o governo de Alberto Silva criou-se a imagem de um povo heroico, com um passado de luta. As homenagens reclamavam a ação de cada brasileiro, deixando claro que deveriam se orgulhar e trabalhar pelo Brasil.

Sobre a tradição de festejar o 7 de Setembro, Salânia Melo oferece contribuição para esta pesquisa, pois discute a temática da construção das formas de civilidade e civismo piauienses. Parte das lembranças das festividades escolares e dos álbuns de família para constatar que a escola não é apenas uma instituição que fornece conhecimento, mas molda os cidadãos, fazendo as crianças se tornarem os adultos patriotas de amanhã. Assim, Melo analisa a construção da civilidade a partir de festas cívicas e o papel das escolas como propagadoras da cultura e da ideia de modernidade.³¹⁷ Sobre a tradição de comemoração do Dia da Pátria, afirma:

O Dia da Pátria, mais do que todas as outras festas cívicas, era lugar de encontro político das autoridades civis, militares e religiosas. Em torno desta data foi se construindo ano após ano o calendário e a memória cívica brasileira. Data magna da política histórica do país, romantizada desde os primeiros momentos em que o Príncipe Regente anuncia às nações amigas a necessidade do rompimento definitivo com Portugal, e o coroamento desta ideia se concretiza com a imagem plástica do pintor Pedro Américo na tela ‘O grito do Ipiranga’ apresentada ao público em 1888, no Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro. A partir de setembro de 1822, o dia 7 passa a ser comemorado pelo Estado como o marco de nascimento dessa comemoração, quando o Brasil se apresenta ao mundo no século XIX como nação livre e que merecia ser reconhecida, mesmo com as desconfianças da Santa Aliança, o auxílio da doutrina de James Monroe e os interesses comerciais da Inglaterra. Festividade de caráter patriótico, nacionalista, durava vários dias, chegando mesmo a ser a Semana da Pátria, merecendo maior ênfase o dia 7 de setembro, data consagrada à independência do país, lembrada e relembada ano após ano, como foi construída ao longo da escolarização de cada brasileiro.³¹⁸

³¹⁷A autora segue o viés de Hobsbawm e Ranger quando discute a invenção das tradições. Para ela, a criação de um calendário cívico seria justamente a invenção de uma tradição. Faz um recorte entre os anos de 1930 a 1945, estudando primeiro o cenário e a situação piauiense para depois apresentar as ideias de educação. Cf.: MELO, Salânia Maria Barbosa. *A construção da memória cívica: as festas escolares espetáculos de civilidade no Piauí (1930-1945)*. Teresina: EDUFPI, 2010.

³¹⁸MELO, 2010, p. 273.

Entende-se que era no espaço das escolas que aconteciam as principais formas de aprendizagem cívica. A estrutura escolar atuava com a finalidade de fazer da escola o exemplo de participação no crescimento do Estado. Portanto, é a instituição legitimadora dos deveres cívicos na sociedade.³¹⁹

A relação entre educação escolar e memória cívica tornou-se cada vez mais forte nas políticas advindas do Estado Novo. Nesse embate, a educação ganha papel de construtora e consolidadora de uma mentalidade voltada para a nacionalidade, ou seja, para a manutenção da ordem, bem como para a criação das tradições. Assim, no ambiente escolar ocorria a construção da civilidade:

A divisão do tempo na escola, para a distribuição das tarefas do dia a dia, a matrícula, o horário do recreio, as férias, a hora de cantar o hino, as horas cívicas para a construção das virtudes cívicas, o hasteamento da bandeira, compondo as horas importantes no ambiente escolar, os horários de aulas e seus intervalos, as datas de provas, a chegada e a saída, os dias de festas e os feriados, o encerramento do ano letivo, essa totalidade de fatias de tempo somam este calendário, dando rumo às práticas no cotidiano escolar.³²⁰

Essas festas cívicas eram comemoradas todos os anos, e eram adicionadas atividades e dias a festejar, conforme Melo:

Com o passar dos tempos e a medida que se traduziam em costume da cidade, o calendário de festas e de comemorações se ampliava, somando-se aí as datas nacionais e estaduais, festejadas ano após ano numa repetição de ritual com a participação de todas as escolas, públicas e privadas, a partir das práticas de uma educação modelar que tinha como missão disciplinar e controlar a população e a cidade e encaminhá-las para a modernidade e civilidade.³²¹

A partir das heranças analisadas por Melo, é possível observar que essas práticas permaneceram durante a década de 1970 e o ato de comemorar o calendário cívico piauiense anualmente reforçava os laços da população com o seu passado, pois:

A festa cívica possui um estranho elo com o tempo histórico, quando, no momento de sua realização, abre-se ao presente, apresentando quase sempre e especificamente o passado recheado de suas reminiscências, como lhe é próprio; passado dos feitos heroicos e que o presente insiste em repetir para a sagração destes homens e de seus atos, remetendo-os ao futuro no instante em que o exposto alimenta as promessas de melhores dias.³²²

³¹⁹MELO, 2010, p. 94.

³²⁰MELO, 2010, p. 94.

³²¹MELO, 2010, p. 102.

³²²MELO, 2010, p. 174

A repetição desses atos em que os heróis da pátria eram lembrados e glorificados levavam à sagração desses homens. Isso permite notar a atuação do Estado na construção das práticas sociais e na definição do imaginário e do sentimento popular:

Como antes já foi mostrado pelas festas de inauguração e de homenagens a autoridades, as festas caracterizadas aqui como diretamente relacionadas com a escola, compreende-se que a construção da memória cívica se faz quando se entende como acontece a invenção das tradições no Piauí, procurando situar esta análise não em uma gênese das festas, mas no sentido de compreendê-las como um ritual de repetição, que cria mentalidade, cria tradição, uma tradição cívica, imbricada no ensino da história pátria, inculcada pelos mais diferentes conteúdos didáticos das várias disciplinas escolares, criando uma nova cultura escolar.³²³

Assim, observa-se a criação de uma nova cultura escolar. A invenção de novas tradições nas escolas do Piauí atingia não somente esse espaço, mas todo o meio social. Portanto, foi a partir desse ritual de repetição das datas de comemoração cívica que foi possível inventar as tradições cívicas piauienses. Os investimentos do primeiro governo de Alberto Silva na educação foram vultosos, considerando as exigências nacionais comandadas pelo ministro Jarbas Passarinho:

O setor da educacional foi daqueles para os quais voltei minha especial atenção. Nem poderia deixar de ser assim, como forma de compatibilizar o Piauí com as novas exigências da Educação no Brasil, principalmente sobre a égide desse dinâmico ministro que o é o Senador Jarbas Passarinho. Inicialmente, coube ao Governo realizar reformulação estrutura na Secretaria, cujos estudos serviram de subsídio para iguais providências por parte de um dos estados da Região.³²⁴

Nota-se que Alberto Silva ressaltou a relação entre os investimentos estaduais e as exigências nacionais, visto que, através dos seus discursos, reforçava seu objetivo de retirar a má reputação do Piauí diante dos comentários realizados em âmbito federal. Assim, o governo do Piauí solicitou grandes quantias proporcionadas pelos programas instituídos no governo de Médici, como Cr\$ 4,5 milhões do Plano Nacional de Educação e Cr\$ 3 milhões do Salário Educação. Com as somas, foi possível efetuar o pagamento do magistério e criar condições para que o Piauí constituísse modelo para outros estados.³²⁵

Em 1971 foi realizada uma pesquisa no âmbito do ensino primário, para coleta de dados a respeito do funcionamento e controle das escolas, como prédios, equipamentos, materiais

³²³MELO, 2010, p. 228.

³²⁴ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Alberto Tavares Silva em 1 mar. 1971*. Teresina, 1972, p. 9.

³²⁵ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Alberto Tavares Silva em 1 mar. 1971*. Teresina, 1972, p. 9.

didáticos e funcionários administrativos, medida importante para organização do cadastro escolar.³²⁶

No ano de 1970, o número de alunos matriculados na rede pública de ensino do estado era de 98.608, e em 1971 esse número passou para 132.129 alunos. Considerando esses dados, foi necessário ampliar o número de professores nesse último ano, bem como realizar reformas e ampliação das escolas. O governo propôs, como solução para essa nova necessidade, a construção de 244 salas de aula. Quanto aos professores, o Estado investiu em treinamento desses profissionais da zona rural, e para o ensino médio foram oferecidos 10 cursos de treinamento para 301 profissionais.³²⁷

Com a Lei de Diretrizes e Bases n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, algumas providências foram adotadas no estado, como a constituição de um grupo tarefa para implantação do 1º e 2º graus; a assinatura de um convênio com a Universidade Federal do Piauí, objetivando o treinamento docente e técnico-administrativo; extinção do exame de admissão em todo o Estado para os candidatos na faixa etária de 7 a 14 anos; a adoção do exame para os candidatos que estivessem fora da faixa etária obrigatória do 1º grau; expedição de normas sobre a implantação do ensino do 1º e 2º graus; o zoneamento da cidade de Teresina para constituição dos Complexos Escolares, com o objetivo de disciplinar a matrícula do 1º grau; treinamento de 147 professores de 4ª e 5ª séries primárias, visando informá-los de todos os aspectos da reforma do ensino e capacitá-los à preparação de seus alunos para ingresso no 1º grau; o treinamento, em convênio com a Universidade Federal do Piauí, de 207 professores de Teresina e 141 professores de Parnaíba para servirem nos complexos escolares a ser instalados; a elaboração do Plano prévio, já aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, no qual constavam medidas preliminares para a implantação do ensino do 1º e de 2º graus.

Essas modificações tinham como finalidade contribuir para realização de projetos de diagnóstico do sistema educacional, organização de complexos escolares e unidades integradas do 1º grau, aperfeiçoamento e treinamento de professores do 1º grau e a expansão e melhoria do ensino na zona rural.³²⁸

³²⁶Os dados analisados são os relatos de Alberto Silva nas mensagens enviadas à Assembleia Legislativa. Analisa-se nesse sentido como o governador divulga os dados positivos sobre educação. ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Alberto Tavares Silva em 1 mar. 1971*. Teresina, 1972, p. 9.

³²⁷NOS 200 dias de Alberto: o Piauí é um imenso canteiro de obras. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.441, 30 set. 1971, p. 35.

³²⁸ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Alberto Tavares Silva em 1 mar. 1971*. Teresina, 1972, p. 10.

Conforme mensagens, para a melhoria do Ensino Médio foi oferecido aperfeiçoamento aos professores, a elaboração do calendário cívico para as comemorações das datas históricas, a Semana do Estudante, o desfile em honra ao Fogo Simbólico da Pátria e competições desportivas e apresentação de números de artes. Ainda no ano de 1971, incentivos foram registrados na área da educação física, através de convênio com o Ministério da Educação para a construção do Centro de Educação Física em Teresina e de 34 instalações desportivas dentro das escolas:

Em 1970, a rede estadual abrigou 99 mil alunos; em 1973, esse número já estava elevado em 177 mil, com incremento, portanto, da ordem de 80% no triênio. Além dos três complexos escolares de Teresina e Parnaíba, escolhidas em 1972 para implantação-piloto do ensino do 1º grau, em 1973 passaram a funcionar mais 7 novos complexos na Capital e várias unidades localizadas no interior do Estado.³²⁹

O governador destacou o crescimento do número de alunos entre os anos de 1970 e 1973, bem como a ampliação de escolas, com a construção de sete novos prédios em Teresina e outros, não pontuados, no interior do Piauí. A Secretaria de Educação e Cultura foi responsável pela promoção, principalmente, do aperfeiçoamento dos professores:

Para maior impulso ao processo educacional, tornou-se indispensável o preparo técnico do pessoal docente que é, em última análise, o grande responsável pela aplicação das novas diretrizes educacionais. O projeto de treinamento da SEC foi elaborado com o objetivo de dotar o professor de uma mentalidade coerente com as situações reais do novo ensino, criando-se por essa forma a infraestrutura de uma educação voltada para o desenvolvimento. Para a execução de tão ambicioso programa, cujos custos no exercício foram orçados em Cr\$ 1.370.670,88, a Secretaria implantou o centro de Treinamento e Aperfeiçoamento do Pessoal para a Educação e Cultura – CENTREPEC, que criou na administração do sistema educacional um dispositivo visando a melhoria qualitativa dos recursos humanos.³³⁰

Assim, é possível observar que, no discurso oficial, o treinamento de professores tinha como objetivo impulsionar o processo educacional, visto que considerava esses profissionais os principais responsáveis pela aplicação das novas diretrizes educacionais. Nota-se ainda a relação entre educação e desenvolvimento, a primeira seria direcionada pelo segundo.

O Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento do Pessoal para a Educação e Cultura (CENTREPEC), que atuou no ano de 1972, ministrou 44 cursos para 5.561 professores dos diferentes níveis de formação. Dentre eles, destacam-se cursos de titulação de professores leigos com habilitação específica para o magistério de 1º grau, e os de licenciatura de curta duração

³²⁹ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Alberto Tavares Silva em 1 mar. 1972*. Teresina, 1973, p. 12.

³³⁰ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Alberto Tavares Silva em 1 mar. 1972*. Teresina, 1973, p. 21.

para os professores de grau médio.³³¹ Nesse ano foram construídas pelo governo mais 353 salas de aulas e 40 oficinas de iniciação às técnicas do trabalho. No triênio 1971/73 foram construídas 577 novas salas de aulas.

A merenda escolar é outro aspecto realçado no governo Alberto Silva, proporcionado pelo convênio com a Campanha Nacional de Alimentação Escolar, bem como a distribuição de livros didáticos, que em 1972 é destacado como um ponto positivo em seu governo. Foram distribuídos 109.120 livros através do convênio firmado com o Instituto Nacional do Livro. Ocorreu também a instalação de salas de leitura em estabelecimentos no interior do estado e a criação de Bibliotecas-Escolas das Comunidades nas áreas de implantação das reformas do ensino.

Todos os investimentos na área da educação listados demonstram que esta era uma área de grande interesse e preocupação do governo do estado, principalmente considerando que “o crescimento das despesas em educação de 1970 a 1973 foi da ordem de 180%, mesmo descontada a inflação; em 1972, tais despesas somaram Cr\$46 milhões, passando em 1973 a Cr\$ 66 milhões o setor educacional vem ocupando o 1º lugar no orçamento do Estado”.³³²

As atividades promovidas pelas escolas com os estudantes também representavam uma preocupação do Estado. Dentre as principais atividades desenvolvidas, destacaram-se a participação e realização dos II Jogos Estudantis Piauienses e a participação do Piauí, pela primeira vez, nos Jogos Estudantis Brasileiros, realizados em Maceió. É possível concluir que os investimentos estatais em educação proporcionaram o aumento e o interesse, dos estudantes e das escolas em participar nos eventos cívicos promovidos pelo Estado, como por exemplo, a participação no desfile histórico comemorativo do Sesquicentenário da Independência.³³³

Marcadas pela presença de autoridades representativas de todas as instituições da sociedade, essas festividades duravam vários dias e tinham como ápice o dia 7 de Setembro, como mencionado. As comemorações cívicas, muito destacadas no contexto dos governos militares, eram compostas por desfiles de escolas e dos regimentos militares. É interessante ressaltar o garbo dos desfiles cívicos ocorridos em comemoração à Independência do Brasil em que era possível apreciar as demonstrações de amor à Pátria e o orgulho de pertencimento ao Brasil.

³³¹ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Alberto Tavares Silva em 1 mar. 1974*. Teresina, 1975, p. 21.

³³²ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Alberto Tavares Silva em 1 mar. 1974*. Teresina, 1975, p. 13.

³³³ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Alberto Tavares Silva em 1 mar. 1971*. Teresina, 1972, p. 23.

As escolas ocupavam um grande espaço nessa demonstração de nacionalismo e reforçavam a ideia de que o futuro da nação estava na educação. A Semana da Pátria acontecia como um laboratório das lições de história, onde o objetivo era aprender a amar cada vez mais a pátria brasileira. As festas eram diversificadas, e a participação de estudantes também evidenciava a estreita relação entre educação e civismo.

No primeiro ano do governo de Alberto Silva ocorreu comemoração com grande desfile cívico em homenagem à Independência do Brasil. O desfile foi composto pelos estudantes das escolas da capital e pelos militares do Estado,³³⁴ e aconteceu na Avenida Frei Serafim, estendendo-se da igreja São Benedito até a ponte do Rio Poti. O palanque oficial foi instalado em frente ao Colégio Sagrado Coração de Jesus. Sobre isso, foi registrado que:

As festividades de Independência tiveram início hoje com o hasteamento do Pavilhão Nacional feito pelo Governador Alberto Silva, no pátio interno do Palácio de Karnak. Todo o dispositivo para o desfile estará pronto às 8 horas, quando será passado em revista pelo Governador Alberto Silva e o Comandante da Guarnição Federal, Coronel Alair de Almeida Pitta, em carro aberto ao longo da Avenida Frei Serafim após o que será iniciado oficialmente, a grande passeata cívica.³³⁵

A festa em comemoração à Independência do Brasil em Teresina era divulgada nos jornais, que convocavam todos os piauienses a se fazerem presentes e prestarem suas homenagens à nação.³³⁶ Aproximadamente 15 mil alunos compareceram à passeata realizada na Avenida Frei Serafim, o que significou um grande acontecimento. Durante os desfiles, os alunos eram aplaudidos pelas autoridades e demais cidadãos que lotavam aquela via pública.³³⁷

Cada colégio a desfilar representava um colorido a mais na paisagem festiva das ruas e avenidas, onde o povo se confundia com aplausos, cânticos e emoções de amor, patriotismo entre o farfalhar das milhares e milhares de bandeiras do Brasil e de todos os Estados a tremularem por todos os lados do panorama da festa da Independência.³³⁸

A participação de estudantes e a comparação com outras de outras localidades do país, assim como a inserção do Piauí no contexto das comemorações nacionais eram, em geral, registradas de forma entusiástica. Dentre as autoridades presentes no desfile, estava o governador Alberto Silva e o Comandante da Guarnição Federal de Teresina, o Coronel Alair

³³⁴TERESINA nas comemorações hoje da Independência. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.429, 7 set. 1971, p. 1.

³³⁵TERESINA nas comemorações hoje da Independência. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.429, 7 set. 1971, p. 1.

³³⁶TERESINA na festa da Independência. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.430, 9 set. 1971, p. 8.

³³⁷TERESINA na festa da Independência. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.430, 9 set. 1971, p. 8.

³³⁸TERESINA na festa da Independência. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.430, 9 set. 1971, p. 8.

de Almeida Pitta, que seguiram o desfile até as 12h30. Desfilaram ainda 13 estabelecimentos de ensino³³⁹ e quatro entidades de classes, além dos vaqueiros de José de Freitas, o Exército e a Polícia Militar, e outros grupos menores.³⁴⁰ O encerramento da solenidade foi feito com uma salva de canhões e buzinas de automóveis e com uma recepção no Palácio de Karnak para as autoridades convidadas, oferecida por Alberto Silva.³⁴¹

Portanto, é evidente a construção da relação entre escola e as noções de civismo e amor à pátria, visto que a educação constituía importante instrumento de consolidação de memórias em torno das comemorações da Independência do Brasil. Nota-se, a partir das medidas adotadas no governo de Alberto Silva, a continuidade de atuação do Piauí nas comemorações que aconteciam nacionalmente, bem como a participação de empresas e jornais na promoção desses eventos, através de homenagens e coberturas especiais relativos à Semana da Pátria.

4.2 As comemorações e as ressignificações da Batalha do Jenipapo durante o governo de Alberto Silva

Nos governos anteriores ao de Alberto Silva, o dia 13 de março e a Batalha do Jenipapo não estavam no centro das comemorações. As festas estavam voltadas para o dia 7 de Setembro. No entanto, a ênfase no estudo das comemorações durante o período correspondente ao primeiro governo de Alberto Silva (1971-1975) não ignora que elas ocorreram em governos anteriores.

O calendário de comemorações cívicas do país foi publicado na década de 1930, e deveria vigorar em todo o território brasileiro. Observa-se que no Piauí as datas comemorativas estavam ligadas, principalmente, à religiosidade, aos atos cívicos e políticos. As comemorações do período podem ser vistas no calendário a seguir:

DATA	EVENTO COMEMORADO
------	-------------------

³³⁹Participam dos desfiles as seguintes escolas: Colégio Estadual Zacarias de Góis, Colégio Helvídio Nunes, Colégio Álvaro Ferreira, Colégio Leão XIII, Colégio São Francisco de Sales, Colégio Estadual Lourival Lira Parente, Colégio Sagrado Coração de Jesus, Escola Técnica Federal do Piauí, Escola Normal Antonino Freire, Colégio Eurípides de Aguiar, Ginásio Popular de Teresina, Colégio Agrícola do Piauí. Além do Serviço Nacional do Comércio – SENAC, Associação dos Cegos do Piauí, MOBREAL, Escola de Enfermagem, Associação dos Doadores Voluntários de Sangue. Cf.: TERESINA na festa da Independência. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.430, 9 set. 1971, p. 8.

³⁴⁰TERESINA nas comemorações hoje da Independência. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.429, 7 set. 1971, p. 1.

³⁴¹TERESINA nas comemorações hoje da Independência. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.429, 7 set. 1971, p. 1.

24 de janeiro	Feriado no Piauí – Adesão de Oeiras a Independência
13 de março	Dia da Batalha do Jenipapo
21 de abril	Tiradentes
13 de maio	Abolição da escravatura
13 de junho	Dia de Santo Antônio
14 de julho	Queda da Bastilha
28 de julho	Feriado federal
15 de agosto	Feriado federal
4 de setembro	Dia da juventude
7 de setembro	Independência do Brasil
21 de setembro	Dia da árvore
12 de outubro	Dia da Raça, Dia da descoberta da América
2 de novembro	Finados
15 de novembro	Proclamação da República
16 de novembro	Feriado no Pará, Ceará e Piauí. 342

Ainda que a Batalha do Jenipapo já fosse reconhecida como acontecimento importante, como data cívica para o Estado do Piauí, constata-se que as comemorações do evento só ganharam visibilidade a partir do primeiro governo de Alberto Silva. Os jornais que circulavam na época e as políticas culturais em torno desse acontecimento evidenciam a construção de um novo olhar e um novo desenho político que se desejava instituir durante sua gestão.

É necessário ressaltar que a importância conferida à Batalha do Jenipapo não foi uma criação do governador Alberto Silva, uma vez que esse episódio já havia sido abordado por outros políticos, inclusive ganhou repercussão em alguns momentos. Francisco Vieira de Sousa Júnior³⁴³ realizou a análise do modo como a Batalha do Jenipapo foi valorizada na cidade de Campo Maior e como os intelectuais da cidade, como Octacílio Eulálio,³⁴⁴ Marion Saraiva (Maria de Jesus Saraiva Monteiro)³⁴⁵ e Irmão Turuka (Antônio Andrade Filho),³⁴⁶ todos campo-

³⁴²MELO, 2010, p. 231-232.

³⁴³SOUSA JÚNIOR, Francisco Vieira de. *Das lutas pela memória: a reinvenção da Batalha do Jenipapo na década de 1970*. 2010. 77 f. Monografia (Curso de Licenciatura plena em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

³⁴⁴Octacílio Eulálio nasceu em Campo Maior (PI), em 21 de junho de 1914. Jornalista, poeta, escritor e comerciante. Fundador e editor do jornal *O Estímulo*. Mantinha colunas noticiosas nos jornais *A Luta* e *O Tombador*, que circulavam em Campo Maior. Colaborava também com o *Almanaque da Parnaíba* e em jornais de Teresina.

³⁴⁵Maria de Jesus Saraiva Monteiro (Marion Saraiva) nasceu em Campo Maior (PI), em 7 de dezembro de 1902. Foi historiadora, poetisa, pesquisadora, pintora, contista e professora.

³⁴⁶Antônio Andrade Filho (Irmão Turuka) nasceu em Campo Maior (PI) em 26 de janeiro de 1924. Foi comerciante, contista, memorialista e cronista, “contador de causos” e jornalista.

maiores, contribuíram para realçar a Batalha do Jenipapo em Campo Maior através do jornal *A Luta*.³⁴⁷

O autor esclarece as articulações entre os intelectuais campo-maiorenses e o discurso desenvolvimentista de Alberto Silva, e que essas restrições estavam apoiadas na ideia de construção de uma memória e de uma identidade social para o campo-maiorense, destacando que a iniciativa para a construção do Monumento aos Heróis da Batalha do Jenipapo partiu dos intelectuais de Campo Maior:³⁴⁸

Entretanto, em 1970, essa luta tomava novas dimensões, e apesar de ter sido iniciada com dificuldades, sem maiores aportes financeiros, acabou sendo apropriada pelo poder público, passando a fazer parte de um projeto inaudito, de incentivo e potencialização da cultura e do turismo no Piauí, forjado pelo então governador Alberto Tavares Silva.³⁴⁹

A Batalha do Jenipapo e a construção de um monumento em Campo Maior ganharam maior visibilidade na década de 1970, quando a luta iniciada por Irmão Turuka e Octacílio Eulálio recebeu maior visibilidade com o progressivo apoio da sociedade campo-maiorense e do poder público municipal e estadual.

Do esforço iniciado em Campo Maior, o projeto foi seguido e incorporado pelos gestores públicos municipais, que passaram a reivindicar com mais ímpeto junto ao governo do estado a construção do Monumento. Aos poucos a sociedade campo-maiorense tomava para si a defesa do desejado monumento como uma forma de “pagar uma dívida aos nossos antepassados”.³⁵⁰

É possível observar a valorização da Semana da Pátria e o incentivo às comemorações dos eventos ocorridos no território piauiense em mensagem de Alberto Silva:

PIAUIENSES, as comemorações da Independência que este ano realizamos, têm inegavelmente, um sentido especial, novo, que nós brasileiros ressaltamos com ufania. Com efeito, nossa Pátria se encontra no limiar de uma era que foi o ideal daqueles que lutaram ou morreram pela completa emancipação deste grande país. A independência política se respalda, atualmente, por uma autêntica arrancada para a afirmação soberana de nossa gente em todas as manifestações da vida nacional. [...] Proclamando essas verdades evidentes por si mesmas, como governador do Piauí, onde a Independência foi um episódio de que tanto nos orgulhamos, marcado com o sangue de nossos antepassados nos campos do Jenipapo, cumpre-me dirigir-me aos meus coestaduanos para apresentar-lhes minhas congratulações, nesta semana de justas alegrias e vibrações cívicas, que enchem a alma de todos os brasileiros.

³⁴⁷SOUSA JÚNIOR, 2010, p. 2.

³⁴⁸SOUSA JÚNIOR, 2010, p. 38.

³⁴⁹SOUSA JÚNIOR, 2010, p. 45.

³⁵⁰A expressão “pagar uma dívida aos nossos antepassados” é repetida por Alberto Silva quando se reportava à construção do Monumento Jenipapo em Campo Maior. Cf.: PIAUÍ resgatou dívida histórica. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 23, n. 4.958, 7 nov. 1973, p. 1.

ALBERTO TAVARES SILVA,
Governador do Piauí.³⁵¹

Alberto Silva ressalta que as comemorações daquele ano de 1971 tiveram um sentido diferente das demais, e para isso utiliza os termos especial e novo, provavelmente para estabelecer comparação com os anos anteriores e enaltecer os feitos de seu governo. Outro aspecto interessante do discurso acima é a exaltação do povo piauiense, a afirmação da importância para o país de uma batalha acontecida no Piauí, que custou o sangue do povo piauiense.

Assim, é perceptível que Alberto Silva tenta, através da construção de discursos oficiais, romper com os governos anteriores, visto que procura enaltecer a participação do Piauí nas lutas pela Independência do Brasil. A mensagem acima foi publicada em 2 de setembro, na Semana da Pátria, o que indica o estabelecimento da relação entre as comemorações nacionais e estaduais. O governador parte das comemorações ocorridas no Brasil para valorizar a data comemorativa local.

Essa articulação é importante, pois evidencia como o governador conseguiu reformatar as comemorações da Independência incluindo a participação do Piauí, que era apontado como o estado mais pobre do país, o que afetava a autoestima do piauiense. A afirmação de que o estado teve participação decisiva na história e na formação do Brasil, deveria despertar o orgulho nos piauienses.

José Murilo de Carvalho, em seus estudos sobre República, destaca que a legitimação de qualquer regime político recorre a um evento histórico relevante e à construção de uma versão oficial dos fatos, criando os heróis, mas não de forma inconsequente, visto que são planejados para suprir a necessidade de uma sociedade. Vê-se, nesse sentido, a articulação do Estado para relacionar as comemorações da Independência do Brasil com as lutas ocorridas no Piauí, conferindo, assim, caráter nacional e digno de reconhecimento ao estado.

Alberto Silva anunciou desde o ano inicial de seu governo preocupação com as atividades culturais, sem esquecer o compromisso de que fora eleito com o intuito de tirar o estado do anedotário nacional.³⁵² Com esse intuito deliberou a instituição de um concurso de

³⁵¹SILVA, Alberto Tavares. Alberto lembra na semana da pátria heróis do Jenipapo. *O Estado*, Teresina, ano 20, 2 set. 1971, p. 1.

³⁵²A luta contra o anedotário nacional presente nos discursos de Alberto Silva, foi traduzida também por A. Tito Filho, que escreveu, explicou e lutou contra tal anedotário. Segundo A. Tito Filho, o Piauí foi alvo da imprensa carioca que ridicularizava tanto o Estado como seus filhos, seus poetas e sua história. Cf.: TITO FILHO, A. Velho Piauí. *O Dia*, Teresina, 04 jul. 1991. Disponível em: <<http://acervoatitofilho10.blogspot.com/2012/02/>>. Acesso em 20 de abril de 2018.

âmbito nacional, contemplando a escrita a respeito do papel do Piauí nas lutas pela Independência do Brasil. O concurso era uma iniciativa para inserir a história do Piauí na historiografia nacional. Ele informou sobre as políticas de intervenção do Estado na cultura piauiense:

Tomei algumas iniciativas que considero úteis ao Piauí: determinei à Secretaria de Educação que adote as providências que forem necessárias ao perfeito funcionamento da ‘Casa Anísio Brito’; deliberei constituir comissão para elaborar o plano editorial de obras valiosas, do passado e do presente; instituí concurso, de âmbito nacional, com prêmios bons, a respeito do papel desempenhado pelo Piauí, nas lutas da Independência do Brasil; resolvi oferecer sede, ainda que provisória, mas condigna, à Academia Piauiense de Letras, pois entendo que é dever do Governo ajudá-la. Essas iniciativas, e outras que pretendo tomar, não terão contrapartida senão para o Piauí, para o povo piauiense, para os intelectuais deste Estado.³⁵³

O governador aponta as iniciativas com vistas ao desenvolvimento cultural do estado, reforçando preocupação com essa área. Ele destaca que as atitudes adotadas visavam beneficiar o povo piauiense e os intelectuais, visto que considerava isso um dever do Estado. Outro aspecto importante de sua fala é a referência ao concurso com premiações para aqueles que escrevessem melhor sobre o papel do Piauí nas lutas pela Independência do Brasil, o que esclarece sua preocupação com esse evento histórico e indica sua estratégia para promover o sentimento de pertencimento e memória entre os cidadãos piauienses.

Na Semana da Pátria, Alberto Silva relembra os heróis do Jenipapo.³⁵⁴ Desde 1971, as comemorações da Independência foram revestidas de um sentido especial, novo, ufanista. Alberto Silva discursou sobre a pátria que, mostrada no limiar de uma era ideal, era sonhada por aqueles que lutaram e morreram pela independência, pela completa emancipação do país. Associando a independência política e soberania do povo, considerava que os brasileiros usufruíam de paz política com os ideais de um povo que quer trabalhar para crescer, que desfruta da construção de uma economia cada vez mais sólida, próspera e rica, que está contribuindo para a solução de muitos problemas nacionais. A política da Revolução de 1964 e o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, segundo Alberto Silva, representavam a consolidação das aspirações do povo de forma nunca ocorrida antes.

Alberto Silva também direcionou seu discurso para as lutas pela independência ocorridas no Piauí. Afirmou que, como piauiense, orgulhava-se muito do episódio da

³⁵³ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Alberto Tavares Silva em 1972*. Teresina, 1972, p. 11.

³⁵⁴SILVA, Alberto Tavares. Alberto lembra na semana da pátria heróis do Jenipapo. *O Estado*, Teresina, ano 20, 2 set. 1971, p. 1.

independência nomeado Batalha do Jenipapo. Parabenzou os piauienses pelas comemorações cívicas que enchiam a alma de todos os brasileiros. Seu discurso buscava envolver a todos em um sentimento comum de orgulho pela luta do Piauí na independência do Brasil.³⁵⁵

O governador revelou a intenção de erguer, em Campo Maior, um monumento em memória àqueles que lutaram e derramaram seu sangue em 13 de março de 1823:

‘Um monumento–museu que conte toda a história da bravura da gente piauiense que derramou seu sangue pela independência do Brasil’[...] que fizesse inserir na história do Brasil o episódio do Jenipapo como uma das mais belas páginas da nossa história.³⁵⁶

Assim, Alberto Silva atuava para a construção de um novo símbolo para o povo piauiense. A Batalha do Jenipapo passou a ser definida como o principal evento das lutas pela Independência, como veículo de memória e como vetor de uma nova identidade piauiense, construída através da intervenção do Estado.

O concurso de âmbito nacional sobre a participação do Piauí nas lutas pela Independência do Brasil foi instituído, com inscrições até 31 de dezembro de 1972. A comissão julgadora fora formada. Essa iniciativa visava inserir a história do Piauí na História do Brasil, rompendo com o que se considerava uma “conspiração de silêncio”.³⁵⁷

O Jornal *O Estado* em 7 de setembro de 1972 destaca nas celebrações o juramento da Independência feito pelo príncipe Dom Pedro: “Pelo meu sangue, pela minha honra, pelo meu Deus, juro fazer a liberdade do Brasil INDEPENDÊNCIA OU MORTE, seja a nossa divisa; o verde e o amarelo as cores nacionais”.³⁵⁸ Porém, reforça que, para a conquista da independência nacional, muitos bravos patrióticos de diferentes partes do território lutaram, derramaram seu sangue e tombaram por essa causa libertária.

Dentre os mártires que não morreram em vão, cita Tiradentes,³⁵⁹ representado como símbolo da coragem, do patriotismo e da dignidade cívica dos brasileiros.³⁶⁰ Na comemoração dos 150 anos da Independência do Brasil, os que lutaram por essa conquista são mostrados

³⁵⁵SILVA, Alberto Tavares. Alberto lembra na semana da pátria heróis do Jenipapo. *O Estado*, Teresina, ano 20, 2 set. 1971, p. 1.

³⁵⁶GOVERNO lança plano para incentivar a cultura piauiense. *O Estado*, Teresina, 19 jan. 1972, p. 8.

³⁵⁷ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Alberto Tavares Silva em 1 mar. 1972*. Teresina, 1972, p. 8.

³⁵⁸SALVE os 150 anos da independência. *O Estado*, Teresina, n. 33, 7 set. 1972, p. 3.

³⁵⁹MUITOS caíram pela independência. *O Estado*, Teresina, n. 3, 6 ago. 1972, p. 5.

³⁶⁰José Murilo de Carvalho discorre sobre a necessidade de construção de heróis a partir da figura de Tiradentes, que representava, na sociedade, o sentimento de participação em torno de um ideal de liberdade, assim como a luta pela independência do Brasil. Cf.: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 68.

como autores da grandeza do Brasil. E essa imagem de admiração e respeito permanece sob a égide da Revolução de março de 1964, que se apropriou desses valores nacionais. O presidente Médici afirmava que estava realizando um trabalho de construção da grandeza do Brasil.³⁶¹

Ao tratar das contribuições do Piauí nas lutas pela Independência do Brasil, o articulista afirma que o Piauí marcou presença com o sangue de seus filhos, que se irmanam nas comemorações sesquicentenárias. O governador Alberto Silva é descrito como realizador de um comando firme, que promove um esforço heroico para o engrandecimento da pátria brasileira.³⁶²

Os acontecimentos desencadeados no Piauí estavam em conformidade com medidas adotadas pelo governo federal, em âmbito nacional. O ano de 1972 ficou marcado por uma grande mobilização em torno do Sesquicentenário da Independência do Brasil. O Dia de Tiradentes, 21 de abril, comemorado nas principais capitais do país, no I Encontro Cívico Nacional, “com a reunião da população em praças públicas para ouvir o pronunciamento do Presidente, assistir o hasteamento da bandeira e cantar o Hino Nacional”,³⁶³ foi o primeiro ato de um calendário de festividades que encerrou no dia 7 de setembro. Durante todo o ano de 1972 houve grande investimento do governo militar na organização de várias festividades, como por exemplo, a emissão de moedas especiais em homenagem à independência.³⁶⁴ A esse respeito, Regina Horta Duarte afirma que:

Grandes empresas ocupavam páginas inteiras de jornais e revistas com mensagens otimistas e visões megalômanas de um futuro em gestação. Órgãos de imprensa dedicam número especial de conteúdo histórico. As comemorações assumiam o caráter de um grande movimento simbólico pelo qual se buscava assegurar e reassegurar, através do elogio de um evento histórico e seu protagonismo, o que deveria ser considerado – segundo o projeto de dominação então vitorioso – como um conjunto de elementos definidores da nação brasileira, em que predominavam imagens de existência de conflitos, de união de raças, de um potencial gigantesco a ser explorado. A moeda de um cruzeiro trazia interligados, em linhas onduladas contínuas e ascendentes, os números de 1822 e 1972, assim como as faces de Dom Pedro e do General Médici. Na coroa, um mapa do Brasil simultaneamente uno e integrado por linhas retas entre o centro e as extremidades. A associação entre

³⁶¹SALVE os 150 anos da independência. *O Estado*, Teresina, n. 33, 7 set. 1972, p. 3.

³⁶²SALVE os 150 anos da independência. *O Estado*, Teresina, n. 33, 7 set. 1972, p. 3.

³⁶³CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consensos e consentimentos* (1972). Disponível em: <http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212369325_ARQUIVO_textoanpuh.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2018.

³⁶⁴CÉDULA da independência vai ter emissão limitada. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 21, n. 3.575, 7 mar. 1972, p. 3.

Médici e Dom Pedro I reforçava a ideia de heróis atuantes numa linearidade de tempo, na concretização de um Brasil verdadeiro, original.³⁶⁵

Recorrer à figura de D. Pedro I significava para o Regime Militar buscar legitimidade para si em um dos mitos da história do Brasil, símbolo da integração nacional, da unificação do país e da independência política. As festividades do Sesquicentenário representaram um lugar de intensa manipulação do imaginário social que, como aponta José Murilo e Carvalho Tornase [...] “particularmente importante em momento de mudança política e social, e momentos de redefinição de identidades coletivas”.³⁶⁶

Outro fato importante foi o traslado dos restos mortais de D. Pedro I para o Museu do Ipiranga, que resultou de um acordo firmado entre os governos do Brasil e Portugal, países presididos por militares. Assim, o corpo do Imperador Dom Pedro I foi conduzido ao Brasil por uma esquadra composta por navios de guerra brasileiros (Paraná, Pernambuco e Santa Catarina) e portugueses (Gago Coutinho, Sacadura e João Belo), além do navio Funchal, que trouxe o presidente português Américo Thomaz, na ocasião, chefe da delegação portuguesa constituída por Ministros de Estado. Em 22 de abril os restos mortais de D. Pedro, que outrora descansavam no Mosteiro dos Jerônimos, em Lisboa, aportaram no Rio de Janeiro.³⁶⁷

A figura 24 é um convite à visita aos restos mortais de Dom Pedro, ressaltando a importância que ele teve para a independência do Brasil. A visita é uma das atividades programadas para as comemorações do sesquicentenário.

³⁶⁵DUARTE, Regina Horta. Imagens do Brasil: cinema nacional e o tema da independência. *Revista de História Lócus*, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 99-115, 2000.

³⁶⁶CARVALHO, 1990, p. 11

³⁶⁷CORPO de D. Pedro I chega dia 10 ao Rio. *O Dia*, Teresina, 3 abr. 1972, p. 1.



Figura 24: Propaganda em homenagem ao sesquicentenário da Independência. Fonte: 150 ANOS depois, Dom Pedro (...). *O Dia*, Teresina, 8 jul. 1972, p. 7.

Portanto, o intuito do governo de Médici fica claro: ressignificar a independência brasileira, aproximando-a da experiência do Golpe de 1964. Sobre isso, Carlos Fico acrescenta que:

Em 7 de setembro de 1972, a ditadura militar tomou conta das principais comemorações do período: o Sesquicentenário da Independência do Brasil. As festas tiveram caráter oficial e algo sombrio: o General Médici presidiu um desfile na Avenida Paulista, vendedores ambulantes ofereciam monóculos com a fotografia de Dom Pedro I e o principal ato simbólico da comemoração foi a lúgubre cerimônia de traslado de parte do corpo do imperador (o coração ficou em Portugal) para a capela do Monumento do Ipiranga depois de os despojos mortais terem peregrinado por todo o país.³⁶⁸

A passagem dos 150 anos da independência brasileira serviu aos militares para reforçar o imaginário de que a ditadura aqui instaurada constituía avanço para o Brasil rumo a uma nova independência, dessa vez no cenário mundial, bem como o desenvolvimento econômico do país do futuro, possível somente com a eliminação do comunismo e das manifestações subversivas, dentre outros problemas que deveriam ser combatidos pelos militares com o apoio da sociedade brasileira.

Fez parte das comemorações pela passagem do 150º aniversário da Independência do Brasil a realização do torneio de futebol Taça da Independência, realizada entre os meses de

³⁶⁸FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004. p. 29.

junho e julho de 1972. O campeonato reuniu as seleções da Argentina, Uruguai, Tchecoslováquia, Rússia, Portugal e Brasil. A final do campeonato ficou entre Portugal e o Brasil, que saiu vitorioso.

Os jornais piauienses mostraram fortemente o universo político de 1972. Vários anúncios reforçavam a tese de que durante a década de 1970 o governo investiu fortemente no golpe militar como um ato de independência nacional. Isso ocorria porque o golpe completava oito anos em 1972, portanto, o 31 de março de 1964 passou a ser representado como uma segunda independência, que rompeu com as velhas estruturas político-administrativas, através das políticas de integração nacional e melhoria das condições de vida, que tirariam do Brasil as características de terceiro mundo. Os periódicos piauienses também divulgavam essas ideias veiculadas na imprensa nacional, como é possível observar em matéria do Jornal *O Dia* de 31 de março de 1972:

Brasil nação independente. Quando a nossa pátria encontrava-se no caos, a beira do abismo, como dizia o Marechal Humberto Castelo Branco, veio a ação para independência econômica do Brasil. Era a Revolução cívica, de 31 de março de 1964 em marcha. Pela transcorrência do seu aniversário. A. C. Oliveira Filho, presta a sua homenagem aos festejos da Revolução, pessoa do Presidente Garrastazu Médici.³⁶⁹

Nota-se a referência a um país livre e a conquista de liberdade sendo atribuída à “Revolução Cívica de 1964”. Proclama-se a independência econômica do Brasil. A figura 25 ilustra os discursos que objetivavam incluir todos os brasileiros nesse novo processo de independência nacional:

³⁶⁹BRASIL nação independente. *O Dia*, Teresina, 31 mar 1972, p. 8.



Figura 25: Propaganda da Independência do Brasil. Fonte: A INDEPENDÊNCIA do Brasil nas mãos de todos nós. *O Dia*, Teresina, 8 jul. 1972, p. 7.

Em homenagem aos Heróis da Independência do Brasil, realizada na Assembleia Legislativa do Piauí em 1973, reforçou-se a ideia de que o Golpe de 1964 era a nova independência do Brasil. Essa afirmação aparece no discurso do Deputado Ribeiro Magalhães, onde é possível observar a apropriação simbólica da Independência Nacional pelo governo militar e a reivindicação da valorização da história da Batalha do Jenipapo:

O parlamentar destacou os heróis responsáveis por nossa Independência, notadamente a figura de Tiradentes, de quem os brasileiros todos tiraram lições de coragem e patriotismo. Salientou o Sr. Ribeiro Magalhães a importância da Batalha do Jenipapo, o único movimento sangrento por nossa libertação, fazendo votos para que, de agora em diante, a História da Pátria faça justiça aos piauienses e maranhenses que ali se sacrificaram pela nossa liberdade, abrindo suas páginas para registrar o grande feito. O Sr. Ribeiro Magalhães afirmou que o Brasil exerce, hoje, posição de liderança na América, sendo um caso a parte na história das grandes potências do mundo, em razão, principalmente, do papel desempenhado pela Revolução de 1964, que é responsável pelos maiores passos de nossa história política para a conquista da independência econômica, a fim de que o Brasil possa sentar-se ao lado das demais nações que comandam as civilizações das Américas e da Europa.³⁷⁰

Em seu discurso, o Deputado Ribeiro Magalhães comparou Tiradentes, líder da Inconfidência Mineira, sobre o qual houve, no início da década de 1970, um grande investimento simbólico por parte do governo militar, aos heróis da Batalha do Jenipapo e ao

³⁷⁰ASSEMBLEIA homenageia os heróis da Independência do Brasil. *O Estado*, Teresina, 6 set. 1973.

que chamou de Revolução de 1964. Para ele, esses são símbolos de independência do Brasil, os primeiros como mártires das lutas pela independência nacional nos séculos XVIII e XIX, e a Revolução de 1964 como evento determinante para o desenvolvimento econômico do Brasil e marco do que deveria ser uma nova Era para o país.

Há também no discurso de Ribeiro Magalhães o pedido de reconhecimento pela historiografia nacional da Batalha do Jenipapo como único movimento sangrento pela libertação do povo brasileiro. Dentre os potenciais históricos pertencentes ao Piauí, a Batalha do Jenipapo foi aquele em que mais se investiu para servir de ligação e de integração entre o Estado do Piauí e a nacionalidade brasileira.³⁷¹

Um artigo publicado no Jornal *O Estado* no dia 19 de outubro questiona a comemoração do Dia do Piauí, que ocorria sem que os piauienses conhecessem as razões para que esse dia fosse lembrado. Explica então que o Dia do Piauí é comemorado em 19 de outubro porque nessa data, em 1822, em Parnaíba, um grupo de piauienses valorosos aderiram ao grito da Independência do Príncipe Regente, Dom Pedro de Orleans e Bragança. Destaca a coragem dos piauienses, que vivendo em terras ainda pertencentes a Portugal, sem facilidade de comunicação com o Rio de Janeiro e com o regente, tomaram aquela resolução. São eles: João Cândido de Deus e Silva,³⁷² Coronel Simplício Dias da Silva,³⁷³ Capitão Domingos Dias da Silva,³⁷⁴ José Ferreira Meireles, Capitão Bernardo Antônio Saraiva, Ângelo Rosal, Bernardo Freitas Caldas e o Tenente Joaquim Timóteo.³⁷⁵ Mesmo sem saber se alguma província havia aderido à independência, fizeram a adesão no Piauí.³⁷⁶

³⁷¹HERÓIS da independência. *O Estado*, Teresina, n. 335, 19 out. de 1973, p. 3.

³⁷²João Cândido de Deus e Silva nasceu no Pará em 1787. Bacharel em direito. Magistrado, professor e político. Professor da Faculdade de Direito de São Paulo. Juiz de Fora de Campo Maior e Parnaíba. Desembargador da Relação no Maranhão. Deputado-geral pelo Pará, em duas legislaturas. Notabilizou-se pela sua ardente e patriótica contribuição a causa da Independência do país. Cf.: GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário histórico-biográfico piauiense 1718-1993*. Teresina: Gráfica e Editora Júnior, 1993. p. 249.

³⁷³Simplício Dias Silva nasceu em Parnaíba (PI) em 1773. Era um empresário e político. Tinha riqueza constituída em fazendas de gado, indústrias de carne seca (charqueada). Notabilizou-se por, juntamente com outros parnaibanos, proclamar a Independência em Parnaíba em 19 de outubro de 1922. Foi comandante do Regimento de Cavalaria Militar da cidade e comandante da Vila. Cf.: GONÇALVES, 1993, p. 257.

³⁷⁴Domingos Dias da Silva foi industrial e fazendeiro. Chegou à Vila da Parnaíba em 1768, vindo do Rio Grande do Sul com o objetivo de fixar residência e estabelecer sua indústria de carne prensada (charqueada). Cf.: GONÇALVES, 1993, p. 373.

³⁷⁵HERÓIS da independência. *O Estado*, Teresina, n. 335, 19 out. 1973, p. 3.

³⁷⁶Sobre a historiografia piauiense acerca da Batalha do Jenipapo, cf.: CHAVES, Monsenhor Joaquim. *O Piauí nas lutas da Independência do Brasil*. Teresina: FUNDAPI, 2006.; NUNES, Odilon. *Pesquisa para a História do Piauí*. Teresina: Artenova, 1975.; BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História da Independência no Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2006.; NEVES, Abdias. *A Guerra de Fidié*. Teresina: FUNDAPI, 2006.; BRITTO, Bugyja. *O Piauí e a Unidade Nacional*. Teresina: FUNDAPI, 2007.

Na imprensa, os esforços para a construção de uma memória piauiense são recorrentes e ela se reconstitui como um espaço de apoio do governo Alberto Silva. Ele se apropria, em diversos momentos, da imprensa como local de divulgação de seu governo. A esse respeito, Francisco Alcides Nascimento destaca que:

No início da década de 1970, Alberto Tavares e Silva, considerava que a imagem divulgada do Piauí e de sua capital, fora dos seus limites, era demolidora da alto-estima dos piauienses, portanto era necessário modificá-la, promovendo intervenções estruturantes, no espaço urbano de Teresina, uma vez que sua condição de capital administrativa a transformava em porta de entrada, cartão de visita para os futuros empreendedores e turistas.³⁷⁷

A visibilidade positiva que Alberto Silva recebeu da imprensa piauiense fica evidenciada em toda a pesquisa, pois percebe-se uma mudança de olhar principalmente para Teresina, demonstrada pela repercussão das obras realizadas. A ressignificação da Batalha do Jenipapo é um exemplo da forma como a imprensa era um veículo utilizado pelo governo, uma vez que foi através dela que Alberto Silva divulgou suas políticas culturais, inclusive aquelas que enalteciam a Batalha do Jenipapo. A imprensa incitava cada piauiense a se sentir parte da história do Estado, como esclarece o trecho a seguir:

Seguindo a predestinação desta lei de que muitos morrem para que outros possam viver pela liberdade, hoje podemos formular tranquilos e felizes, as nossas homenagens aos irmãos mortos que ensanguentados com sua vida a terra bendita da pátria livre, experimentando a certeza de que o seu exemplo de coragem ficou, seu gesto de amor à terra brasileira continua vivo em cada coração piauiense, que, neste 19 de outubro de 1973, evoca com reverência, a memória dos heróis da independência.³⁷⁸

A preocupação do governo em enfatizar o dia 13 de março como data símbolo da luta de Independência no Piauí foi incorporada na matéria acima sobre o dia 19 de outubro. Entretanto, aquela data não foi marcada por mortes e por lutas, mas sim o acontecimento de Campo Maior, a Batalha do Jenipapo.

Em 1975, no seu último ano de mandato, Alberto Silva divulgou que recriara o entusiasmo cívico das comemorações alusivas ao Dia do Piauí. Ressaltou o 19 de outubro e a homenagem prestada àqueles que há 152 anos, desarmados, proclamaram a independência do

Consideram-se esses livros como leituras essenciais da tradicional historiografia piauiense referente à Batalha. Considera-se, também, que o ponto comum a essas leituras é o sentimento nacionalista que perpassa os autores, no sentido de que todos retratam a batalha como um movimento que enaltece o Estado do Piauí. Parte dessas obras foi escrita na década de 1970, período de grande campanha estadual para construção de uma história que valorizasse o Piauí.

³⁷⁷NASCIMENTO, Francisco Alcides. Imprensa e imagens: a construção de representações do Piauí e de Teresina através de jornais diários na década de 1970. *Revista de Pesquisa Histórica Clio*, Recife, n. 28.1, p. 1-26, 2010. p. 16.

³⁷⁸HERÓIS da independência. *O Estado*, Teresina, n. 335, 19 out. 1973, p. 3.

Piauí, declarando que o Brasil estava separado da Coroa portuguesa. O Governador tratou também da adesão de Oeiras, em 24 de janeiro, evento que definiu como uma projeção da alma parnaibana. Considerou também ser impossível esquecer o selo sangrento da Batalha do Jenipapo. Alberto Silva enfatizou a Batalha do Jenipapo ao afirmar que, se a terra de Simplício Dias teve a iniciativa, e Oeiras foi contagiada com o entusiasmo, Campo Maior, sem medo, corroborou a obra daqueles lutadores.³⁷⁹

Através dos jornais é possível acompanhar a invenção de uma tradição: a de comemorar a Batalha do Jenipapo, e lhe atribuir novos significados durante o governo de Alberto Silva, quando passa a ser vista como uma tradição. Entende-se que as tradições são construídas e perpetuadas na sociedade com o fim de instigar e fazer refletir o comportamento social diante dos acontecimentos, constituindo modos de guardar a história de cada povo.³⁸⁰ Eric Hobsbawm e Terence Ranger destacam que “muitas vezes, tradições que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas”.³⁸¹ Acrescentam:

Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. [...] Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições ‘inventadas’ caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial.³⁸²

Entende-se que Alberto Silva inventou uma tradição ao realçar a Batalha do Jenipapo na década de 1970 com a finalidade de construir esse dia como digno de ser rememorado e comemorado pelos piauienses. Assim, em conformidade com Hobsbawm e Ranger, considera-se que a tradição inventada foi incorporada às características da sociedade piauiense. Os autores esclarecem que:

O termo ‘tradição inventada’ é utilizado num sentido amplo mas nunca indefinido. Inclui tanto as ‘tradições’ realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabelecem com enorme rapidez.³⁸³

³⁷⁹SILVA, Alberto Tavares. Aos piauienses. *O Dia*, Teresina, ano 23, n. 4037, 19 out. 1974, p. 1.

³⁸⁰HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

³⁸¹HOBSBAWM; RANGER, 1997, p. 9.

³⁸²HOBSBAWM; RANGER, 1997, p. 10.

³⁸³HOBSBAWM; RANGER, 1997, p. 9.

Essa tradição, portanto, foi criada no âmbito político e foi gradualmente incorporada como valor a ser exaltado na sociedade. A tradição de rememoração da Batalha do Jenipapo, todos os anos, em 13 de março, foi institucionalizada e é lembrada como data cívica digna de comemoração e exaltação por todo o Piauí, conforme desejava o governador em 1973, ao discursar na solenidade de inauguração do Monumento construído em Campo Maior em homenagem aos heróis que lutaram na Batalha do Jenipapo:

Nesta data e neste lugar, o Governo e o povo do Piauí iniciam o resgate de dívida histórica, contraída no dia 13 de março de 1823, quando aqui lutaram e morreram piauienses e cearenses empenhados na derrota das tropas portuguesas, comandados pelo brigadeiro Fidié. A batalha que aqui se travou há 150 anos não foi atribuída, até hoje, a verdadeira importância que possui em relação à independência do Brasil, que não assumiu, no Piauí, o caráter de mera adesão, mas de proclamação como consequência lógica de um processo de conspiração, de organização e de luta visando a separação política de nosso país da coroa portuguesa. Foi penosa, em terras piauienses, a ação libertária dos nossos antepassados, cuja memória hoje reverenciamos.

Os independentes enfrentaram aqui, nestes campos, nesta terra piauiense, a artilharia, a cavalaria e a experiência de Fidié armados de espingardas, garruchas, facas e punhais. O corpo a corpo foi violentíssimo, sob o sol escaldante daquele 13 de março de 1823.³⁸⁴

Nota-se que Alberto Silva considerava a construção do Monumento como uma maneira de saldar a dívida história com aqueles que lutaram pela independência do Brasil em território piauiense. O governador considerou aquele momento como o ápice da luta, quando morreram piauienses e cearenses empenhados na derrota das tropas portuguesas comandadas por Fidié, garantindo a independência e a unidade nacional. Defendeu, também, que não foi atribuída a verdadeira importância à Batalha que se travou há 150 anos, visto que os combatentes não apenas aderiram aos levantes nacionais, mas proclamaram a independência em solo piauiense.

De acordo com Alberto Silva, não houve resistência no Sul do Brasil, diferentemente do que ocorreu no Norte, visto que a Metrópole esforçou-se para manter dominada essa parte da Colônia. A economia no início do século XIX estava em crise, pois as fontes de riqueza estavam desorganizadas. O gado representava uma grande contribuição do Piauí para a Coroa portuguesa e o Norte ainda concentrava dois terços da atividade útil do Brasil. Dom João VI designou Fidié para o comando das armas portuguesas no Piauí com recomendações para que mantivesse as terras asseguradas para Portugal.³⁸⁵

³⁸⁴SILVA, Alberto Tavares. A batalha do Jenipapo foi e é a batalha da unidade nacional. *O Estado*, Teresina, n. 347, 6 nov. 1973, p. 9.

³⁸⁵SILVA, Alberto Tavares. A batalha do Jenipapo foi e é a batalha da unidade nacional. *O Estado*, Teresina, n. 347, 6 nov. 1973, p. 9.

Lembrou ainda que a ação libertária em terras piauienses foi penosa, portanto, essa memória deveria ser reverenciada. Afirma que em 19 de outubro de 1822 a Vila de São João da Parnaíba proclamou a independência e um de seus comandantes foi Simplício Dias da Silva. Fidié, soldado de elite, seguiu de Oeiras para Parnaíba, para sufocar o movimento, levando uma tropa de mil soldados treinados e municados. Já os rebeldes de Parnaíba organizaram sua retirada para o Ceará, onde receberam orientação e auxílio para assim ampliarem o ato libertário daquela vila. Oeiras, em 24 de janeiro de 1823, aderiu à independência. Fidié, que ainda estava em Parnaíba quando soube da notícia da proclamação em Oeiras, logo marchou para a capital com o intuito de repetir o feito em Parnaíba, aniquilar o movimento de independência.³⁸⁶

No regresso a Oeiras, ainda em Piracuruca, o exército de Fidié foi hostilizado pelos rebeldes. Dentre eles não estavam apenas os homens de elite, mas sobretudo agricultores, comerciantes, criadores e vaqueiros. Entre avanços e recuos foram os libertários enfrentando a superioridade do inimigo até que, às margens do Jenipapo, a Batalha se travou, atingindo seu clímax com cinco horas de luta e de esforços desesperados. Alberto Silva afirma que naqueles campos, os independentes enfrentaram a cavalaria e a experiência de Fidié armados de espingardas, garruchas, facas e punhais. Sob o sol escaldante do dia 13 de março o corpo-a-corpo foi violentíssimo.³⁸⁷

Alberto Silva advoga que Fidié, “talvez vencedor”, exausto e sem condições de perseguir os rebeldes, não ficou imune à malícia e à astúcia de seus adversários que se apossaram de seus trens de guerra e o obrigaram, sob pressão, a seguir para o Estanhado,³⁸⁸ atravessar o rio Parnaíba e seguir para Caxias, onde depois de resistir tenazmente ao cerco que lhe fizeram, finalmente entregou-se à prisão. Para o governador foi nesses campos à margem do rio Jenipapo que “os nossos ancestrais lutando, sofrendo e morrendo decretaram e selaram definitivamente a derrota das armas e das ambições portuguesas em relação ao Norte do Brasil”.³⁸⁹ Assim, o Piauí, o Brasil, os piauienses e os brasileiros têm sobradas razões para homenagear com o monumento-museu, “os nossos conterrâneos, os nossos patrícios que aqui se sacrificaram em defesa da integridade da pátria, neste belo cenário de Campo Maior”.³⁹⁰

³⁸⁶SILVA, Alberto Tavares. A batalha do Jenipapo foi e é a batalha da unidade nacional. *O Estado*, Teresina, n. 347, 6 nov. 1973, p. 9.

³⁸⁷SILVA, Alberto Tavares. A batalha do Jenipapo foi e é a batalha da unidade nacional. *O Estado*, Teresina, n. 347, 6 nov. 1973, p. 9.

³⁸⁸Estanhado é atual cidade do União (PI).

³⁸⁹SILVA, Alberto Tavares. A batalha do Jenipapo foi e é a batalha da unidade nacional. *O Estado*, Teresina, n. 347, 6 nov. 1973, p. 9.

³⁹⁰SILVA, Alberto Tavares. A batalha do Jenipapo foi e é a batalha da unidade nacional. *O Estado*, Teresina, n. 347, 6 nov. 1973, p. 9.

Para Alberto Silva, a história do Brasil precisava ser revista para que nela fosse inserida essa página de heroísmo, de dedicação e de ideal libertário. Ele realçou o esforço de seu governo no sentido de resgatar a história piauiense e que o monumento-museu, mesmo incompleto, visava perpetuar a memória daqueles que lutaram e morreram na Batalha do Jenipapo, contribuindo através de documentos históricos, de peças e troféus, para que os pesquisadores e os historiadores procedessem à grande revisão que faria justiça aos que morreram no Piauí.³⁹¹

O governador considerou suas ações como o início do resgate de uma dívida histórica, de mais de 150 anos e conclamou os piauienses, sobretudo os intelectuais, para a cruzada da justiça em relação aos heróis da independência.³⁹² Ao utilizar símbolos acionados em seu governo através da rememoração da Batalha do Jenipapo, Alberto Silva procurou inculcar no imaginário piauiense uma memória coletiva³⁹³ para a construção de uma nova identidade para o piauiense, forjando lembranças impessoais a ser mantidas em favor dos interesses de um grupo.

Maurice Halbwachs, ao estudar a memória histórica, considera que existem duas maneiras para que as lembranças se agrupem em torno de um indivíduo e de seu ponto de vista: pelas memórias individuais e pelas memórias coletivas. Partindo do pressuposto de que as memórias individuais podem apoiar-se nas lembranças coletivas para se manterem e podem confundir-se com memórias coletivas, mesmo que momentaneamente, é possível analisar a construção da memória coletiva que envolve memórias individuais, porém não se confunde com elas. Agrupadas em um conjunto, deixam de ser uma forma de consciência pessoal, passam assim a fazer parte da coletividade. Ao evocar o passado, pode-se distribuí-lo segundo a divisão do tempo coletivo, isto é, relacionar as lembranças pessoais vividas aos acontecimentos nacionais e mundiais. A memória coletiva teria papel secundário se não tivesse matéria, se não se apoiasse em séries de datas ou listas de fatos históricos,³⁹⁴ e é justamente nesse sentido que se defende que Alberto Silva favoreceu em seu governo a política das comemorações de datas cívicas e de prestação de homenagens a figuras do passado que interferem no imaginário piauiense.

³⁹¹QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita; RODRIGUES, Maristella Muniz. Inventando as tradições: as comemorações da Batalha do Jenipapo durante o governo de Alberto Silva (1971-1975). In: NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; SILVA, Rodrigo Caetano; SILVA, Ronyere Ferreira da (Org.). *História e Política: problemas e abordagens nos contextos brasileiros*. Teresina: EDUFPI, 2016. p. 127-146.

³⁹²SILVA, Alberto Tavares. A batalha do Jenipapo foi e é a batalha da unidade nacional. *O Estado*, Teresina, n. 347, 6 nov. 1973, p. 9.

³⁹³HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

³⁹⁴HALBWACHS, 1990.

4.3 Monumento em memória aos heróis da Batalha do Jenipapo

Durante os anos de 1971 e 1972 a construção do Monumento aos Heróis do Jenipapo ganhou um progressivo apoio na imprensa de Teresina. Os programas de turismo e de incentivo à cultura começavam a ser colocados em prática e a valorização da Batalha do Jenipapo, tanto no nível local, quanto nacional, passou a ser reivindicada com mais frequência. Nesse momento, apareceram fora de Campo Maior as primeiras manifestações de apoio e reivindicação pela construção de um monumento no campo do Jenipapo:

A contribuição que os combatentes da Batalha do Jenipapo deram à História da Pátria é qualquer coisa de impressionante. [...] Por que não fazê-lo sentir em toda a sua dimensão e importância em todo o Brasil? O Governo do estado tem obrigação de contribuir para o culto à memória dos nossos heróis, divulgando-lhes os feitos históricos e ensinando o povo amá-los e respeitá-los. Somos um estado até bem pouco tempo esquecido neste País. Hoje chamamos atenção por que queremos sair da estagnação e do subdesenvolvimento. Houvéssemos, antes, dado presença no cenário nacional com o grande legado que nos deixaram os nossos bravos combatentes do Jenipapo, por certo o Brasil já teria tido ciência de que existimos e também somos grandes pelos feitos dos nossos irmãos. O Governo do Piauí, em nome do civismo e da memória dos mártires da Independência brasileira, está na obrigação de cultuar-lhes a memória. [...] Queremos um marco, à altura do notável feito, no local onde o grande combate se realizou, e muitos morreram molhando a terra generosa de Campo Maior com o sangue de verdadeiros heróis.³⁹⁵

A reivindicação pela construção do Monumento do Jenipapo estava baseada na ideia de criar um destaque para o Piauí como um estado que estava emergindo, que tentava sair da estagnação e do subdesenvolvimento. Dar visibilidade aos heróis do Jenipapo significava construir uma narrativa de inclusão do Piauí na História nacional. Em meio ao clima de patriotismo em que estava imerso o Brasil no início da década de 1970, a valorização e a busca de novos mitos fundadores da nacionalidade e do orgulho de ser piauiense assumem grande dimensão.

As comemorações do sesquicentenário da independência brasileira, em 1972, reverberaram em todo Piauí.³⁹⁶ Vários eventos fizeram parte do calendário festivo iniciado com o Dia de Tiradentes, 21 de abril, prolongando-se até o ano seguinte. A vinda à Teresina dos despojos de D. Pedro I foi anunciada por Alberto Silva. Os restos mortais de D. Pedro I deveriam chegar no dia 11 de julho e permaneceriam expostos à visita do público até o dia

³⁹⁵MARCO para heróis. *O Dia*, Teresina, 16-17 maio 1971, p. 3.

³⁹⁶TIRADENTES abre Sesquicentenário. *O Dia*, Teresina, 21 abr. 1972, p. 1.

13 de julho, quando rumariam para o Maranhão. Na ocasião, o Governador também aproveitou para comunicar que seriam construídos, até o início de 1973, três marcos comemorativos nos locais em que se travaram os principais eventos da Independência em solo piauiense: Campo Maior, Oeiras e Parnaíba. A ideia do governador era concluir todos esses monumentos até o início de 1973, quando se fecharia o ano do sesquicentenário.

A chegada ao Piauí do Fogo Simbólico da Pátria,³⁹⁷ em 5 de junho de 1972, foi mais um evento que compôs o calendário cívico do Estado para o ano do sesquicentenário. Conduzido por atletas da cidade de União (PI), o Fogo Simbólico chegou a Teresina e foi acompanhado por estudantes e autoridades. Na Praça Floriano Peixoto, onde foi armado um palanque, a tocha foi recebida com uma salva de canhões e palmas dos que assistiam à solenidade. Posteriormente, o Governador em exercício, Sebastião Leal, acendeu uma pira com a chama simbólica. Várias entidades de classes teresinenses participaram da vigília ao Fogo Simbólico. A chama ainda percorreu as principais cidades do Piauí, sempre conduzida por atletas recrutados em cada uma dessas cidades que receberam a tocha.³⁹⁸

Outro evento histórico comemorado pelos piauienses, ainda em junho de 1972, foi o aniversário da Batalha do Riachuelo, ocorrida na Guerra do Paraguai. A festa foi organizada pela Capitania dos Portos do Piauí, sediada em Parnaíba, e contou com a presença das principais autoridades do estado e dos cidadãos em geral.³⁹⁹

Durante todo o ano de 1972, as obras em homenagem às lutas pela independência do Piauí foram comentadas e esperadas. A promessa era de que ficariam prontas ainda no ano do sesquicentenário. Porém, múltiplos problemas ocasionaram o atraso na execução das obras. De acordo com a programação feita pelo Governo do Estado, em Oeiras, um obelisco deveria ser inaugurado em 24 de janeiro de 1973, o que não aconteceu.⁴⁰⁰

No lançamento do plano de incentivo à cultura piauiense, o governador Alberto Silva se pronunciou abordando a criação do Monumento Museu em Campo Maior, no cemitério dos heróis da Batalha do Jenipapo, propondo, dessa maneira, a relembração do episódio de civismo no Estado:

Antes de encerrar a solenidade, o governador Alberto Silva levantou-se e revelou que no dia 13 de março próximo – 151 anos após a batalha em que o povo de Campo Maior enfrentou em batalha campal as tropas portuguesas do

³⁹⁷FOGO simbólico chega no dia 5. *O Dia*, Teresina, 9 maio 1972, p. 1.

³⁹⁸VIGÍLIA cívica de entidades ao Fogo. *O Dia*, Teresina, 6 jun. 1972, p. 1.

³⁹⁹PIAUI comemora a Batalha do Riachuelo. *O Dia*, Teresina, 11 jun. 1972, p. 1.

⁴⁰⁰Apesar de o Secretário Murilo Resende continuar afirmando que a obra seria concluída em tempo útil, não fosse a ação da Prefeitura de Oeiras em conjunto com o Instituto Histórico, a data da Proclamação de Oeiras não teria sequer sido comemorada. Cf.: JENIPAPO. *Jornal do Piauí*, Teresina, 2 mar. 1973, p. 5.

major Fidié – será inaugurado no cemitério dos heróis do combate nas margens do rio Jenipapo, um monumento em memória dos que perderam a vida naquele momento distante. O Governador disse desejar um monumento-museu que conte toda a história da bravura da gente piauiense que derramou seu sangue pela Independência do Brasil. Disse, então, ter pedido ao ministro da Educação que fizesse inserir na história do Brasil o episódio do Jenipapo e que o fato fosse registrado como umas das mais belas páginas de nossa História.⁴⁰¹

O texto acima anuncia um dos principais interesses de Alberto Silva, que era o da construção de símbolos para a sociedade a partir do poder do Estado, no caso, a construção do Monumento Museu dos Heróis do Jenipapo. O governador expressou sua preocupação com a história do povo piauiense nesse empreendimento, com o objetivo de deixá-lo preso à memória dos habitantes do Piauí, bem como conferir visibilidade nacional à construção.

A Batalha do Jenipapo passou a constituir objeto das festividades cívicas piauienses, ocupando cada vez mais espaços nas solenidades públicas. Essas expressões de política cultural são recorrentes ao longo do ano, como pode ser visto no trecho a seguir, que se refere à comemoração feita em Campo Maior:

Mais adiante, proclamou o governador Alberto Silva que a Batalha do Jenipapo foi e é a Batalha da Unidade Nacional, dia porque os piauienses e os brasileiros todos têm sobradas razões para homenagear, com um monumento-museu os que se sacrificaram em defesa da integridade da pátria. Continuou o governador Alberto Silva o seu discurso conclamando os piauienses para a cruzada da justiça em relação aos heróis do Jenipapo, a fim de que seja inserida na História do Brasil a página de heroísmo, de dedicação e de ideal libertatório, escrita com sangue dos nossos conterrâneos, às margens do Jenipapo.⁴⁰²

A notícia acima diz respeito à inauguração parcial do monumento em homenagem à Batalha do Jenipapo em Campo Maior no dia 6 de novembro de 1972, um pleito à memória daqueles que tombaram pela independência do Brasil em terras piauienses. A comemoração contou com a presença de muitas autoridades e coincidiu com o final do treinamento das tropas da 10ª Região Militar, sob o comando do General Tácito Theófilo Gaspar de Oliveira.⁴⁰³ Estava presente também o Comandante do IV Exército, General Valter de Menezes Paes. A solenidade teve início com o hasteamento dos pavilhões do Brasil, do Piauí e do Comando Militar,

⁴⁰¹GOVERNO lança plano para incentivar a cultura piauiense. *O Estado*, Teresina, 19 jan. 1972, p. 8.

⁴⁰²RESGATE de dívida do Piauí. *O Dia*, Teresina, n. 3.760, 7 nov. 1972, p. 1.

⁴⁰³O General Tácito Theófilo Gaspar de Oliveira leu a ordem do dia e lembrou os principais episódios da Batalha do Jenipapo. O comandante da 10ª RM lembrou a bravura e a lealdade dos combatentes piauienses, cearenses e maranhenses, que lutaram na Batalha do Jenipapo, afirmando que eles souberam velar pela liberdade pátria. Afirmou a importância dos acontecimentos de há 150 anos, lembrados diante do cemitério e celebrados pelo Monumento que Alberto Silva, com espírito cívico e ardor patriótico, mandou erigir em benefício da memória daqueles que tombaram no cumprimento do dever. Cf.: RESGATE de dívida do Piauí. *O Dia*, Teresina, n. 3.760, 7 nov. 1972, p.1.

seguindo-se o descerramento das placas comemorativas. Realizou-se também a bênção do monumento por Monsenhor Joaquim Chaves, que fez uma oração alusiva à Batalha.⁴⁰⁴



Figura 26: Padre Monsenhor Chaves e encenação da peça sobre a Batalha do Jenipapo. Fonte: JENIPAPO, uma dívida histórica. *O Dia*, Teresina, 7 nov. 1972, n. 3.760, p. 1.

O ápice da solenidade foi a apresentação cênica da batalha pelos alunos das escolas oficiais de Campo Maior, retratada na figura a seguir:



Figura 27: A encenação da peça sobre a Batalha do Jenipapo. Fonte: JENIPAPO, uma dívida histórica. *O Dia*, Teresina 7 nov. 1972, n. 3.760, p. 1.

⁴⁰⁴RESGATE de dívida do Piauí. *O Dia*, Teresina, n. 3.760, 7 nov. 1972, p.1.

Alberto Silva definiu a Batalha do Jenipapo como a Batalha da Unidade Nacional, proclamando que todos os piauienses e brasileiros tinham razões para homenagear com um monumento-museu aqueles que lutaram pela independência do País. Fez referência a um trecho da conferência proferida pelo presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, em que o general declarou haver no cemitério do Jenipapo mais brasileiros sepultados do que no cemitério de Pistoia, na Itália. Alberto Silva propôs uma cruzada de justiça em relação aos heróis da Batalha do Jenipapo, para que essa parte da história fosse inserida na História do Brasil como página de heroísmo e dedicação escrita com o sangue dos piauienses.⁴⁰⁵



Figura 28: Cemitério dos heróis do Jenipapo. Fonte: DIAS, Cid Castro. *Engenharia Piauiense*. Teresina: SIEARTP, 2017. p. 123.

Quanto ao Monumento aos Heróis do Jenipapo, a inauguração prevista para 13 de março de 1973, com a presença do Presidente Emílio Garrastazu Médici, conforme havia prometido Alberto Silva, não ocorreu. Mas o Governador compareceu às comemorações o 13 de março em Campo Maior e adiou a inauguração do monumento para o dia 19 de outubro de 1973.⁴⁰⁶ Essa data, entretanto, seria remarçada⁴⁰⁷. Não obstante a demora, Alberto Silva lançou a pedra fundamental do Monumento do Jenipapo, em 31 de março de 1973. De todas as obras prometidas, apenas o obelisco de Parnaíba foi construído antes do fim do ano do sesquicentenário, embora com um atraso de dois dias da data marcada.

⁴⁰⁵RESGATE de dívida do Piauí. *O Dia*, Teresina, n. 3.760, 7 nov. 1972, p. 1.

⁴⁰⁶JENIPAPO. *Jornal do Piauí*, Teresina, 2 mar. 1973, p. 5.

⁴⁰⁷ADIADA inauguração do Jenipapo. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 23, n. 4. 944, 18 out. 1973, p. 8.

As ações de Alberto Silva não eram recebidas apenas com aplausos, mas igualmente com críticas, pois nem toda a população concordava com a proposta do governo de construir um monumento aos heróis do Jenipapo, visto que isso implicava muitos gastos, como pode ser visto na matéria abaixo:

Já é da observação geral que o nosso ilustre governador faz administração de quero, posso e mando. Então, enquanto vai distribuindo graças aos seus íntimos privilegiados, o resto, inclusive a lei, o direito e a justiça são mandados às urtigas. Aí está o caso em debate um projeto na câmara municipal, em que o governo estadual, sob alegações que não encontram apoio em nenhum bom senso, pede ou exige um auxílio à Prefeitura Municipal do valor de 170,000,00 (cento e setenta mil cruzeiros) para a construção de um monumento sobre a batalha do Jenipapo, em Campo Maior que, como diz o ilustre secretário Murilo Resende, justificando a pretensão, que o governo quer a participação do Piauí inteiro nesse empreendimento cívico. Em um Estado, de municípios tão pobres, em que setenta e cinco deles não podem nem pagar a iluminação pública a querosene, como se exigir somas tão altas de cofres conhecidamente arrasados? Mas, o que o governo quer, ao que parece, é esvaziar a prefeitura, como está à vista, não só de dinheiro, mas também de obras, a fim de que ela entre na fila de obras de fachadas do governo. O povo já deve estar farto de fachas e fachadas. Os ilustres vereadores, que vêm repudiando o absurdo projeto, devem continuar no seu propósito patriótico de negar-lhe aprovação, como legítimos representantes do povo de Teresina, que os acompanha nesse movimento de liberdade contra a prepotência. Mas, vê-se que o governo ainda não desistiu de seu propósito de anulá-lo, desde a época que criou a prefeiturinha na Secretaria de Obras Públicas, cujas obras já realizadas ou apresentadas estão aí: a Avenida Frei Serafim, já às escuras, como dizem, e a Praça Rio Branco, que é apenas um bonito vestido para a noiva filha de Rei, e ainda esperando a terceira etapa!! Então, como se vê, o que o governo quer, exigindo dinheiro de Prefeituras de cofres raspados, não é a construção de um monumento à batalha do Jenipapo, mas uma jenipapada municipal.⁴⁰⁸

Essa matéria expressa uma crítica ferrenha à administração de Alberto Silva. O jornal reclama que mesmo com o Estado vivendo de maneira precária, o governador se propõe a construir um monumento de custos altos e ainda solicita ajuda às prefeituras. Segundo o texto acima, ser patriota nesse momento é apoiar os vereadores que votavam contra esse projeto, pois de acordo os opositores de Alberto Silva, dentre eles Petrônio Portella, esse empreendimento transferia verbas que poderiam ser gastas com as necessidades urgentes das prefeituras.

Para a conclusão das obras do Monumento do Jenipapo, o Governador Alberto Silva teve ainda que solicitar ajuda financeira ao prefeito Joel Ribeiro, que submeteu a proposta à Câmara de vereadores. Depois de debates acirrados e posicionamento refratário da oposição, através do vereador José Albuquerque, representante da bancada do MDB, a ajuda foi

⁴⁰⁸JENIPAPADA municipal. *Estado do Piauí*, Teresina, 28 de jun. 1973, p. 1.

concedida.⁴⁰⁹ O vereador e poeta campo-maiorense José Cunha Neto, veio a Teresina agradecer aos colegas legisladores pelo apoio concedido, em nome dos seus conterrâneos.⁴¹⁰

À medida que o ano de 1973 avançava, novas celebrações eram realizadas como preparativos para a inauguração do Monumento do Jenipapo. Foi assim no aniversário de Campo Maior, comemorado a 8 de agosto. Na ocasião, quatrocentos soldados do 25º BC marcharam até Campo Maior, percorrendo a BR-343. A marcha foi chamada de Espírito de Jenipapo e foi finalizada no local onde ocorreu a batalha na presença das principais autoridades do Estado.⁴¹¹ Essa foi a última solenidade realizada antes na inauguração do Monumento.

É importante ressaltar que a construção de um monumento traz significações para além do que a imagem possibilita ver, pois conduz a reflexões acerca do modo como foi construído, como foi idealizado ou quem o idealizou. É possível concluir que um monumento está inserido em um contexto de intenções múltiplas, políticas, econômicas ou sociais, e o monumento nesse sentido pode dizer muito sobre os períodos vividos.

Finalmente no dia 6 de novembro de 1973, com oito meses de atraso, o governador Alberto Silva inaugurou o Monumento-Museu aos Heróis do Jenipapo. Em seu discurso, conclamou mais uma vez os piauienses a uma “cruzada da Justiça em relação aos heróis do Jenipapo”,⁴¹² para que seu legado fosse reconhecido em todo o Brasil. O Presidente Médici não veio à solenidade, mas enviou um telegrama a Alberto Silva, “felicitando-o pela meritória iniciativa de perpetuar a memória dos que tomaram em solo piauiense pela Independência do Brasil”.⁴¹³

⁴⁰⁹PREFEITO quer empréstimo para Monumento do Jenipapo. *O Dia*, Teresina, 15 jul. 1973, p. 2.

⁴¹⁰EDIL de Campo Maior quer imagem do canal na terra das carnaúbas. *O Estado*, Teresina, 28 jul. 1973, p. 6.

⁴¹¹ 25 BC HOMENAGEARÁ heróis do Jenipapo. *O Estado*, Teresina, 7 ago. 1973, p. 3.; 25 BC MARCHA rumo a Campo Maior. *O Estado*, Teresina, 8 ago. 1973, p. 1.; GOVERNO e 25BC levam flores aos bravos heróis do Jenipapo. *O Estado*, Teresina, 10 ago. 1973, p. 1.

⁴¹²RESGATE da dívida histórica do Piauí. *O Estado*, Teresina, 7 nov. 1973, p. 10.

⁴¹³PRESIDENTE cumprimenta Alberto pelo monumento aos heróis do Jenipapo. *O Estado*, Teresina, 9 nov. 1973, p. 1.

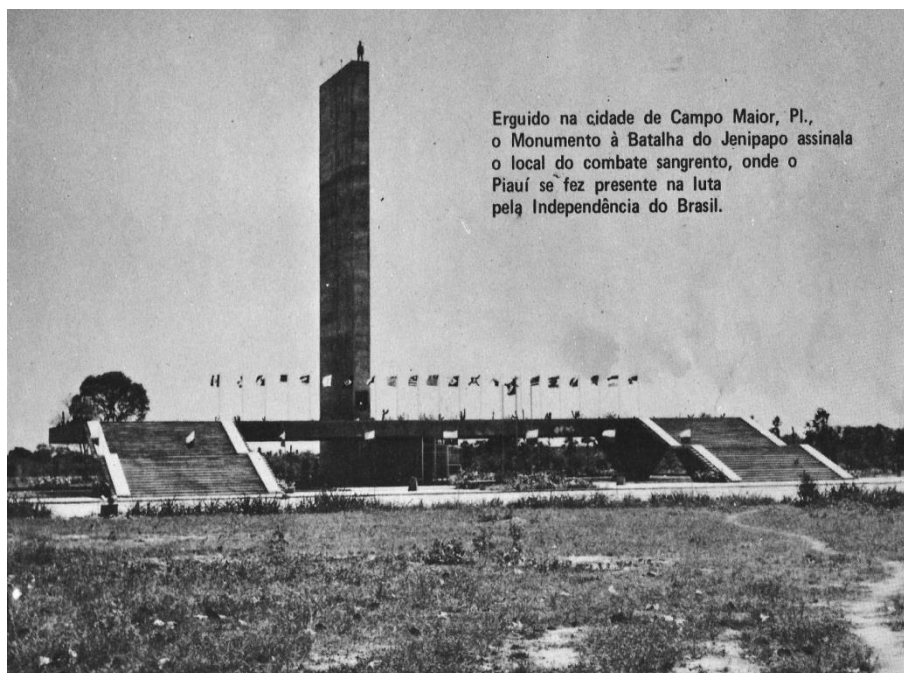


Figura 29: Monumento Batalha do Jenipapo em Campo Maior. Fonte: MENDES, Patrícia. *Monumento da Batalha do Jenipapo*. Disponível em: <<https://crcfundacpiaui.wordpress.com/2012/10/22/batalha-do-jenipapo-inauguracao-do-monumento/>>. Acesso em 17 de maio de 2018.

A solenidade reuniu cerca de oito mil pessoas.⁴¹⁴ Após os discursos das autoridades, a Batalha do Jenipapo foi encenada por estudantes secundaristas campo-maiorenses, sob a coordenação do professor Raimundo Melo.⁴¹⁵ As comemorações foram encerradas com um desfile cívico realizado na Avenida Professor José Paulino, no centro de Campo Maior, e um churrasco para as autoridades, oferecido no FRIPISA.

⁴¹⁴CAMPO MAIOR e todo o Piauí reverenciam os heróis da Batalha do Jenipapo. *O Dia*, Teresina, 7 nov. 1973, p. 10.

⁴¹⁵ESTUDANTES mostram como foi a luta do Piauí contra Fidié. *O Estado*, Teresina, 7 nov. 1973, p. 1.



Figura 30: Inauguração do Monumento Batalha do Jenipapo em Campo Maior. Fonte: MENDES, Patrícia. *Monumento da Batalha do Jenipapo*. Disponível em: <<https://crcfundacpiaui.wordpress.com/2012/10/22/batalha-do-jenipapo-inauguracao-do-monumento/>>. Acesso em 17 de maio de 2018.

O jornal *Estado do Piauí* publicou o discurso proferido por Alberto Silva na inauguração do monumento. O governador ressaltou a importância de se comemorar a data 13 de março:

Tem o Piauí, tem o Brasil, temos, os Piauienses, e temos, os Brasileiros todos, sobradas razões para homenagear aqui, com este Monumento-Museu, os nossos conterrâneos, os nossos patrícios que aqui se sacrificaram em defesa da integridade da pátria, neste belo cenário de Campo Maior. A História do Brasil precisa ser revista, para que nela seja inserida esta página de heroísmo, de dedicação e de ideal libertário. Meu governo vem, desde o início, trabalhando neste sentido e este Monumento-Museu, ainda incompleto, visa a perpetuar a memória dos que aqui tombaram, contribuindo, através da reunião de documentos históricos, de peças e troféus, para que os pesquisadores e historiadores do Brasil encetam a grande revisão que fará justiça aos que morreram aqui. Meu governo considera hoje iniciado o resgate da dívida, velha de mais de 150 anos, aqui contraída pelos contemporâneos e pelos pósteros, no dia 13 de março de 1823. Quero neste instante do alto do meu Governo, conclamar os piauienses todos, sobretudo os nossos intelectuais, para a cruzada da justiça em relação aos heróis do Jenipapo. Às forças Armadas de nossa pátria, aqui tão bem representadas pelos nossos soldados de Pernambuco, Ceará, Maranhão e Piauí, sob comando do eminente General Walter Menezes Paes agradeço o prestígio que trouxeram a esta solenidade que é, como disse, o início do processo histórico de resgate de antiga dívida não só do Piauí, mas do Brasil inteiro.⁴¹⁶

⁴¹⁶SILVA, Alberto Tavares. A batalha do Jenipapo foi e é a batalha da unidade nacional. *O Estado*, Teresina, n. 347, 6 nov. 1973, p. 9.

Assim, em seu discurso, o governador Alberto Silva afirma que a história das lutas pela Independência do Brasil no Piauí devem ser inseridas na História Nacional.



Figura 31: Alberto Silva discursando na solenidade de inauguração do Monumento-Museu.
Fonte: PIAUÍ resgatou dívida histórica. *Jornal do Piauí*, Teresina, n. 348, 7 nov. 1973, p. 9.

Na figura 31 é possível ver o governador discursando na solenidade de inauguração do Monumento-Museu. Alberto Silva proferiu um discurso de cunho patriótico, com a intenção de conscientizar os ouvintes acerca das iniciativas de seu governo em benefício da história piauiense, bem como para que percebessem como o governo valorizava e reconhecia a luta pela consolidação nacional e como essa deveria ser fixada na memória dos piauienses.

Um ano depois, o Governador Alberto Silva voltaria a Campo Maior para inaugurar a segunda parte do Monumento, um Museu que guardaria peças utilizadas na Batalha do Jenipapo.



Figura 32: Monumento-Museu em homenagem aos heróis da Batalha do Jenipapo. Fonte: DIAS, Cid Castro. *Engenharia Piauiense*. Teresina: SIEARTP, 2017. p. 123.

Conforme Carvalho, os monumentos se constituem verdadeiros discursos políticos. Sobre essa questão, entende-se que essas iniciativas criam um ideal político em torno daquilo a que se faz referência. Pode-se afirmar também que a construção de um monumento valoriza o acontecimento e isso proporciona alterações no modo de ver da população. Nesse sentido, o responsável por essa construção também ganha status positivo na sociedade.

Constata-se que o monumento em Campo Maior em homenagem aos heróis do Jenipapo é resguardado de intenções que não são meramente as de guardar a memória daquela batalha para a sociedade, mas nele identificar valores que atravessam o cenário político piauiense, ou seja, que há nesse investimento do governo do Estado um conjunto de interesses para que este monumento não rememore apenas a Batalha do Jenipapo, mas também o governo que se empenhou em construí-lo.

É nesse sentido que Alberto Silva constrói o monumento em Campo Maior, com isso abrindo novos espaços para a história do Piauí, inserindo também o povo nessa valorização, que poderia contar com um passado de glória, de luta pela pátria. Assim, a identidade do povo piauiense pode ser construída a partir de um evento positivo do próprio Estado. O governador Alberto Silva conseguiu, conforme Cláudia Fontineles, resistir à erosão do tempo devido aos vestígios de suas realizações no Estado:

Isso porque os vestígios deixados contribuem para resistir à evasão do tempo e ao desgaste que essa erosão gera, sendo responsáveis pela permanência daquilo que é passageiro, refigurando os tempos vividos. No caso piauiense, esse tempo foi refigurado tanto pelos aliados quanto pelos oponentes do ex-governador, que o tornaram o personagem central de muitas das narrativas formuladas acerca do Piauí durante o século XX. O nome Alberto Silva tornou-se o sinônimo de provocação de uma sociedade que flertava com a modernização e com o ideal de progresso durante a década de 1970 e isso se irradiou pelos anos seguintes, influenciando até o século XXI. Com isso, o

temor da finitude foi sendo desfigurado, pois toda vez que se combatia o desaparecimento de uma ação e se reivindicava seu registro era à morte como indivíduo e como grupo que se pretendia resistir.⁴¹⁷

Conforme Carvalho, a construção de monumentos alimenta na sociedade saberes a respeito daquilo que foi monumentalizado. Essa abordagem possibilita entender a história da década de 1970 e do governo de Alberto Silva, visto que ele construiu o monumento da Batalha do Jenipapo com o intuito de eternizar-se na memória do piauiense.

Segundo Fontineles, Alberto Silva buscou consolidar seus feitos na sociedade piauiense com intenções de permanecer na memória e na história do estado, mas como todas as realizações humanas estão fadadas ao desaparecimento, um antídoto válido a ser utilizado seria a memória. Afirma:

Essa aproximação com a eternidade, promovida pelo destaque à memória e à inscrição na História, também foi responsável pela valorização da preservação no presente de feitos realizados no passado ou feitos que se acredite que tenham ocorrido e que sejam merecedores de reconhecimento e de prestígio.⁴¹⁸

Com frequência, considera-se a memória como um recurso propriamente individual, que aparece numa consciência reduzida a seus próprios recursos e isolada dos outros, capaz de evocar, por vontade ou oportunidade, os estados pelos quais ela passa. Entretanto, não é na história aprendida que a memória se apoia, e sim na história vivida. Por história lê-se tudo aquilo que faz um período se distinguir dos outros e cujos livros e narrativas se apresentam em geral em um quadro esquemático e incompleto. Nessas condições, é criado um meio artificial, exterior a todos os pensamentos pessoais, que os envolve, um tempo e um espaço coletivos e uma história coletiva.⁴¹⁹

A partir das iniciativas do governo Alberto Silva de construir um monumento à Batalha do Jenipapo e de favorecer um maior reconhecimento e valorização desse evento na história, instituiu-se no Estado do Piauí uma política de rememoração desse evento da cultura e da história piauiense. O governo criou estratégias, inclusive discursivas, para inculcar no povo um sentimento comum sobre suas raízes históricas de luta, não só pela sobrevivência, mas igualmente pela liberdade da pátria, pela independência do Brasil. Ao tentar difundir entre os piauienses a consciência de que estes estão em outro patamar da história do Brasil, Alberto Silva criou formas de rememorar a história do povo piauiense, inventando uma tradição de

⁴¹⁷FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. *O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2015. p. 54.

⁴¹⁸FONTINELES, 2015, p. 51.

⁴¹⁹HALBWACHS, 1990, p. 80.

comemorar e lembrar a luta do povo piauiense que derramou seu sangue na Batalha do Jenipapo pela libertação do Piauí e do Brasil.

A repetição desses atos em que os heróis da pátria são lembrados e glorificados mostra o poder do Estado na construção das práticas sociais e na definição do imaginário e do sentimento popular, conforme foi observado por Melo:

Compreende-se que a construção da memória cívica se faz quando se entende como acontece a invenção das tradições no Piauí, procurando situar esta análise não em uma gênese das festas, mas no sentido de compreendê-las como um ritual de repetição, que cria mentalidade, cria tradição, uma tradição cívica.⁴²⁰

Defende-se, portanto, a ideia de que um dos principais eixos da política cultural de Alberto Silva foi o da construção da memória e da tradição da comemoração da Batalha do Jenipapo no Piauí. O governador Alberto Silva realçou a história do Piauí divulgando feitos que deveriam ser reconhecidos pela população piauiense, incentivando a construção de símbolos e representações ligados às festividades já conhecidas e lembradas nacionalmente, fazendo assim uma ponte entre o nacional e o local. Todo esse investimento induzia o piauiense a se pensar revestido de uma identidade, atrelada ao valor de suas lutas pela unificação do País no processo de independência. E esses feitos aproximaram a criação do criador, quase que os confundindo, ligando o fato à figura política.

⁴²⁰MELO, 2010, p. 228.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise das políticas culturais e das comemorações da Batalha do Jenipapo vivenciadas entre 1971 e 1975, identifica-se um objetivo comum: a construção e a legitimação de uma nova imagem para o Estado do Piauí em âmbito local e nacional, bem como a incorporação dessa imagem ao governador Alberto Tavares Silva e à sua gestão.

O Brasil, politicamente, vivia um momento conturbado, marcado pela supressão das liberdades sob uma ditadura civil-militar (1964-1985), mas também um momento de euforia graças à conquista do tricampeonato mundial de futebol, em 1970, e ao crescimento econômico, que ficou conhecido como o milagre brasileiro. Vivia-se um momento ambíguo, em que a ditadura civil-militar necessitava de legitimação social. Assim, várias estratégias foram utilizadas com o intuito de construir uma memória social que legitimasse o poder dos militares.

Nesse contexto, a relação entre Estado e Cultura tornou-se mais forte, pois o Estado com o discurso da segurança nacional apoiou e incentivou a instituição de políticas culturais diversas. Em 1966 foi criado o Conselho Federal de Cultura com intuito de dar assistência aos Conselhos Estaduais. A criação desse Conselho visou a uma integração da cultura do Brasil. O Conselho Estadual de Cultura do Piauí foi criado em 1965, ou seja, um ano antes do Conselho Federal. Entre suas ações destacaram-se a realização de concursos literários e a organização da Revista *Presença*, bem como as comemorações da Batalha do Jenipapo.

As políticas culturais instituídas nesse período investiram em concursos históricos e literários com o intuito de divulgar obras que destacavam o Piauí e a sua cultura. Com esse fim foi instituído o Plano Editorial do Estado, que estabeleceu relação direta entre os intelectuais com o Estado, relação complexa, uma vez que o que estava em jogo era a legitimação social e cultural, capaz de determinar a construção de uma memória para a sociedade.

O Plano Editorial do Estado instituído durante o governo de Alberto Silva na década de 1970 teve repercussão nacional. A imagem do estado que o gestor buscou transmitir foi a de apoio à história e a literatura local. Essa iniciativa, além de realçar a imagem do Piauí, realçou também a imagem do governador, que o mostra como um lutador pelo desenvolvimento social do Piauí.

A incorporação das lutas da Independência no Piauí às comemorações já tradicionais da Independência do Brasil mostra como Alberto Silva utilizou de aspectos históricos e culturais do Piauí para incentivar o desenvolvimento cultural, a escrita da história e a valorização do povo piauiense. Por isso, em 1972, instituiu o concurso que premiava obras que tivessem como

tema “A participação do Piauí nas lutas pela independência do Brasil”. Nesse sentido, a história foi realçada para dar reconhecimento ao Piauí como estado que pegou em armas em defesa da liberdade, construindo uma memória de um povo que lutou pela Pátria, não merece ser esquecido. As comemorações da independência foram revestidas de um novo sentido no Piauí.

No governo de Médici, houve um grande esforço de investimento simbólico para aproximar a experiência da Independência do Brasil (1822) ao momento pelo qual passava o país, representado pelas autoridades políticas ligadas à ditadura civil-militar, como um tempo de independência econômica, que o Brasil abandonava a situação de país pobre no cenário mundial para assumir posição de destaque entre as nações desenvolvidas.

As críticas direcionadas à dura repressão implementada pela ditadura civil-militar, eram combatidas com investimentos, inclusive culturais, que visavam a representar o momento como de esforço pela unidade e crescimento da nação. Ou seja, a repressão era representada como uma medida adotada para unificar a nação em torno do projeto de desenvolvimento empreendido pelos militares. Assim, o golpe civil-militar de 1964 também passou a ser comparado simbolicamente com o da Independência do Brasil (1822), por significar um ato de unificação da nacionalidade em prol do seu crescimento e libertação.

Foi com intuito de ressignificar e mudar o imaginário social que a propaganda do governo Médici agiu durante as comemorações pelo Sesquicentenário da Independência (1972). O traslado dos restos mortais de D. Pedro I para o Monumento do Ipiranga, a emissão de moedas comemorativas, a edição de publicações e cartazes fizeram parte do esforço de legitimação social do governo civil-militar.

A ressignificação da Batalha do Jenipapo, durante o Governo de Alberto Silva, inseriu-se nesse contexto, sendo também fruto das comemorações estaduais do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Contudo, outras preocupações norteavam o governo de Alberto Silva. No Piauí, a busca pelo desenvolvimento estava na ordem do dia. Vários programas de governo foram implementados, dentre eles, o Projeto Piauí, que tinha por meta catalogar as principais potencialidades do Estado, tendo em vista a potencialização de seu desenvolvimento. O projeto de incentivo ao turismo visava dar visibilidade ao Estado, promovendo nacionalmente as suas riquezas naturais, históricas e culturais. Ou seja, era objetivo de Alberto Silva valorizar a história e as belezas do Piauí, colocá-lo no mapa do Brasil, através da divulgação de seu patrimônio.

A Batalha do Jenipapo foi ressignificada pelo seu governo como forma de pleitear o reconhecimento do Estado através de sua história, da contribuição de seus antepassados para a unidade nacional. A construção do Monumento-Museu aos Heróis do Jenipapo, além de

resguardar a memória daqueles que lutaram na Batalha do Jenipapo, deveria também eternizar o governo que o construiu, o que foi constatado através dos discursos de Alberto Silva.

Dessa forma, esforços foram encaminhados no intuito de apagar a imagem negativa do estado, a imagem que representava o Piauí como pequeno, pobre e pouco importante para o Brasil. Além disso, verificou-se a existência de uma dependência não só financeira, mas também ideológica, que direcionava a maneira de pensar e produzir dos intelectuais que consolidaram a construção de uma memória histórica através da criação de um passado digno de luta e orgulho para o Estado do Piauí.

REFERÊNCIA

- AIRES, Félix. *Antologia de sonetos piauienses*. Teresina: COMEPI, 1972.
- BAPTISTA, João Gabriel. *Geografia física do Piauí*. Teresina: [s.n.], 1975.
- BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História da Independência no Piauí*. Teresina: COMEPI, 1974.
- BRITTO, Bugya. *O Piauí e a Unidade Nacional*. Teresina: FUNDAPI, 2007.
- CALABRE, Lia. Política cultural no Brasil: um histórico. In: I ENECULT- Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 1, Salvador, 2005. *Anais*. Salvador: [s.n.], 2005.
- _____. O Conselho Federal de Cultura: 1971-1974. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 37, jan. jun. 2006.
- CAMPELO, Ací. Artes cênicas do Piauí, uma reflexão. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (Org.). *Apontamentos para a história cultural do Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2003. p. 29-34.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, Emília Castelo Branco de. *Sinhazinha de Karnak*. [S.l.: s.n], 1974 (?)
- CASTELO BRANCO FILHO, Moisés. *Depoimentos para a história da revolução no Piauí*. São Paulo: [s.n.], 1975.
- CASTELO BRANCO, Hermínio. *Lira sertaneja* Teresina: COMEPI, 1972
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHAVES, Joaquim. *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*. Teresina: COMEPI, 1975.
- COELHO, Pollyanna. Panorama das artes plásticas no Piauí. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (Org.). *Apontamentos para a história cultural do Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2003.
- COHN, Gabriel. A concepção oficial da política cultural nos anos 70. In: MICELI, Sérgio (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.
- CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consensos e consentimentos (1972)*. Disponível em: <http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212369325_ARQUIVO_textoanpuh.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2018.
- CRUZ, José Carlos de Santana; LEITE, Margarida. *Cem anos depois: o centenário de Fenelon Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- DIAS, Cid Castro. *Engenharia Piauiense*. Teresina: SIEARTP, 2017.

DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DOBAL, H. *A província deserta*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

DUARTE, Regina Horta. Imagens do Brasil: cinema nacional e o tema da independência. *Revista de História Lócus*, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 99-115, 2000.

FAGUNDES, Ailton Laurentino Caris. Do golpe à ditadura: a doutrina de segurança nacional e a construção do regime militar. *Revista OPSIS*, Goiás, v. 14, n. 1, p. 60-78, jan./jun. 2014. p. 62.

FEITOSA, Ana Rosa Soares Negreiros; SANTOS, Livia Maria Macedo. Estádio Governador Alberto Tavares Silva: patrimônio moderno dentro de um contexto urbanístico e histórico na cidade contemporânea. In: AFONSO, Alcília; FEITOSA, Ana Rosa Soares Negreiros(Org.). *Arquitetura piauiense*. Teresina: Halley, 2010.

FERNANDES, Natália Aparecida Morato. A política cultural à época da ditadura militar. *Contemporânea*, São Carlos, v. 3, n. 1, p. 173-192, jan./jun. 2013.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 343-404.

FERREIRA FILHO, João Valter. *História e memória da educação musical no Piauí: das primeiras iniciativas à universidade*. 2009. 226 f. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009.

FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. *O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2015.

_____. *O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí*. 2009. 374 f. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2009.

FREITAS, José Newton de. *Deslumbrado*. [S.l.: s.n], 1974 (?)

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário histórico-biográfico piauiense: 1718-1993*. Teresina: Gráfica e Editora Júnior, 1993.

_____. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado*. Teresina: Halley, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
IBIAPINA, Fontes. *Tombador*. Teresina: COMEPI, 1971.

KRUEL, Kenard; SANTOS, Gervásio. *História do Piauí*. Teresina: Halley/Zodíaco, 2009.

LIMA, Diego Silva. *A Cidade Verde no milagre econômico: transformações no espaço sócio-urbano de Teresina 1971-1979*. 2017. 89 f. Monografia (Curso de Licenciatura em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

LIMA, Tersandro Vilela; CALAND, Francisca Aparecida Ribeiro. *Registro histórico da atividade de assessoria de imprensa no Piauí*.

MATOS, J. Miguel de. *Antologia poética piauiense*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

_____. *A casa de Lucídio Freitas*. [S.l.: s.n], 1974(?).

_____. *Perfis*. Teresina: COMEPI, 1974.

MELO, Salânia Maria Barbosa. *A construção da memória cívica: as festas escolares espetáculos de civilidade no Piauí (1930-1945)*. Teresina: EDUFPI, 2010.

MENDES, Felipe. *Economia e desenvolvimento do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

MICELI, Sérgio. O processo de construção institucional na área cultural federal (anos 70). In: _____. (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Política Nacional de Cultura*. Brasília, 1975.

MONTENEGRO, Antônio Torres. História oral, caminhos e descaminhos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n.25/26, ago./set. 1992. p. 61.

MONTE, Regianny Lima. *A cidade esquecida: (res) sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970*. 2010. 237 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

MOURA, Francisco Miguel de Moura. Pequena História de um grande Conselho. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (Org.). *Apontamentos para a história Cultural do Piauí*. Teresina: Fundação de Apoio Cultural do Piauí, 2003.

MOURA, Iara Conceição Guerra de Miranda. *Historiografia piauiense: relações entre escrita histórica e instituições político-culturais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2015.

MORAES, Herculano. Mecenato: Governo, Empresa e Cultura do Piauí. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (Org.). *Apontamentos para a história cultural do Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2003. p. 281.

NAPOLEÃO, Martins. *Epopéia camoniana*. [S.l.: s.n], 1974(?)

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Imprensa e imagens: a construção de Representações do Piauí e de Teresina através de jornais diários da década de 1970. *Revista de Pesquisa Histórica da Universidade Federal de Pernambuco*, Recife, v. 1, n. 1, 1977. p. 124.

_____. *Wall Ferraz: o homem e o estadista*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995

_____. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

NETO, Adrião. *Dicionário biográfico escritores piauiense de todos os tempos*. Teresina: Halley, 1995.

NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

NUNES, Odilon. *Os primeiros currais*. Teresina: COMEPI, 1972.

_____. *Devassamento e conquista do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1972.

_____. *Pesquisas para a História do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

_____. *O Piauí na História*. Teresina: COMEPI, 1975.

_____. *Economia e finanças: Piauí colonial*. Teresina: COMEPI, 1974.

_____. *O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento*. Teresina: COMEPI, 1972.

PASSOS, Arthur. *Nas ribas do Gurguéia*. Teresina: COMEPI, 1973.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. *Cronologia histórica do estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

PETIT, R. *Poesias*. [S.l.: s.n], 1974 (?)

PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. Teresina: Governo do Estado do Piauí, 1972.

PINHEIRO FILHO, Celso; PINHEIRO FILHO, Lina Celso. *Soldados de Tiradentes*. [S.l.: s.n.], 1975.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989.

PORTO, Carlos Eugênio. *Roteiro do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

PRADO, Luís Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 207-241.

QUEIROZ, Teresinha. Historiografia piauiense. In: _____. *Do singular ao plural*. Recife: Edições Bagaço, 2006. p. 141-171.

_____. *Conversas com M. Paulo Nunes*. Teresina: EDUFPI, 2012.

_____. RODRIGUES, Maristella Muniz. Inventando as tradições: as comemorações da Batalha do Jenipapo durante o governo de Alberto Silva (1971-1975). In: NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa (Org.); SILVA, Caetano Rodrigo; SILVA, Ronyere Ferreira. *História e Política: problemas e abordagens nos contextos brasileiros*. Teresina: EDUFPI, 2016.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2000.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 133-166.

RODRIGUES, Maristella Muniz. *Batalha do Jenipapo: memória, identidade e Estado*. 2013. 91 f. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. Para uma história cultural. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (Org.). *Apontamentos para a história cultural do Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2003.

SANTANA, R. N. Monteiro de. *Evolução histórica piauiense*. Teresina: FUNDAPI, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Alberto Tavares. Plano Editorial do Estado do Piauí. In: CASTELO BRANCO, Hermínio. *Lira Sertaneja*. Teresina: COMEPI, 1973.

SILVA, Pedro. *O Piauí no folclore nacional*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

SOUSA JÚNIOR, Francisco Vieira de. *Das lutas pela memória: a reinvenção da Batalha do Jenipapo na década de 1970*. 2010. 77 f. Monografia (Curso de Licenciatura plena em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

TEIXEIRA, Tomaz. *A outra face da oligarquia do Piauí*. Fortaleza: Stylus, 1979.

TITO FILHO, Arimathéa. *Governos do Piauí: capitania, província e estado*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

_____. *Praça Aquibadã, sem número*. Teresina: Governo do Estado do Piauí, 1975.

_____. *Lima Rebelo: o homem e a substância*. Teresina: COMEPI, 1973.

_____. *Deus e a natureza em José Coriolano*. Teresina: COMEPI, 1973.

_____. *Zito Baptista: o poeta e o prosador*. Teresina: COMEPI, 1973.

_____. *Esmaragdo de Freitas: homens e episódios*. Teresina: COMEPI, 1974.

_____. *Teresina, meu amor*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

_____. *Sermões aos peixes*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

_____. *Viagem ao dicionário*. Teresina: COMEPI, 1972.

TORRES, Gislane Cristiane Machado. *O poder e as letras: políticas culturais e disputas literárias em Teresina nas décadas de 1960 e 1970*. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

URFALINO, Philippe. *A invenção da política cultural*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

VIEIRA, Evaldo. *A ditadura militar: 1964-1985 momentos da República brasileira*. São Paulo: Cortez, 2014.

VILHENA, Maria Izabel Gonçalves de. *Seara humilde*. [S.l.: s.n], 1975.

ZÓZIMO, Tavares. *Petrônio Portella: uma biografia*. Teresina: Editora do Autor, 2012.

JORNAIS

150 ANOS depois, Dom Pedro (...). *O Dia*, Teresina, 8 jul. 1972, p. 7.

25 BC MARCHA rumo a Campo Maior. *O Estado*, Teresina, 8 ago. 1973, p. 1.

25 BC HOMENAGEARÁ heróis do Jenipapo. *O Estado*, Teresina, 7 ago. 1973, p. 3.

ACADEMIA homenageou Alberto Silva. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 21, n. 3.537, 20 jan. 1972, p. 5.

A CEPISA homenageia semana da pátria. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.135, 5 set. 1970, p. 1.

A CONSCIÊNCIA crítica da cultura. *Revista Presença*, Teresina, ano 1, n. 1, Teresina, 3 mai. 1974, p. 53.

AINDA da posse do governador Alberto Silva. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.284, 17 mar. 1971, p. 2.

A INDEPENDÊNCIA do Brasil nas mãos de todos nós. *O Dia*, Teresina, 8 jul. 1972, p. 7.

ALBERTO: chegou a vez de Teresina. *O Estado*, Teresina, ano 20, 15-16 ago. 1971, p. 1.

ALBERTO Silva iniciou atividades políticas. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3. 246, 27 jan. 1971, p. 1.

ALBERTÃO em outubro. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.370, 3 jul. 1971, p. 1

A SEMANA da Pátria. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.134, 3 set. 1970, p. 2.

A SEMANA da Pátria. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.135, 4 set. 1970, p. 2.

ASSEMBLEIA homenageia os heróis da Independência do Brasil. *O Estado*, Teresina, 6 set. 1973.

ATHAYDE, Austregésilo de. governo e Política. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.409, 13 ago. 1971, p. 4.

BRASIL nação independente. *O Dia*, Teresina, 31 mar 1972, p. 8.

CADERNO DE ANOTAÇÕES A. Tito Filho. *Jornal do Piauí*, Teresina, 20 nov. 1973.

CAMPO MAIOR e todo o Piauí reverenciam os heróis da Batalha do Jenipapo. *O Dia*, Teresina, 7 nov. 1973, p. 10.

CASTELO BRANCO, Homero. Opinião pública condena políticos no governo de Alberto. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.232, 8 jan. 1971, p. 8.

CÉDULA da independência vai ter emissão limitada. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 21, n. 3.575, 7 mar. 1972, p. 3.

CONCURSO da Independência: quatro concorrentes. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 22, n. 3.966, 15 fev. 1973, p. 1.

CORPO de D. Pedro I chega dia 10 ao Rio. *O Dia*, Teresina, 3 abr. 1972, p. 1.

CULTURA. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 22, n. 4.043, 25 mai. 1973, p. 1.

DEPARTAMENTO de difusão da Secretaria da Cultura Relatório de 1974. *Revista Presença*, Teresina, ano 2, n. 1, 3 mar. 1975, p. 40.

EDIL de Campo Maior quer imagem do canal na terra das carnaúbas. *O Estado*, Teresina, 28 jul. 1973, p. 6.

ENTREVISTA Monsenhor Joaquim Ferreira Chaves por Domingos Bezerra Filho e Elmar Carvalho. *Cadernos de Teresina*, Teresina, dez. 1997, p. 29.

ESTUDANTES mostram como foi a luta do Piauí contra Fidié. *O Estado*, Teresina, 7 nov. 1973, p. 1.

FLAGRANTES da posse do Governador Alberto Silva. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.284, 17 mar. 1971, p. 1.

FOGO simbólico chega no dia 5. *O Dia*, Teresina, 9 maio 1972, p. 1.

GOVERNO reformula planejamento para administração mais racional. *O Estado*, Teresina, ano 21, 15 mar. 1972, p. 9.

GOVERNO lança plano para incentivar a cultura piauiense. *O Estado*, Teresina, 19 jan. 1972, p. 8.

GOVERNO e 25BC levam flores aos bravos heróis do Jenipapo. *O Estado*, Teresina, 10 ago. 1973, p. 1.

GRUPO editorial. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 21, n. 3.542. 26 jan. 1972, p. 1.

HERÓIS da independência. *O Estado*, Teresina, n. 335, 19 out. de 1973, p. 3.

JENIPAPO. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 22, n. 3.954, 2 fev. 1973, p. 1.

JENIPAPO. *Jornal do Piauí*, Teresina, 2 mar. 1973, p. 5.

JENIPAPO, uma dívida histórica. *O Dia*, Teresina, 7 nov. 1972, n. 3.760, p. 1

JENIPAPADA municipal. *Estado do Piauí*, Teresina, 28 de jun. 1973, p. 1.

KARNAK, símbolo do novo Piauí. *O Estado*, Teresina, ano 21, n. 31, 5 set. 1975, p. 1.

LANÇADO Plano Editorial do Estado. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 21, n. 3.537, 19 jan. 1972, p. 6.

MÉDICI falou a nação na passagem do ano. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.228, 3 jan. 1971, p. 1.

MÉDICI aprova programa de ação cultural para 73-74. *Jornal Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano 73, n. 24.639, 10 ago. 1973

MENSAGEM do Governador. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 21, n. 3.521, 31 dez. 1971, p. 1.

MARCO para heróis. *O Dia*, Teresina, 16-17 maio 1971, p. 3.

MUITOS caíram pela independência. *O Estado*, Teresina, n. 3, 6 ago. 1972, p. 5.

NOS 200 dias de Alberto: o Piauí é um imenso canteiro de obras. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.441, 30 set. 1971, p. 35

NORDESTE: O Piauí será rico?. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.401, 6 ago. 1971, p. 1.

NOS 200 dias de Alberto: O Piauí é um imenso canteiro de obras. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.441, 30 set. 1971, p. 35.

NOVO Hotel Piauí virá em março com força total. *O Estado*, Teresina, ano 20, 15/16 ago. 1971, p. 9.

O DIA 19 de outubro. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.171, 18 out. 1970, p. 3.

PIAUI, independência e concurso. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 21, n. 3.546, 30/31 jan. 1972, p. 16.

PIAUI VAI instituir concurso nacional. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 21, n. 3.529, 11 jan. 1972, p. 1.

PIAUI resgatou dívida histórica. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 23, n. 4.958, 7 nov. 1973, p. 1.

PIAUI comemora a Batalha do Riachuelo. *O Dia*, Teresina, 11 jun. 1972, p. 1.

PIRACURUCA aliando progresso à tradição. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.409, 13 ago. 1971, p. 5.

PREFEITO quer empréstimo para Monumento do Jenipapo. *O Dia*, Teresina, 15 jul. 1973, p. 2.

PRESIDENTE cumprimenta Alberto pelo monumento aos heróis do Jenipapo. *O Estado*, Teresina, 9 nov. 1973, p. 1.

REGULAMENTO concurso: o Piauí nas lutas da independência. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 21, n. 3.715, 10 ago. 1972, p. 3.

RESGATE de dívida do Piauí. *O Dia*, Teresina, n. 3.760, 7 nov. 1972, p. 1.

SALVE os 150 anos da independência. *O Estado*, Teresina, n. 33, 7 set. 1972, p. 3.

SILVA, Alberto Tavares. Alberto lembra na semana da pátria heróis do Jenipapo. *O Estado*, Teresina, ano 20, 2 set. 1971, p. 1.

SILVA, Alberto Tavares. Endosso em preto. *Revista Presença*, Teresina, ano 1, n. 1, 3 mai. 1974, p. 3.

SILVA, Alberto Tavares. Alberto lembra na semana da pátria heróis do Jenipapo. *O Estado*, Teresina, ano 20, 2 set. 1971, p. 1.

SILVA, Alberto Tavares. A batalha do Jenipapo foi e é a batalha da unidade nacional. *O Estado*, Teresina, n. 347, 6 nov. 1973, p. 9.

SILVA, Alberto Tavares. Aos piauienses. *O Dia*, Teresina, ano 23, n. 4037, 19 out. 1974, p. 1.

TERESINA na festa da Independência. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.430, 9 set. 1971, p. 8.

TERESINA nas comemorações hoje da Independência. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.429, 7 set. 1971, p. 1.

TIRADENTES abre Sesquicentenário. *O Dia*, Teresina, 21 abr. 1972, p. 1.

TITO FILHO, A. Velho Piauí. *O Dia*, Teresina, 04 jul. 1991. Disponível em: <<http://acervoatitofilho10.blogspot.com/2012/02/>>. Acesso em 20 de abril de 2018.

VIGÍLIA cívica de entidades ao Fogo. *O Dia*, Teresina, 6 jun. 1972, p. 1.

WILSON Brandão para a Secretaria da Cultura. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 23, n. 5.053, 7 mar. 1974, p. 1.

FONTES ELETRÔNICAS

A propaganda da ditadura militar. Disponível em: <<http://adnewa.com.br/publicidade/a-propaganda-da-ditadura-militar.html>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

Especial Regime Militar: como as propagandas nacionalistas influenciaram na ditadura militar?. Disponível em: <<https://www.stoodi.com.br/blog/2017/03/31/especial-regime-militar-como-propagandas-nacionalistas-influenciaram-na-ditadura-militar/>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

FGV CPDOC. *Alberto Tavares Silva*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alberto-tavares-e-silva>>. Acesso em: 20 de abril de 2018.

FGV CPDOC. *Artur da Costa e Silva*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/artur-da-costa-e-silva>>. Acesso em 20 de abril de 2018.

FGV CPDOC. *Emílio Garrastazu Médici*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/medici-emilio-garrastazu>>. Acesso em 20 de abril de 2018.

FGV CPDOC. *Ernesto Geisel*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/geisel-ernesto>>. Acesso em 20 de abril de 2018.

FGV CPDOC. *Gustavo Capanema Filho*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gustavo-capanema-filho>>. Acesso em 20 de abril de 2018.

FGV CPDOC. *Humberto de Alencar Castelo Branco*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/humberto-de-alencar-castelo-branco>>. Acesso em 20 de abril de 2018.

FGV CPDOC. *Jânio da Silva Quadros*. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/produção/dossiês/jango/biografias/janio_quadros>. Acesso em 20 de abril de 2018.

FGV CPDOC. *João Goulart*. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/produção/dossiês/jango/biografias/joão_goulart>. Acesso em 20 de abril de 2018.

FGV CPDOC *Juscelino Kubitschek*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/juscelino_kubitschek>. Acesso em 20 de abril de 2018.

FGV CPDOC. *Orlando Geisel*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/geisel-orlandoo>>. Acesso em 20 de abril de 2018.

FGV CPDOC. *Raner Manzli*. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/produção/dossiês/jango/biografias/ranieri_manzilli>. Acesso em 20 de abril de 2018.

FGV CPDOC. *Tancredo Neves*. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/produção/dossiês/AEraVargas2/biografias/Tancredo_Neves>. Acesso em 20 de abril de 2018.

CPDOC FGV. *Virgílio Távora*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/virgilio-tavora>>. Acesso em 04 de abril de 2018.

FGV CPDOC. *César Cals*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionários/verbet-biografico/cesar-cals-de-oliveira-filho>>. Acesso em 04 de abril de 2018.

FGV CPDOC. *Ney Aminthas de Barros Braga*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/nei-amintas-de-barros-braga>>. Acesso em 20 de abril de 2018.

MENDES, Patrícia. *Monumento da Batalha do Jenipapo*. Disponível em: <<https://crfundacpiaui.wordpress.com/2012/10/22/batalha-do-jenipapo-inauguração-do-monumento/>>. Acesso em 17 de maio de 2018.

Teresina entre 1973 e 1974. Disponível em: <<http://teresinaantiga.com/teresina-1973-1972.php>>. Acesso em: 30 de maio de 2018.

MENSAGENS GOVERNAMENTAIS E DOCUMENTOS OFICIAIS

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Alberto Tavares Silva em 1 mar. 1971*. Teresina, 1972, p. 9.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Alberto Tavares Silva em 1 mar. 1972*. Teresina, 1973, p. 12.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Alberto Tavares Silva em 1 mar. 1973*. Teresina, 1974.

ESTADO DO PIAUÍ. *Ata da 7ª Sessão Extraordinária do Conselho Estadual de Cultura realizada em 30 de setembro de 1974*. Teresina, 1974.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Alberto Tavares Silva em 1975*. Teresina, 1975.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Alberto Tavares Silva em 1 mar. 1974*. Teresina, 1975.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Brasília, 1974.